

A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS



QUO VADIS, ÁFRICA?

Therzinzho da Castro

JUL-AGO/79



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO



EDITORIAL	3
QUO VADIS, ÁFRICA? — <i>Profª Therezinha de Castro</i>	5 ✓
A BALANÇA DO PODER NA AMÉRICA DO SUL — <i>Cel Inf QEMA Edmar Eudócio Telesca</i>	29 ✓
TELEMÁTICA (TELECOMUNICAÇÃO + INFORMÁTICA) — <i>Cel R/I Eng. José Maria Nogueira Ramos</i>	51 ✓
DESINFORMAÇÃO HISTÓRICA E SEGURANÇA NACIONAL — <i>Gen Div R/I Carlos de Meira Mattos</i>	61 ✓
AS CRISES PERIFÉRICAS E AS POTÊNCIAS MÉDIAS COMO FATORES DO EQUILÍBRIO DO PODER MUNDIAL — <i>Min 2ª Classe Luiz Villarinho Pedroso</i>	67 ✓
O OFICIAL DO ESTADO-MAIOR — <i>Gen Div Jean Callet</i>	93 ✓
SISTEMAS MILITARES CONTEMPORÂNEOS: AS FORÇAS ARMADAS NA URSS — <i>Pesquisa da Redação</i>	105
PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL E SUAS FUTURAS PERSPECTIVAS — <i>Helvécio Gilson</i>	117 ✓
DECADÊNCIA DE UMA RELIGIÃO	131
O MARTÍRIO DE UM POETA NA CORÉIA DO NORTE — <i>Ali Lameda</i>	139 ✓
A LOUCURA DO GENERAL GRIGORENKO — <i>Walter Reich</i>	149 ✓
80% DOS BRASILEIROS VIVEM MELHOR QUE SEUS PAIS — <i>Luiz Lobo</i>	155 ✓
GENERAL OSÓRIO — PENSAMENTO MILITAR — <i>Ten Cel Eng QEMA Cláudio Moreira Bento</i>	161 ✓
CONHECENDO O INIMIGO INTERNO — A REVOLUÇÃO COMUNISTA — <i>A. de Lannes</i>	169 ✓
OFENSIVA: VARIAÇÕES EM TORNO DE UM MESMO TEMA — <i>Maj Art QEMA Nilson Silva</i>	177 ✓
POLÍTICA HABITACIONAL EM MARCHA EM MINAS GERAIS — <i>Pesquisa da Redação</i>	191
INFORMAÇÕES	197
LIVROS	203

EDITORIAL



Criada na década de 1910, A DEFESA NACIONAL foi imaginada por um grupo dedicado de militares que nela encontrou a solução para uma melhor e maior difusão de novos conhecimentos, ensaios e estudos que se processavam e eram do interesse da área militar. Predominava então, na nossa revista, a difusão de textos doutrinários, envolvendo variadas atividades de ambiência militar, incidindo no entanto, com maior frequência, no campo da tática e de temas ligados a ações em tempos de guerra. Nessa ocasião, a revista desempenhou um relevante papel como veículo de divulgação de técnicas, já que eram bastante limitadas as possibilidades da instituição para essa atividade.

Com a evolução do conceito de Defesa, aumentou a abrangência da área de interesse da revista. Marcos significativos do fenômeno foram a criação do Conselho de Segurança Nacional, em 1934, e, mais tarde, em 1949, o surgimento da Escola Superior de Guerra. A DEFESA NACIONAL experimentou então novo ímpeto: ampliou o espectro dos assuntos focalizados, arregimentou público bem maior, progressivamente penetrou nas três Forças Armadas e em expressivas camadas do mundo civil, e registrou estudos e atividades relativas à Segurança Nacional. Ela então explorou novo campo de ação, tratando não mais só de assuntos militares do interesse dos militares, mas também de assuntos militares do interesse dos civis, e de problemas brasileiros do interesse de todos.

Divulgando estudos teórico-doutrinários e experiências concretas em todos os níveis e campos da política, da estratégia e da tática, A DEFESA NACIONAL vem trabalhando excelentes contribuições nacionais e estrangeiras, apresentando idéias formuladas por autores de reconhecida expressão, contribuindo assim para o desenvolvimento de debates construtivos.

A Diretoria que ora assume a responsabilidade de editar A DEFESA NACIONAL propõe-se a dar prosseguimento à sua vocação de divulgar informações e opiniões, apresentando, à cogitação de seus leitores, temas que agreguem contribuições relevantes à análise de problemas nacionais e internacionais, seja no que tange ao Desenvolvimento, seja no que interessa à Segurança.



QUO VADIS, ÁFRICA?

Therezinha de Castro

*Professora de História no Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, e
Geógrafa do IBGE.*

1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

a) Origem do Topônimo

A região de Tunis onde esteve Cartago, a colônia fenícia vencida e varrida do mapa pelos romanos, transformou-se numa província de Roma chamada *Afrigah*, topônimo que se generalizou por toda a costa norte e, transformado na palavra *África*, passou a designar todo o continente.

b) Caracterização

Faz parte do Velho Mundo juntamente com a Europa e Ásia, sendo a África considerada, na realidade, como *gigantesca península da Eurásia*.

Encontra-se soldada à Europa e Ásia nas ribeiras do Mediterrâneo; e, se entre a Europa e Ásia os Urais são admitidos como fronteira geohistórica, entre os continentes asiático e africano essa fronteira se encontra no *rio Nilo*. Notamos, assim, que a *abertura de Suez (1869)* deu maior isolamento à África, transformando o Mediterrâneo num "mar de trânsito"; deu maior importância a *Gibraltar*, passando Dardanelos e Bósforo para um segundo plano; e caracterizou ainda mais a África como "continente-ilha", envolvido pelas águas do Mediterrâneo, Índico e Atlântico.

Comparando-se essa característica de "continente-ilha" da África com a América, nota-se que o nosso continente é bem mais ilhado. Isto porque cerca de 2/7 do litoral africano se aproximam bastante da Europa e Ásia por serem, na escala mundial, bastante modestos, os mares Mediterrâneo e Vermelho.

Assim o *norte ou Maghreb* fez sempre parte do núcleo geohistórico europeu ou asiático, se nos reportarmos às expansões greco-fenícia, romano-cartaginesa e islâmica. A *costa do Índico*, com o agente natural dos ventos monçônicos levou sempre a África Oriental, desde tempos remotos, a se unir com a Ásia Meridional. A maior costa do continente africano, a do *Atlântico*, foi, na realidade, a *grande barreira natural*, notadamente até o se intensificar das grandes navegações; assim, a África-Atlântica só se transformou em área de comunicação marítima importante, no âmbito das Relações Internacionais, com a descoberta da rota do Cabo em 1498.

Concluimos, assim, que o Índico projetou geohistoricamente o Atlântico-Sul, pois, como afirma Canabarro Reichard: "o oceano foi sempre um só através da História, porém para os efetivos propósitos humanos foram dois, o de leste e o de oeste, até ser contornado o Cabo da Boa Esperança". (A Geopolítica e a Consciência Geográfica da Nação).

No Índico estavam as Índias, de onde vinham os fabulosos lucros das especiarias; no Atlântico-Sul se defrontavam as costas africana e sul-americana, simples pontos de apoio para aguadas ou feitorias para o comércio de retorno.

No âmbito do Império Português, que se estendia do Índico ao Atlântico-Sul, a África-Oriental passava a ser circunavegada através do Índico com a finalidade de se chegar às Índias, onde Goa se tornara o centro vital do comércio lusitano; vemos, assim, que, ainda hoje, na África Oriental, vários topônimos derivam de Goa como, por exemplo, Algoa e Delagoa. Já a África Ocidental ou Atlântica ficaria muito unida ao Brasil, graças à navegação triangular com Lisboa, dotando nosso país de grandes contingentes negros.

c) Posição e Posicionamento

Com uma área de aproximadamente 30.000.000 km², a África é, como a América do Sul, um *continente compacto*, dentro da classificação de Renner, visto haver equilíbrio na distância de seus pontos extremos, mede a África de norte a sul (Cabo Branco e das Agulhas) perto de 8.000 km e de leste para oeste (Cabo Verde e Guardafui) cerca de 7.500 km.

Cortada, como o nosso continente, pelos *trópicos de Capricórnio, Câncer e equador terrestre*, contrasta com a América do Sul por ter, ao contrário desta, mais da metade de sua área no hemisfério norte. Terminando na altura dos 35º de latitude sul, mais ou menos no alinhamento de Montevideu, é a África o *continente mais afastado da Antártica* (6.000 km), enquanto a América do Sul é o que mais se aproxima (4.000 km).

Vê-se, pois, que *4/5 do território africano se envolvem nos trópicos*; e sabendo-se das grandes possibilidades de produção agrária concentrada nas áreas tropicais de temperaturas constantes, podemos avaliar o papel da África. Detentora de 43% de todos os territórios tropicais, a África Tropical propriamente dita abrange

cerca de 20.000.000 km² contra 17.000.000 km² da América e apenas 9.000.000 km² da Ásia.

2 — FISIOGRAFIA

Carecendo de grandes acidentes litorâneos, a *costa africana é retilínea e pouco articulada*. Têm destaque apenas duas grandes saliências — o *Atlas ou Berbéria* na África Ocidental e a *Cornucópia Africana* na parte oriental; e apenas uma notável reentrância na zona do Atlântico vulgarmente conhecida como *golfo da Guiné*. Por se constituir em simples chanfradura na costa atlântica, formando ângulo reto entre o equador e o paralelo de 10º de latitude norte, não é classificado por alguns geógrafos como autêntico golfo.

A chanfradura da Guiné dota a África de dois setores distintos: o do norte, grosseiramente quadrangular, e o do sul, triangular; em ambos os setores distinguem-se *duas grandes barreiras formadas pelos desertos do Sahara e Kalahari*. O Sahara ocupando 7.500.000 km², pouco menor que o Brasil (8.513.844 km²), é cortado pelo trópico de Câncer; bem menor é o Kalahari com seus 120.000 km² correspondentes mais ou menos à área de nosso Território do Amapá (177.303 km²).

Concluimos que, entre outros fatores, foi o Sahara, como barreira próxima ao Mediterrâneo, que desencorajou os europeus, no alvorecer da Idade Moderna, a colonizar a África; conseqüentemente, contribuiu, embora indiretamente, para que a América fosse antes colonizada, apesar de mais afastada da Europa.

Em contrapartida a costa africana desencorajou de um modo geral o elemento colonizador, sendo inúmeros os relatos, em especial dos pioneiros portugueses, sobre os sérios problemas que a navegação enfrentava, quer pela ausência de bons portos ou abrigos regulares para embarcações, quer pelas correntes marítimas, quer pelas calmarias.

Um terceiro fator viria contribuir também para que o colonizador procurasse primeiro as terras americanas — a *configuração maciça da África*. O relevo africano é caracterizadamente planáltico com altitude média de 600 metros, correspondendo ao dobro da Europa. Embora sem apresentar uma só cadeia de montanha que se possa comparar às da América, Ásia e até mesmo Europa, a área planáltica africana, com situação marginal, contribuiu para a quase ausência de planícies costeiras. Foi este aspecto fisiográfico, em particular, que isolou a África transformando-a num "*continente fechado*". Por isso, quando Napoleão Bonaparte, ao se iniciar o século XIX, chegou ao Egito, os conhecimentos sobre o continente africano não iam muito além dos 600 km de costas, e, mesmo assim, nos lugares mais favoráveis.

Antes da invenção do automóvel e do avião, a impenetrabilidade da África manteve-a praticamente desconhecida. E não é exagero quando se diz que foi o primeiro vôo sobre a África, realizado em 1912 por Chalmers Mitchell, que marcou um conhecimento mais generalizado do continente. Onde concluímos com Delgado de Carvalho que: "A função geopolítica da África, continente ligado ao Heartland ou Ilha Mundial sul asiática, tem evoluído no decorrer da História, adaptando-se às

necessidades do momento e às condições criadas pelo progresso humano. De fato, são principalmente os meios de comunicação e de transporte que determinaram a geopolítica africana". (África — Geografia Social, Económica e Política).

Em ângulo fisiográfico mais particularizado, a África pode ser dividida em duas grandes regiões: a África Alta, ocupando o norte e o oeste, e a África Baixa, ocupando o leste e o sul.

Na África Alta estão as *fossas tectônicas* ocupadas pelos lagos africanos — Tanganica, Niassa, Rodolfo, dos quais difere pela forma e origem o Vitória, numa altitude de 1.134 metros em área superior à do nosso Estado da Paraíba (68.800 km² contra 56.556 km²).

É na África Alta que se estende, emergindo do planalto, a *Cordilheira Oriental Africana*, onde se alinham os três mais altos picos do continente, dotados de neves eternas: *Kilimandjaro* (5.890 metros), *Quênia* (5.195 metros) e *Ruwenzo-ni* (5.119 metros). Notando-se que nenhum deles alcança a altitude de vários espalhados pelo Andes.

A medida que se caminha para o sul, as altitudes vão decaindo na África Alta, visto que no *Drakensberg* os pontos mais altos não ultrapassam os 3.600 metros.

Na África Baixa os lagos se situam em *depressões* formadas por planaltos; são verdadeiras bacias fechadas chamadas de *pailas* no sul e *chotts* no norte. A mais digna representante desse tipo de bacia é a do *lago Tchad* alimentado pelo *rio Chari*.

Comparando-se, podemos concluir que enquanto a África Alta se encontra em sua quase totalidade voltada para o Índico, a África Baixa busca o Atlântico. Nesse posicionamento a África se assemelha à América do Sul com seu "destino manifesto" muito mais voltado para o Atlântico do que para o Pacífico.

Por outro lado, a hidrografia africana contrasta com a da América. Em nosso continente, as bacias hidrográficas, sobretudo as tributárias do Atlântico — a do Prata e a do Amazonas, favoreceram a penetração. Lá, as bacias que fluem para o Atlântico ou Índico têm que abrir passagem através de profundas gargantas, despencando em quedas de um escalão para outro do planalto. Particularizando podemos dizer que a *bacia do Congo*, caudalosa como a do Amazonas, situadas ambas na linha do equador, só pode ser penetrada normalmente em cerca de 150 km enquanto a nossa em 1.500 km de distância do Atlântico.

O aspecto acidentado dessas bacias confere à África o título de "*continente das cataratas*"; e nesse contexto bem podemos imaginar a riqueza que encerra em potencial hidroelétrico. Conclui-se ainda que os rios africanos, de um modo geral, ao contrário do que ocorre nas demais partes do mundo, não desempenharam o seu papel geohistórico natural como vias de comunicação e portas de acesso. Ligeira exceção pode ser encontrada no *rio Nilo*, que no entanto só foi durante muito tempo percorrido até a primeira catarata.

Contrastando com tantos fatores fisiográficos adversos, as ilhas litorâneas, mais fáceis, por seu posicionamento, de serem defendidas e ocupadas, serviram de trampolins para o estabelecimento posterior na zona costeira. Bolama, por exemplo se constituiu no núcleo geohistórico da Guiné-Bissau; Goré (arquipélago de Cabo Verde) foi o ponto de partida para o controle do Senegal; tendo tido funções idênticas as Canárias, as ilhas de S. Tomé, Príncipe, Fernando Pó e Anobón no Atlântico, bem como Zanzibar e Pemba no Índico. A estas se superpôs Madagascar, que viveu sempre no selo vivificante do Índico, exercendo, no seu isolamento, o mesmo papel geohistórico das montanhas, no refúgio das culturas e tradições.

3 - CONQUISTA E OCUPAÇÃO

Tal como ocorreu na América, foram também os portugueses e espanhóis os pioneiros modernos na conquista da África.

Chegando a Ceuta (1415), os portugueses estabeleciam seu marco inicial para a conquista do Atlântico-Sul. Assim diz Jaime Cortesão: "A conquista e ocupação desta cidade, testa duma estrada comercial para a região do ouro, chave do estreito, comporta do comércio do Levante com o Ocidente, sentinela e guarda avançada contra as incursões dos consórcios muçulmanos às costas portuguesas, foi, segundo cremos, uma espécie de prólogo ao vasto plano de expansão, medida prévia de segurança e primeira etapa necessária ao longo caminho a empreender... Nessas condições, geopoliticamente, Ceuta deve ser considerada como a porta de três mundos — o mediterrâneo, o atlântico e o africano... Mas, de súbito, vê o pequeno povo português, sua vizinha pelo ocidente — Castela — ultrapassar as costas peninsulares e criar uma cabeça-de-ponte em Marrocos. Daí por diante, Castela espiará com ciúmes os movimentos sempre suspeitos e secretos dos portugueses". (A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino.)

Eis aí o *pivot* da chegada de Colombo à América, eis aí o *pivot* do Tratado de Tordezilhas, que transformou por algum tempo, como autêntico ato geopolítico, o Atlântico-Sul num "mare nostrum" português. "Mare nostrum" que não se manteve pela entrada dos holandeses, ingleses e franceses na corrida dos mares. Esses três povos tentaram a conquista do Brasil, sem resultados positivos, mas em contrapartida, antes mesmo que o hinterland africano fosse conhecido, os melhores trechos da África-Atlântica haviam caído em suas mãos.

No transcurso de quatro séculos a América foi redescoberta, explorada e colonizada. E só quando no século XIX essa América se emancipava politicamente, chegava a vez da África. Nos primeiros cinquenta anos do século XIX a África foi redescoberta, explorada e preparada para uma colonização que não chegou a se efetivar como na América, pelo curto espaço de tempo. Enquanto Tordezilhas limitou a dois colonizadores o espaço americano, o Congresso de Berlim (1884-85) transformou a África num autêntico mosaico étnico-colonial, repartindo-a entre portugueses, espanhóis, franceses, ingleses, belgas, alemães e italianos. Tordezilhas (1494) consagrou o direito histórico que Berlim anulou. Em Berlim, pois, está a origem da transformação da África numa "colcha política de retalhos".

Em se tratando de *civilizações autóctones africanas* antes da chegada do colonizador moderno, destacou-se logo a *egípcia*, integrante culturalmente do "Crescente Fértil". Assim, durante toda a Antiguidade e Idade Média a maior parte dos africanos estabelecidos no norte fez parte da civilização mediterrânea. Isso desde a fundação das colônias fenícias (século VIII a.C.) até a conquista árabe (século VII a.C.). A ocupação do norte africano pelos *romanos*, embora considerada por alguns historiadores como mero incidente da História, teve como consequência facilitar a *propagação do Cristianismo*; este, porém, foi praticamente eclipsado pelo islamismo, tendo subsistido apenas no "copta", uma forma original de Cristianismo existente entre os egípcios.

Entre o Sahara e o Kalahari estendiam-se as *civilizações negras*. Contrastando com o que ocorreu na América do Sul, com suas civilizações mais adiantadas no lado do Pacífico, as principais civilizações negras se localizavam no setor Atlântico. Os haussás, os peuls, os akans, os yorubas, dentro de verdadeiro mosaico étnico, com suas línguas ou dialetos próprios, e seus costumes peculiares, jamais conseguiram implantar um grande Estado de longa duração.

Os *Reinos de Ghana, Senghói, Mali e Kanen* são os mais conhecidos, embora existam menções a outros Estados dominadores. Caracterizava esses *Estados Militares* a vida em algaras para a obtenção de escravos. Por isso, outros grupos menos fortes, como os hotentores e boshimanos, por exemplo, foram repelidos para zonas de refúgio nas florestas, pântanos e até para o Kalahari. No contexto, porém, é interessante ressaltar que nem ao norte do Sahara, nem ao sul do Kalahari existiram civilizações negras. Na África do Sul os colonizadores holandes e ingleses antecederam os negros.

Vivendo dentro do *sistema tribal*, foi essa linha de Estados Militares que mais serviu, de início, aos europeus, fornecendo-lhes *escravos embarcados para a América*. As cifras de negros vindos para a América são avaliadas (embora de modo muito impreciso) em 15 ou 20 milhões de pessoas. Essa perda humana produziu queda demográfica equivalente à econômica, visto que esses Estados abandonaram suas atividades agrícolas para viver da guerra. Praticavam a guerra não só para fazerem cativos, mas também para a defesa da própria liberdade. No auge do comércio negreiro não se respeitavam mais nem os reis ou chefes; todos podiam ser apreendidos.

Foi nesse período que remanescentes desses Estados Militares, embora decedentes, *tentaram bloquear a entrada dos europeus no continente*. Tal como as tribos de índios americanos que foram para o interior fugindo do colonizador, tribos negras se internaram nas florestas. No século XIX generalizava-se esse ditado africano — "a selva é mais forte que o canhão do homem branco". Há apenas em parte uma verdade nisso, pois o branco que conquistou a África não conseguiu colonizá-la, tal como aconteceu na América.

Conclui-se assim que no momento em que as nações vencedoras de Napoleão se reuniam em Viena para nova partilha da Europa, a América se separava politicamente de suas metrópoles e a África passava a ser encarada mais seriamente pelo

européu. No último caso, o exemplo mais concreto é o fato de a Inglaterra ter conseguido se instalar estrategicamente na Colônia do Cabo.

A América, que alimentara a revolução comercial iniciada no século XV, veria a conquista da África ser efetivada no século XIX para alimentar, com suas matérias-primas, a revolução industrial.

À semelhança do que ocorreu na América, a conquista político-territorial da África provocou uma série de conflitos. Na América do Sul a zona de fricção se concentrou no Prata; na África em pontos mais generalizados, visto serem mais numerosos os contendores. Na África, porém, ficaria patenteado que a segurança do branco dependia, em grande parte, de sua união contra o negro. Onde podemos observar que no continente africano só por duas vezes os reajustes territoriais provocaram guerras: a dos boers (entre ingleses e holandeses) e a Primeira Guerra Mundial, que apresentou, entre outras causas, a questão marroquina entre a França e a Alemanha.

Em se tratando da partilha da África concluímos também que à semelhança do ocorrido em Tordezilhas, os diplomatas europeus reunidos em Berlim também não tinham conhecimentos fundamentais sobre o continente africano. Daí haver uma África Política, tal como a América, cortada por fronteiras esboçadas, ou seja, traçadas no mapa sem o prévio conhecimento do terreno.

Por outro lado, o elemento humano foi bem mais olvidado na África do que na América. Sabemos que aqui os Vice-Reinos da Nova Espanha e do Peru procuraram respeitar os impérios asteca e incaico. Na África, cada colônia se baseou na ocupação ou reclamação reivindicatória de alguma zona costeira por parte dos colonizadores. Levando-se em conta esse fato de cada núcleo colonial corresponder ao estabelecimento costeiro, o traçado das fronteiras políticas para o interior equivalem mais ou menos a uma defrontação com o litoral. Basta se observar na costa Atlântica, por exemplo, as formas da Guiné-Bissau, do Marrocos, do Sahara Espanhol, da Serra Leoa, da Libéria, da Costa do Marfim, de Ghana, do Togo, do Dahomé (atual Benin), do Congo e de Angola.

Numa conclusão geral, a ocupação da África pelo europeu pode ser encarada dentro dos seguintes princípios:

- O princípio econômico, visando a assegurar mercados para a produção industrial e, ao mesmo tempo, fornecedores de matérias-primas. Daí haver Jules Ferry afirmado que "a política colonial é filha da política industrial";
- Dentro dos princípios correlatos da estratégia e do poder, visava-se ao domínio das principais rotas marítimas, assegurando-se pontos de apoio para a frota de guerra e de escala para a marinha mercante;
- Dentro do princípio da chamada "lei natural", visavam os europeus a buscar espaços na África, pois quem não crescesse deveria se resignar à decadência. Foi justamente esse princípio que levou Mussolini a dirigir a imigração italiana para territórios coloniais;

— Dentro do princípio religioso-cristão de ampliar a área de civilização ocidental, os europeus destruíram em grande parte o tribalismo, o poder dos chefes locais.

Por outro lado, os melhores horizontes, quer econômicos, quer culturais, oferecidos por estes mesmos colonizadores, atraíram muitos africanos, que, egressos de suas tribos se transformaram nos "desarraigados". Foram justamente os "desarraigados" que, integrando sindicatos, movimentos estudantis ou, como os "criollos" da América, estudando em universidades no exterior, se transformaram nos líderes que buscaram, via de regra, dar independência a um território onde a nação ainda não havia sido implantada e que na maioria ainda não se implantou.

Seguem-se, pois, apenas alguns exemplos, entre os quais o da Guiné-Bissau (36.125 km²), menor que o nosso Estado do Espírito Santo (39.557 km²), contando com cerca de 40 tribos. A República das Seychelles implantada em 1977 em 92 minúsculas ilhas, numa área de 376 km²; nela, os brancos falam o francês mas o idioma oficial é o inglês; 90% dos habitantes são católicos mas a região é dirigida por comunidade anglicana, e os negros, divididos em tribos, estão em maioria. No lado oriental a República de Djibuti, menor que Sergipe, é palco de luta entre afars e issas. No lado ocidental, a Guerra de Biafra, na Nigéria, mostrou a existência de várias nações num mesmo país. Ocorrendo o mesmo no Zaire, onde mais recentemente (1978) tivemos a questão de Shaba. Esses exemplos podem ser levados a inúmeros outros países africanos, destacando-se ainda a imaturidade que vem caracterizando a própria República da África do Sul através dos "batustans" ou "homelands", quistos coloniais oficialmente formados dentro do país.

Concluimos assim que não há continente que, à semelhança da África, se apresente tão *tendente a se subdividir ainda mais politicamente*. O imaturo processo geohistórico fez da África um *continente geopoliticamente inseguro*. E, nesse processo de revolução política, grande parte dos países africanos não poderá tão cedo se definir como tais no âmbito das Relações Internacionais. Muito embora, é interessante ressaltar, tenham *vaz ativa na ONU* para onde se pode entrar sem que haja um limite mínimo de território ou população, podendo agir em perfeita igualdade de decisão com o Brasil, por exemplo, que é o 79º país do mundo em população e o 49º entre os mais extensos.

4 — SEPARAÇÃO POLÍTICA OU DESCOLONIZAÇÃO

Curiosamente, assim como o *pan-americanismo* projetado por Simão Bolívar tinha como propósito unir a América Espanhola... o *pan-africanismo*, dentro do mesmo sentido prático, também se regionalizou; sobretudo a partir de 1946 seu objetivo primordial era o da unidade para a África-Atlântica.

Pela unidade lingüística e religiosa, poderia Bolívar ser bem sucedido; o entrave que encontrou foi o da descentralização administrativa de que gozava a América Espanhola. Pela *diversidade lingüística-religiosa e, sobretudo, étnica*, ao la-

ÁFRICA — PAÍSES INDEPENDENTES (1978)

Quo Vadis, África?

PAÍS	NOME OFICIAL	CAPITAL	LÍNGUA OFICIAL	ÁREA (Km ²)	DATA NACIONAL (INDEPENDÊNCIA)
África do Sul	República da África do Sul	Cidade do Cabo (Legislativa) Pretória (Administrativa)	Inglês e Afrikaans	1.221.037	31 de Maio (Proclamação da República)
Alto Volta	República do Alto Volta	Uagadugu	Francês	274.200	1958 (Indep.) 11 de Dezembro (Proclamação da República)
Angola	República Popular de Angola	Luanda	Português	1.246.700	11 de Novembro de 1975
Argélia	República Democrática e Popular da Argélia	Argel	Árabe Francês (semi-oficial)	2.381.741	5 de Julho de 1962
Benin (Antigo Dahomé)	República Popular do Benin	Porto Novo	Francês	112.622	1º de Agosto de 1960
Botswana (Antiga Betsuanalândia)	República de Botswana	Gaborone	Inglês	600.372	30 de Setembro de 1966
Burundi	República do Burundi	Usumbura	Rundi (dialéto Bantú) Francês (semi-oficial)	27.834	1º de Julho de 1962
Cabo Verde (Arquipélago)	República de Cabo Verde	Praia (Ilha de S. Tiago)	Português	4.033	5 de Julho de 1975

do da variedade administrativa, muito menos chances teve Nkrumah ao se projetar como o "Bolívar Africano".

Assim como Bolívar não conseguiu ser na América Espanhola o único líder "criollo", Nkrumah jamais chegou a ser líder único dos Estados Unidos Negros do Atlântico. Isso porque, tanto na América Espanhola como na África Atlântica, o regime republicano atraiu a ambição de muitos.

Bolívar falhou, dentro dos princípios da maçonaria vermelha, querendo transplantar para a América um regime europeu — francês, no caso. Falhou Nkrumah quando, ao publicar o mapa dos Estados Unidos da África (1959), procurou, dentro de diretrizes geohistóricas inteiramente opostas, se basear na premissa — "se lá os 13 Estados decidiram se unir, porque não podemos nós fazer o mesmo?!"

Na América uniões efêmeras chegaram a se realizar ou foram planejadas; na África o mesmo fenômeno. Ghana, de colonização inglesa, tentou se unir à Guiné, de colonização francesa em 1958; esse "Canadá Africano" se desfez pouco depois. O RDA (Rassemblement Democratique Africain), ou União Guiné-Mali, foi igualmente efêmera (1956); como aconteceu com a Federação Mali (1959), que pretendeu unir o Mali, o Senegal, o Benin, o Sudão e o Alto Volta. Também não tiveram êxito a União dos Estados Africanos (1959), a União Sahel-Benin (1960), a Senegâmbia (1960), os Estados Unidos da África Latina (1959). Coincidentemente todas essas tentativas de união ou uniões efêmeras tiveram lugar entre países da África Atlântica.

Nem mesmo a "negritude" lançada em 1933-35 por Leopold Sedar Senghor, quando bem aceso se encontrava na Europa o chamado "arianismo", conseguiu unir a África Atlântica. Nem mesmo a colonização inglesa comum na Tanzânia, Uganda e Quênia, com certa unidade étnica, e o suahili, dialeto geral, conseguiu unir a África Oriental. Nem Portugal, imbuído do sentimento de unidade que tão bem transmitiu ao Brasil, conseguiu tornar coesos os seus territórios africanos.

Não nos cabe aqui analisar as vantagens ou desvantagens do nacionalismo sem nacionalidades implantado na África. A realidade é que o nacionalismo em alguns países negros se transformou, em parte, no ódio, não ao elemento colonizador propriamente dito, mas sim ao branco. E esse racismo de parte da África Negra ecoa no *apartheid* da Rhodésia e da República da África do Sul. Nacionalismo que em alguns desses países se envergonha de um passado que se não tivesse existido não estariam os países africanos, como estão, no âmbito das Relações Internacionais.

A América, muito ao contrário, não procurou apagar o passado colonial; assim o Brasil se mantém Brasil, a Colômbia homenageia seu redescobridor. Já a África em nome de um nacionalismo exacerbado vem implantando um autêntico festival de topônimos, pois Fernando Pó passou a ser Macias Nguema, Lourenço Marques é hoje Maputo, Fort Lamy é hoje N'Djamena, e talvez o lago Alberto, rebatizado como Idi Amim Dada, volte ao seu nome anterior. Dentro dessa insegurança... quo vadis, África?

PAÍS	NOME OFICIAL	CAPITAL	LÍNGUA OFICIAL	ÁREA (Km ²)	DATA NACIONAL (INDEPENDÊNCIA)
Camerum	República Unida do Camerum	Yaundé	Francês e Inglês	475.442	1º de janeiro de 1961
Centro-Africano (antigo Ubangui-Chari)	Império Centro Africano	Bangui	Francês	622.984	3 de Agosto de 1958
Congo	República Popular do Congo	Brazzaville	Francês	342.000	15 de Agosto de 1960
Costa do Marfim	República da Costa do Marfim	Abidjan	Francês Diula (dialeto semi-oficial)	332.463	7 de Dezembro de 1960
Djibuti (antiga Somália Francesa)	República de Djibuti	Djibuti	Francês	21.783	27 de Junho de 1977
Egito	República Árabe do Egito	Cairo	Árabe	1.001.449	23 de Julho (Revolução)
Eritrópia	Eritrópia	Adis-Abeba	Amárico	1.221.900	13 de Setembro (Revolução Popular)
Gabão	República do Gabão	Libreville	Francês	267.667	17 de Agosto de 1960
Gâmbia	Gâmbia	Banjul	Inglês	11.295	18 de Fevereiro de 1962
Ghana (antiga Costa do Ouro)	República de Ghana	Acra	Inglês	238.537	6 de Março de 1957
Guiné	República da Guiné	Conacri	Francês	245.947	2 de Outubro de 1958

Para não entrarmos no terreno cultural, pois a África, a despeito dos "nacionalismos", se mantém, como a quase totalidade dos países do chamado "Terceiro Mundo", na mais estreita dependência da tecnologia estrangeira, vários países africanos estão longe de apresentar condições mínimas para uma autonomia econômica, por terem herdado o deserto ou mesmo uma área exígua.

Na África, autênticos *contrasensos geopolíticos* se refletem em zonas de atrito que se multiplicam pelo continente:

- No Oriente, a luta na *Cornucópia Africana* mostra uma Grande Somália impedida de se constituir; um deserto de Ogaden disputado em fronteira de fricção pela Somália e Etiópia; uma inversão de alianças da Somália e Eritreia; os árabes procurando ajudar os árabes para transformar o mar Vermelho em "mar árabe"; no meio de tudo a Rússia agindo, os Estados Unidos se omitindo e os judeus no compasso de espera;
- Ainda no Oriente os problemas da *Rhodésia e África do Sul*, dominadas por minorias brancas, tendo contra elas os "Cruzados do Continente Negro" (Tanzânia, Moçambique, Zâmbia e Botsuana) que, como os Cruzados Cristãos, que tentavam libertar o Santo Sepulcro, também não se entendem.

E, assim, a Rhodésia vai se mantendo a despeito do "bloqueio econômico" imposto pela ONU, pois, como diz George Tracy, promotor das transações externas do país — "enquanto os políticos discutem no salão os comerciantes assinam contratos na cozinha". E, apesar da vigência do bloqueio, a estação de Victoria Falls, no noroeste da Rhodésia, se transformou no entroncamento ferroviário distribuidor de produtos que demandam a Zâmbia, sua "inimiga". Por sua vez, a Zâmbia comercia com a África do Sul, e Moçambique tem lucros com a Rhodésia através dos corredores de exportação da Beira e de Nacala. O governo de Moçambique, de outro lado, não deseja prescindir da fonte de divisas pela mão de obra que fornece para as minas do Rand na África do Sul.

Na *África Atlântica* três pontos cruciais:

- Ao norte, a *Frente Polisário*, formada por populações nômades vindas do *Sahara Ocidental* e refugiadas em território argelino, mostra que o conflito entre o Marrocos, a Mauritânia e a Argélia é notório. A questão envolve ainda a OTAN, pois esse litoral do antigo Sahara Espanhol, dividido entre o Marrocos e a Mauritânia, ao lado do arquipélago das Canárias, tem importância estratégica visto cobrir a saída do Mediterrâneo para o Atlântico;
- No sul, a questão da *Namíbia*, onde coabitam 11 tribos (sendo a dos ovambos a mais numerosa), se constitui em outra zona de fricção. Seu território é arenoso, mas o subsolo é rico como o do Sahara Espanhol; neste, mina de fosfato; naquele, urânio e cobre. Como o Sahara Espanhol o fator geoestratégico é também importante. Assim se a rota do Cabo, coberta pelo litoral da Namíbia, passagem de aproximadamente

PAÍS	NOME OFICIAL	CAPITAL	LÍNGUA OFICIAL	ÁREA (km ²)	DATA NACIONAL (INDEPENDÊNCIA)
Guiné-Bissau	República da Guiné-Bissau	Bissau	Português	36.125	10 de Setembro de 1973
Guiné Equatorial (antiga Rio Muni — Ilhas Fernando Pó, Corisco, Elobey e Annobón)	República da Guiné Equatorial	Malabo (ex-Santa Isabel)	Espanhol	28.051	12 de Outubro de 1968
Lesoto (antiga Basutolândia)	Reino de Lesoto	Maserú	Inglês e Sesoto (dialecto)	30.355	4 de Outubro de 1966
Libéria	República da Libéria	Monróvia	Inglês	111.369	26 de Julho de 1847
Líbia	República Popular Árabe da Líbia	Trípoli	Árabe Inglês e Italiano (semi-oficiais)	1.759.540	1951 (Indep.) 1º de Setembro (Revolução)
Madagascar	República Democrática da Madagascar	Tananarive	Francês e Malgaxe	587.041	1961 (Indep.) 28 de Maio (Dia da Liberdade Africana)
Malawi (antiga Niassalândia)	República do Malawi	Lilongwe	Inglês	118.484	6 de Julho de 1966
Mali (antigo Sudão Francês)	República do Mali	Bamako	Francês	1.240.800	22 de Setembro de 1960
Maurício (Arquipélago)	Mauritius	Port Louis	Inglês	1.865	12 de Março de 1968
Mauritânia	República Islâmica da Mauritânia	Nuackchott	Árabe e Francês	1.030.700	28 de Novembro de 1960

70% dos materiais estratégicos necessários aos países da OTAN, vier a ser bloqueada, o mundo poderá ver-se verticalmente cortado ao meio, mesmo que o canal de Suez não seja fechado;

- Se, no conjunto, o grande interesse da OTAN se prende a esses dois extremos da África Atlântica, no coração do continente, o *Zaire*, por sua riqueza mineral e posicionamento, tem grande importância no âmbito das Relações Internacionais.

Tem o Zaire, no oeste, acesso ao Atlântico em funcional corredor; no norte, sua fronteira com o Sudão parte numa linha reta em direção ao mar Vermelho. Daí a sua importância para os russos ante a possibilidade de um "cinturão de ferro" formado por Estados Comunistas desde o Atlântico ao mar Vermelho em diagonal, desde Angola até a Etiópia. Daí a importância para a OTAN do Acordo de 1975 firmado entre o Zaire e a Alemanha Ocidental. Com a OTRAG (Sociedade de Transporte Orbital e de Foguetes), a OTAN, embora indiretamente, passou a ter um ponto de equilíbrio que se equaciona com as bases russas na Tanzânia.

Três vezes e meia maior que o Brasil, o continente africano encerra enormes riquezas em recursos naturais. No sul estão os grandes produtores de 13 minérios de suma importância, conferindo à região destacado papel geoestratégico no quadro das Relações Internacionais. Detentor de petróleo e outros minérios importantes, o Sahara, mantido geopoliticamente dentro da esfera de vários países africanos, transformou-se numa zona geoestratégica, onde a segurança da exploração e circulação devem ser absolutas.

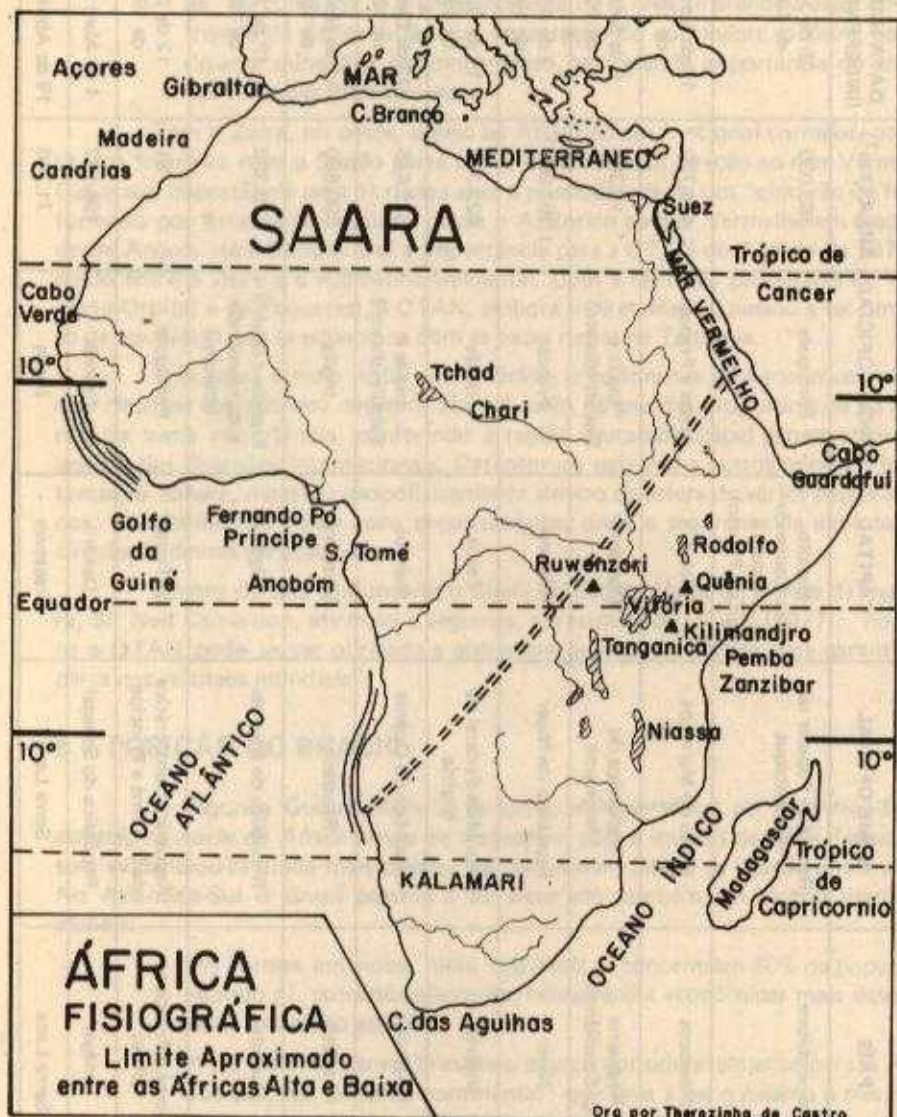
Dentro de tais conjunturas o Chefe do Estado Maior da Defesa da Inglaterra, Sir Neil Cameron, afirmava o seguinte, em reunião da OTAN (1977): "no futuro a OTAN pode se ver obrigada a entrar em guerras periféricas para garantir sua parte nos recursos mundiais".

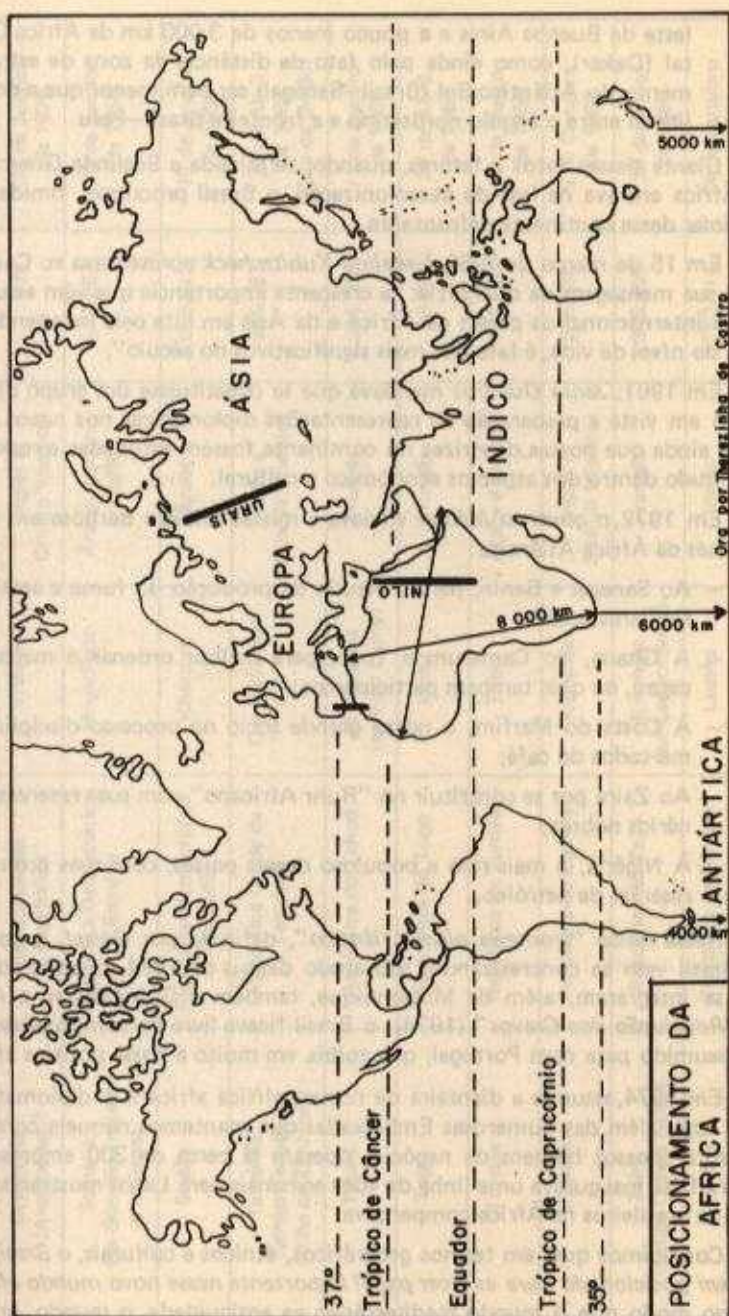
5 — POSIÇÃO DO BRASIL

A Segunda Guerra Mundial ressaltou a importância do Atlântico-Sul. O estratégico norte da África serviu de trampolim para a invasão da Itália. Na conjuntura evidenciou-se ainda mais o valor da rota Natal-Dakar na ligação direta aliada. No Atlântico-Sul o Brasil passava a ser encarado também em termos marítimos globais:

- 1º) Porque em nossa faixa marítima se concentram 80% da população, estando aí, conseqüentemente, nossas áreas econômicas mais desenvolvidas (ecúmeno estatal).
- 2º) O extenso litoral brasileiro avança consideravelmente para o Atlântico-Sul, no "entorce continental" que leva a ser o mesmo o meridiano de Lima no ocidente e Washington no oriente.
- 3º) Esse "entorce continental" nos lança em direção à África, que podemos caracterizar pelo fato de Recife se encontrar a quase 4.000 km a

PAÍS	NOME OFICIAL	CAPITAL	LÍNGUA OFICIAL	ÁREA (Km ²)	DATA NACIONAL (INDEPENDÊNCIA)
Mocambique	República Popular de Moçambique	Maputo (ex-Lourenço Marques e ex-Can Phumo)	Português	783.030	25 de Junho de 1975
Marrocos	Reino do Marrocos	Rabat	Árabe e Francês	458.730	18 de Novembro de 1961
Nagwame (antiga Suazilândia)	República do Nagwame	Mbanane	Inglês e Siswati (dialeto)	17.363	6 de Setembro de 1968
Niger	República do Niger	Niamey	Francês	1.267.000	3 de Agosto de 1960
Nigéria	República Federal da Nigéria	Lagos	Inglês	923.768	1º de Outubro de 1960
Quênia	República do Quênia	Nairobi	Inglês e Suhaili (dialeto)	582.646	12 de Dezembro de 1963
Rhodésia	Rhodésia	Salisbury	Inglês	390.580	11 de Novembro de 1965
Ruanda	República de Ruanda	Kigali	Francês e Suahili e Kinyarwanda (dialeto)	26.338	1º de Julho de 1962
S. Tomé e Príncipe (ilhas)	República Democrática de S. Tomé e Príncipe	S. Tomé	Português	61	12 de Julho de 1975
Senegal	República do Senegal	Dakar	Francês	196.192	4 de Abril de 1960
Serra Leoa	Serra Leoa	Freetown	Inglês	71.740	19 de Abril de 1961





leste de Buenos Aires e a pouco menos de 3.000 km da África Ocidental (Dakar); como ainda pelo fato da distância da zona de estrangulamento do Atlântico-Sul (Brasil-Senegal) ser bem menor que a do nosso litoral entre o ângulo nordestino e a fronteira Brasil-Peru.

Diante desses fatos e fatores, quando, terminada a Segunda Guerra Mundial, a África entrava na fase de descolonização, o Brasil procurava, timidamente, se aproximar desse continente defrontante.

Em 15 de março de 1959, *Juscelino Kubitschek* apresentava ao Congresso Nacional sua mensagem na qual dizia: "a crescente importância que vêm assumindo no campo internacional os países da África e da Ásia em luta pela independência e melhoria do nível de vida, é fato dos mais significativos do século".

Em 1961, *Janio Quadros* mandava que se constituísse um grupo de trabalho tendo em vista a preparação de representações diplomáticas nos novos países. Ordenava ainda que nossas diretrizes no continente fossem estudadas e reexaminadas, sobretudo dentro dos aspectos econômico e cultural.

Em 1972, o *governo Médici* enviava a missão Gibson Barbosa em visita a vários países da África-Atlântica:

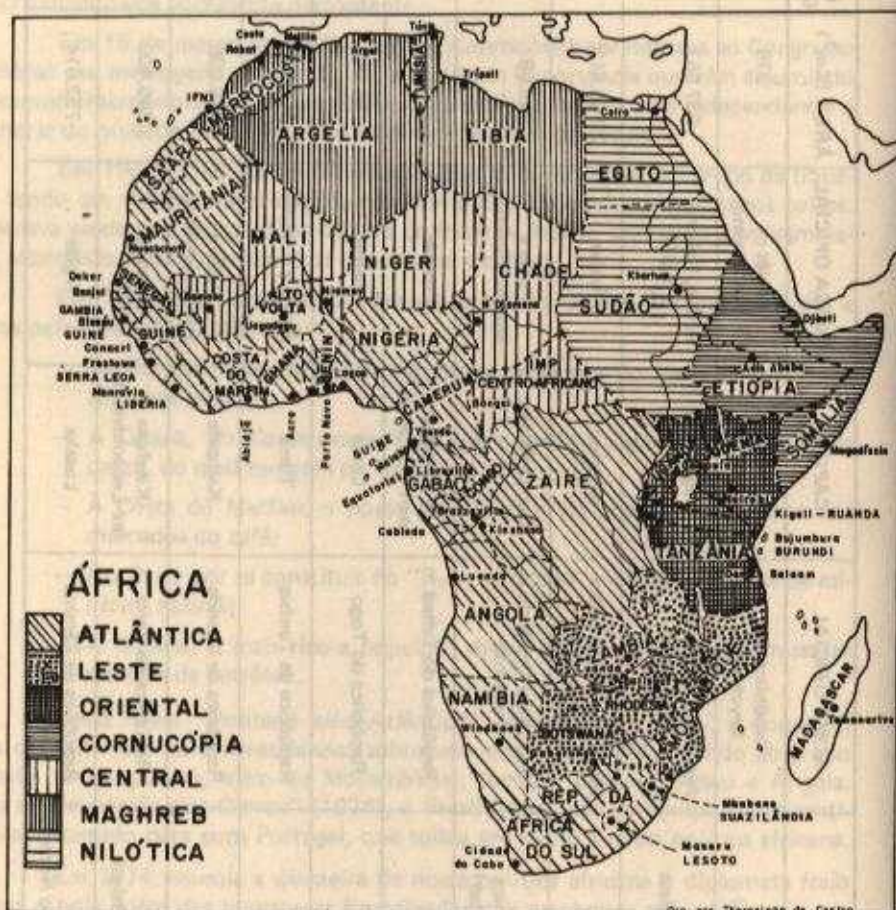
- Ao Senegal e Benin, para o estudo da produção do fumo e amendoim, similares nossos;
- A Ghana, ao Camerum e Togo, para melhor ordenar o mercado do cacau, do qual também participamos;
- À Costa do Marfim, o nosso grande sócio no processo disciplinar dos mercados do café;
- Ao Zaire por se constituir no "Ruhr Africano" com suas reservas de minérios nobres;
- À Nigéria, o mais rico e populoso desses países, com suas promissoras reservas de petróleo.

Nessa nossa "fronteira além-Atlântico", definida por *Geisel*, o comércio com o Brasil vem se concretizando, sobretudo depois de 1974, quando ao grupo visitado se integraram, além de Moçambique, também a Guiné-Bissau e Angola. Com a "Revolução dos Cravos" (1974), o Brasil ficava livre do compromisso sentimental assumido para com Portugal, que tolhia em muito a nossa política africana.

Em 1974, assumia a dianteira de nossa política africana o diplomata *Italo Zappa* e hoje, além das numerosas Embaixadas que mantemos naquele continente para orientar nossos homens de negócio, operam lá cerca de 300 empresas. Em 1977 a VARIG inaugurava uma linha de vôos semanais para Lagos mostrando que a presença de brasileiros na África compensava.

Concluimos que em termos geográficos, étnicos e culturais, o Brasil se encontra bem posicionado para exercer papel importante nesse novo mundo africano. Do mesmo modo que o mundo mediterrâneo na antiguidade, o mundo atlântico

PAÍS	NOME OFICIAL	CAPITAL	LÍNGUA OFICIAL	ÁREA (Km ²)	DATA NACIONAL (INDEPENDÊNCIA)
Seychelles (Arquipélago)	República das Seychelles	Vitória	Inglês e Criollo (dialeto)	376	29 de Junho de 1976
Somália (ex-Somália Inglesa e Italiana)	República Democrática da Somália	Mogadíscio	Árabe, Italiano e Inglês	637.657	26 de Junho de 1960
Sudão	República Democrática do Sudão	Khartum	Árabe	2.505.813	19 de Janeiro de 1956
Tanzânia (antiga Tanganica e Ilha de Zanzibar)	República Unida da Tanzânia	Dar-Es-Salaam	Inglês e Suahili (dialeto)	945.087	26 de Abril de 1964 (Dia da União)
Tchad	República do Tchad	N'Djamena (ex-Fort Lamy)	Francês	1.284.000	11 de Agosto de 1960
Togo	República do Togo	Lomé	Francês	56.000	27 de Abril de 1960
Tunísia	República da Tunísia	Túnis	Árabe e Francês	163.610	20 de Março de 1956
Uganda	República de Uganda	Kampala	Inglês e Suahili (dialeto)	236.036	9 de Outubro de 1962
Zaire (antigo Congo Belga)	República do Zaire	Kinshasa (ex-Leopoldville)	Francês	2.345.409	30 de Julho de 1960
Zâmbia (antiga Rodésia do Norte)	República de Zâmbia	Lusaka	Inglês	752.614	24 de Outubro de 1964



possui certa unidade geoistórica a que se superpõem as diferenças locais ou regionais.

No âmbito das Relações Internacionais, a nossa presença na África constitui, na realidade desse continente conturbado, uma *importante peça para a estratégia do mundo livre*.

6 - CONCLUSÃO

Vertiginosamente descolonizada, a África entrou na fase que podemos chamar de *"guerra tépida"*. Assim, é sempre notória a crescente importância das superpotências na África. Dentro, pois, do contexto geopolítico e geoestratégico, a *frágil África* transformou-se na mais nova arena para a política das superpotências.

É o continente com o *menor desenvolvimento econômico*, aquele que *menos população tem e mais atrasado está*, aquele que ascendeu à maioria depois de todos, tendo sido admitido na ONU em último lugar.

Aquele que, pela rapidez de sua evolução, *não conheceu a adolescência* que lhe teria proporcionado um pouco da indispensável experiência política. Por isso *regimes imprevisíveis* se instalam nas mais diversas regiões: imbúdos por contextos falsos de ideologias que mudam da noite para o dia; guiados por *"pseudo-líderes"* que falam em nome de uma nação formada por nações.

Se o historiador antigo Plínio vivesse, poderia ver quão atualizada estaria essa sua frase: *"da África sempre surge algo de novo"*.

QUO VADIS, ÁFRICA?



A BALANÇA DO PODER NA AMÉRICA DO SUL

Edmar Eudócio Telesca

Coronel de Infantaria QEMA, Bacharel em Ciências Administrativas e possuidor do Curso Avançado de Infantaria (Fort Benning, EUA). É membro, atualmente, do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro.

O PODER NACIONAL

O Poder e a sua avaliação — O Poder coloca-se, hodiernamente, na própria raiz da Política como Ciência, tornando este estudo, mais e mais, uma Cratologia — Ciência do Poder. Este entendimento, compartilhado por grandes cientistas políticos do nosso século, sem dúvida, enriquece a Ciência Política porque, à sua luz, abrem-se amplas perspectivas aos estudos, desatrelando o fenômeno político do fenômeno do Estado.

Sinteticamente, Poder é a capacidade de impor a vontade, eis o que se pode apontar como sua expressão mais simples. Segundo Hans T. Morgenthau "O Poder é a capacidade humana de exercer pressões sobre a vontade e ações de outros indivíduos". Este conceito estende-se ao Poder Nacional, uma vez que Nação é um grupamento de indivíduos que vivem em sociedade.

O Poder, dentro de nossa concepção filosófica, não é um fim em si mesmo — ele é o meio de produzir efeitos no ambiente social. E, assim, o Poder Nacional é o instrumento de que dispõe a Nação para, sob a direção do Estado, conquistar e manter seus objetivos. Suas características essenciais são: sentido instrumental, integração, âmbito de atuação e relatividade.

Na esfera interna, atua, principalmente, como instrumento social de controle de fenômenos, buscando a realização da tranquilidade, do bem-estar e do aprimoramento coletivo. Externamente, atua, sobretudo, como instrumento de afirmação da soberania nacional, voltado à conquista e preservação dos objetivos nacionais no campo diversificado das relações internacionais.

Para a sua avaliação, Morgenthau, Kenneth, Frank Simonds e outros consideram os seguintes fatores: a situação geográfica, os recursos naturais, a capacidade industrial, a população, o grau de eficiência militar, as características nacionais, a aptidão da diplomacia e a qualidade do governo.

Para Spykman, o Poder Nacional é aferido pelos seguintes elementos: a superfície do território, a natureza das fronteiras, a população, as matérias-primas, o desenvolvimento econômico e tecnológico, a capacidade financeira, a homogeneidade técnica, o grau de coesão social, a estabilidade política e o grau de integração nacional.

Basicamente, os geopolíticos utilizam-se dos mesmos indicadores para a avaliação, mas a principal dificuldade reside na subjetividade de alguns elementos nela envolvidos e por sua permanente evolução, fruto, em especial, da complexidade e velocidade do mundo moderno.

Deve-se, assim, salientar que, em qualquer tipo de avaliação do Poder, há indicadores mensuráveis (quantitativos) e apreciáveis (qualitativos) e, ainda, que o Poder Nacional destina-se a atender, basicamente, às necessidades de Desenvolvimento e Segurança. Por outro lado, a relatividade atribuída a um ou outro fator está na dependência direta do estágio da Nação. À medida que a nação se desenvolve, atenuam-se as preocupações com a Segurança Interna e evoluem as de origem externa. Inversamente, a Nação menos desenvolvida procura fortalecer-se internamente com maior prioridade, para poder, posteriormente, projetar-se externamente.

Em capítulos posteriores, far-se-ão avaliações diversas sobre o Poder Nacional das nações da América do Sul, tanto apreciando os indicadores mensuráveis como alguns apreciáveis.

A escolha desses indicadores tem a finalidade de dar um quadro concreto, tanto quanto possível, do Continente.

Ao fazer essa avaliação teórica, é lícito renovar-se a conhecida afirmação: "O Poder Nacional apresenta aspectos subjetivos ou psicológicos, tanto no âmbito interno, como quando de sua comparação ou confrontação externa. Trata-se do valor aparente ou de sua imagem. Uma nação tem poder real dificilmente avaliável, sendo relevante não só o que julga possuir, como o que as outras nações lhe atribuem."

Neste pequeno ensaio sobre a avaliação do poder na América do Sul, o Poder Nacional será representado pelo "poder perceptível" das Nações do Continente.

O PODER PERCEPTÍVEL NA AMÉRICA DO SUL

O método utilizado no mundo — Para se avaliar o poder perceptível das nações, há necessidade de se fazer uma análise, ainda que sucinta, de seus recursos naturais, econômicos, políticos, militares e psicossociais.

O sistema de avaliação do poder mundial recebeu uma contribuição muito valiosa depois da publicação, em 1975, da obra "World Power Assessment", de autoria do Professor Ray S. Cline, que foi assessor dos Presidentes da República dos Estados Unidos desde a época de Franklin Roosevelt e, atualmente, é Diretor de Estudos do "Centro de Estudos Estratégicos Internacionais" de "Georgetown University", em Washington.

Embora sabendo-se que *tal tipo de avaliação tem uma conotação essencialmente teórica*, fato já salientado por estudiosos do assunto, inclusive pelo General Meira Matos, este é, em verdade, um método de se mensurar, em determinada época, o Poder de uma Nação. Atendendo que a maioria dos países da América do Sul nem foi contemplada no livro de Cline, será utilizado o seu método para *exercitar uma avaliação do poder perceptível dos países componentes do continente sul-americano*. Para tanto, o ponto de partida é o seu conhecido modelo matemático:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W)$$

P_p = Poder perceptível

C = Massa

E = Poder econômico

M = Poder militar

S = Estratégia Nacional

W = Determinação Nacional

A aplicação do modelo de Cline no Continente — Partindo, então, do modelo citado, procura-se adaptá-lo às realidades do Continente e, ao final, poder-se-á traduzir em números o Poder de cada nação. Todos os componentes da fórmula serão mensurados, fazendo-se as adaptações necessárias.

1. **Cálculo da massa (M)** — O valor que arbitrariamente é chamado de massa, é resultante de dois fatores distintos: a população e a extensão territorial (Tab. 1, 2, 3).

Quanto à população, cumpre realçar que aspectos culturais, sociais, étnicos, etc. não são levados em consideração. Toma-se o dado global como fator básico, abandonando-se os aspectos intrínsecos de cada comunidade de per si.

Aspectos seletivos do território, da mesma forma não são analisados; leva-nos em conta, apenas, a extensão territorial dos países em foco, o que é uma maneira simplista de quantificação. Por outro lado, é feito um critério de variação de coeficiente bem baixo, para não dar um valor excessivo à nossa imensa área territorial. Isto não invalida, entretanto, o conhecido conceito geopolítico de que para a existência de uma grande nação é preciso possuir um grande suporte físico.

2. Cálculo do poder econômico (E)

(a) Para se avaliar o poder econômico dos países, considera-se, inicialmente, o PNB de cada um deles, dentro de uma escala decrescente de 10 a 1 (Tab. 4).

POPULAÇÕES NA AMÉRICA DO SUL

1976

Critério de coeficientes:

Milhões/hab.	Coeficiente
até 5	1
de 6 a 10	2
de 10 a 20	3
até 30	4
mais de 50	5

TABELA 1

País	Milhões/hab.	Coeficiente	Maiores Índices mundiais
1. Brasil	111	5	1º — China — 930 milhões/hab.
2. Argentina	25,7	4	2º — Índia — 590 milhões/hab.
3. Colômbia	24,1	4	3º — URSS — 250 milhões/hab.
4. Peru	16,6	3	
5. Venezuela	12,3	3	
6. Chile	10	3	
7. Equador	7	2	
8. Bolívia	5,7	2	
9. Uruguai	3,09	1	
10. Paraguai	2,7	1	
11. Guiana	1	1	
12. Suriname	0,350	1	

Fonte: — BIRD — 1976 — —

Além do PNB, são levados em consideração cinco fatores importantes: a produção de energia, a exportação de minérios, a produção e o consumo de produtos siderúrgicos, a produção de alimentos e o comércio exterior. Para cada um desses fatores é atribuído, separadamente, um coeficiente variável de 5 a 1, excetuando-se o comércio exterior ao qual, no caso sul-americano, atribui-se o coeficiente de 10 a 1, face à sua relevância no balanço de pagamentos, na inflação e como fon-

te geradora de recursos de toda ordem. Ao final, tem-se a consolidação do poder econômico das nações (Tab. 10).

(b) Energia — Uma das mais importantes origens dos recursos econômicos atuais é o suprimento das fontes energéticas, especialmente o carvão, o gás e o petróleo; quanto a este último, cabe mencionar que o mundo, a partir de 1973, passou a se constituir de dois blocos bem distintos: os exportadores e os importadores de petróleo. Faz-se uma dosagem desses diferentes produtos, para, ao final, o "coeficiente total" de energia de cada nação ser traduzido em números (Tab. 5).

SUPERFÍCIE NA AMÉRICA DO SUL

1976

Critério de coeficientes:

Km ²	Coeficiente
— até 400	1
— 400 a 1000 . . .	2
— 1 a 2 milhões . .	3
— até 5 milhões . .	4
+ de 5 milhões . . .	5

TABELA 2

País	Km ²	Coeficiente	Maiores Índices Mundiais
1. Brasil	8.511.965	5	1º — URSS — 22,5 milhões/km ²
2. Argentina	2.777.926	4	2º — Canadá — 9,9 milhões/km ²
3. Peru	1.280.000	3	3º — China — 9,5 milhões/km ²
4. Colômbia	1.138.355	3	4º — EEUU — 9,3 milhões/km ²
5. Bolívia	1.098.581	3	
6. Venezuela	899.000	2	
7. Chile	757.000	2	
8. Paraguai	406.752	2	
9. Equador	270.670	1	
10. Guiana	214.962	1	
11. Uruguai	186.926	1	
12. Suriname	181.455	1	

Fonte: BIRD — 1976 — "Encyclopaedia Britannica" — 1976

TABELA 3
Cálculo Total da Massa (C)

País	População + Território		Total (C)
1. Brasil	5	5	10
2. Argentina	4	4	8
3. Colômbia	4	3	7
4. Peru	3	3	6
5. Venezuela	3	2	5
6. Chile	3	2	5
7. Bolívia	2	3	5
8. Equador	2	1	3
9. Paraguai	1	2	3
10. Uruguai	1	1	2
11. Guiana	1	1	2
12. Suriname	1	1	2

(c) Exportação de minérios — É um outro dado significativo das possibilidades econômicas de um país, especialmente em se tratando de minérios mais escassos, como o cobre, o estanho, a prata, etc. A representatividade dessa produção será dada dentro de um coeficiente de 1 a 5 (Tab. 6)

(d) Produção e consumo de produtos siderúrgicos — Está intimamente ligada à adequada capacidade de suprimento de minério de ferro, carvão, equipamento e tecnologia, e decorrendo daí, em boa parte, a maior ou menor capacidade industrial de uma nação. Nesse total, englobam-se o aço, os produtos planos, os laminados e os tubos sem costura (Tab. 7).

(e) Exportação de alimentos — Este setor da economia é igualmente importante e, em alguns casos, chega a igualar-se à energia. Há uma preocupação mundial quanto à alimentação, especialmente no tocante à auto-suficiência e à capacidade simultânea de exportação. Atribuindo coeficientes de 1 a 5, dependendo do tipo do produto, pode-se ter uma visão geral dessa atividade primária, muito antiga na área, mas de extrema relevância no contexto mundial (Tab. 8).

(f) Comércio exterior — Desnecessário salientar como é importante, nos dias atuais, a relação de trocas comerciais e, especialmente, o superavit decorrente. Na atribuição dos coeficientes será dada maior ênfase à média aritmética do total de importação e exportação, que terá uma variação decrescente de 10 a 1.

O quadro do comércio exterior, neste estudo, é considerado, antes de tudo, sob o ângulo de globalização de intercâmbio e não cogita de outros aspectos, também importantes, como a análise detalhada do que é exportado e importado; serve, assim, mais como um dado de volume do que como de especificidade ou ren-

PRODUTO NACIONAL BRUTO (PNB)

1975

Critérios de coeficientes:

Bilhões/dólares	Coeficiente
até 3	1
+ 3 a 8	2
+ 8 a 15	3
até 30	5
+ de 50	10

TABELA 4

País	PNB Milhões/ dólares	Taxa de Crescimento 70-75%	Coeficiente	Maiores Índices Mundiais Milhões/dólares
1. Brasil	57.800	9,3	10	1º EEUU
2. Argentina	29.000	3,6	5	US\$ 1.289.000
3. Venezuela	14.800	4,9	3	2º URSS
4. Colômbia	10.070	6,2	2	US\$ 624.000
5. Peru	7.900	5,1	2	
6. Chile	7.390	1,1	2	
7. Equador	2.660	9,4	1	
8. Uruguai	2.500	0,9	1	
9. Bolívia	1.320	5,4	1	
10. Paraguai	808	6,2	1	
11. Suriname	350	—	1	
12. Guiana	306	6,0	1	

Fonte: — BIRD — 1976 (dólares de 1970)

tabilidade econômica. De qualquer forma, é lícito deduzir-se que o volume do comércio de per si é um dado significativo da capacidade de um país (Tab. 9).

3. *O poder militar* — Na América do Sul, o poder militar, ainda que restrito, sobre as duas contingências da realidade mundial e o alinhamento aos Estados Unidos, quase normal, só tem sido arrefecido pela nova política do Presidente

TABELA 5
ENERGIA: PRODUÇÃO DE GÁS, CARVÃO E PETRÓLEO

DADOS DE 1973 - 1974 e 1976

País	Gás 1.000 m ³	Carvão 1.000 ton	Petróleo 1.000 ton ³	Coeficiente
1. Venezuela	11.630.000	—	155.615	5
2. Argentina	7.242.000	451	21.135	3
3. Colômbia	1.700	5.300	18.500	2
4. Peru	510.000	80	3.758	2
5. Chile	4.100.000	1.526	1.310	2
6. Equador	—	—	8.636	2
7. Brasil	1.488.000	2.316	8.599	1
8. Bolívia	—	—	2.110	1
9. Paraguai	—	—	330	1
10. Guiana	—	—	—	1
11. Uruguai	—	—	—	1
12. Suriname	—	—	—	—

Fontes: "Encyclopaedia Britannica" — 1976

Revista: "O Petróleo e a Petrobrás — 1976

Carter. A influência soviética é mais ligada aos movimentos subversivos de todo o mundo. Para esta avaliação, entretanto, os aspectos filosóficos, estratégicos e doutrinaários não serão considerados.

Assim, a análise ficará restrita a dois indicadores principais, que servem para se ter uma idéia geral do poderio militar dos países: os gastos com as Forças Armadas e os efetivos existentes (Tab. 11).

4. *A estratégia e a determinação nacional* — A tabela feita deriva de dois fatores importantes:

- 1º — da estratégia nacional traçada para atingir os objetivos nacionais (S);
- 2º — da determinação da classe dirigente e das forças vivas de uma nação em alcançá-los (W).

Esses dois fatores dão uma conotação de progresso, bem-estar, paz social, etc., aliados a uma vontade firme de modificar, melhorar e evoluir; podem muito bem diferenciar os países do globo, como da própria América do Sul. Buscou-se montar uma tabela calcada numa avaliação, ainda que subjetiva, mas amparada em conhecimentos anteriores e literatura disponível a todos os leitores. Na atribuição de valores, faz-se uma correlação entre as diferentes estratégias para a consecução

TABELA 6

EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS

1976

Produto	Valor na exportação em %	País	Coefficiente
Alumínio e Bauxita	72	Suriname	2
Estanho	41,9	Bolívia	2
Zinco	6,7		
Cobre	66,7	Chile	4
Ferro	2,0		
Cobre	23,0	Peru	2
Zinco	11,0		
Prata	10,9		
Ferro	7,1	Brasil	1
Ferro	2,3	Venezuela	1
Bauxita	22,4	Guiana	2
Alumínio	7,7		

Fontes: Revista "Integracion Latinoamericana" — maio/1976.

"The Almanac of World Military Power" — USA — 1976.

os objetivos nacionais deduzíveis de cada país e a coesão nacional existente para alcançá-los ou modificá-los. Nesta avaliação, como na de Cline, o "Will" engloba o "poder-força" e o "poder de persuadir", embora o mais aconselhado fosse considerar os dois elementos separadamente, como preconiza o Gen. Meira Mattos.

A variação do coeficiente far-se-á de 0 a 1 para cada um dos fatores inicialmente mencionados e transcritos na Tabela 12.

5. *Globalização do Poder Perceptível* — Das análises parciais dos componentes do poder, far-se-á, agora, um quadro-resumo, onde aparecerá, em números absolutos, o "poder perceptível" de cada uma das nações da área e que exprimirá, teoricamente, a ordem de importância das mesmas dentro do cenário sul-americano (Tab. 13).

TABELA 7

PRODUÇÃO E CONSUMO DE PRODUTOS SIDERÚRGICOS

1974

Mil/ton

País	Produção	Importação	Exportação	Coef.	Maiores Índices Mundiais
					Aço-Mil/ton
1. Brasil	14.587,0	1.670,6	231,1	5	1º - URSS
2. Argentina	7.890,7	1.922,1	553,2	3	Prod. - 125.589
3. Venezuela	2.297,0	1.570,8	252	2	Cons. - 121.143
4. Chile	1.412,0	92,3	—	1	2º - EEUU
5. Colômbia	903,2	218,7	—	1	Prod. - 120.875
6. Peru	742,2	392,1	—	1	Cons. - 138.410
7. Equador	70,0	248,0	—	1	
8. Uruguai	48,0	138,4	1,0	1	
9. Bolívia	—	64,7	—	—	
10. Paraguai	—	29,4	—	—	
11. Guiana	—	—	—	—	
12. Suriname	—	—	—	—	

Fontes: BIRD - 1976

ECEME - Siderurgia na América Latina - 1976

Do levantamento feito, realçam como principais países o Brasil, a Venezuela e a Argentina, vindo os demais em escala bem diferenciada.

Para fins de comparação, é apresentado o resumo final do poder perceptível das nações feito por Cline, e que vem comprovar a afirmação acima feita (Tab. 14).

Cabe, por fim, alertar que ao avaliarmos o poder, devemos nos lembrar de Hans Morgenthau que enfatiza os principais e mais freqüentes erros cometidos:

"De todos os erros que as nações podem cometer, na avaliação de seu próprio poder e do de outras nações, três tipos são freqüentes e ilustram tão bem os desvios intelectuais e os riscos comuns em tais estimativas, que merecem exame mais minucioso. O primeiro despreza a relatividade do poder, considerando o poder de determinada nação de um modo absoluto. O segundo aceita como certa a permanência de um fator particular, que, no passado, teve um papel decisivo, desprezando, assim, a transformação dinâmica a que está sujeita a maior parte dos fatores. A terceira atribui a um só elemento importância decisiva, em detrimento de todos os outros. Em outras palavras, o primeiro erro consiste em não relacionar o poder de

TABELA 8
EXPORTAÇÃO DE ALIMENTOS

1975

Produto	Valor da exportação no PNB — %	País	Coef.	Maiores Índices Mundiais de Produção
Trigo	5,2	Argentina	4	1. Trigo EEUU — 22.609.000 ton ³
Milho	14,8			
Carne	12,2			
Carne	37,9	Uruguai	2	2. Milho EEUU — 22.355.000 ton ³
Café	55,4	Colômbia	1	
Banana	12,0	Equador	1	3. Peixe EEUU — 10.700.000 ton
Cacau	10,0			
Café	6,0			
Carne	14,6	Paraguai	1	
Farinha de peixe	13,0			
Açúcar	12,5	Brasil	2	
Café	11,4			
Açúcar	44,7	Guiana	1	
Peixe	13,0	Peru	2	
Açúcar	10,0			

Fontes: Revista "Integración Latinoamericana" — 1976
 "Encyclopaedia Britannica" — 1976

COMÉRCIO EXTERIOR

1976

Critério de coeficientes:

Média		Coeficiente
até	1.000	1
até	3.000	2
até	5.000	5
até	8.000	7
mais de	8.000	10

TABELA 9

País	Exportação FOB Milhões/ dólares	Importação FOB Milhões/ dólares	Média	Coef.	Balanço Comercial Milhões/ dólares	US\$ Renda per/capita
1. Brasil	10.000	12.100	11.000	10	- 3.932	879
2. Venezuela	9.400	6.710	8.000	7	1.629	1.240
3. Argentina	3.700	2.830	3.200	5	636	1.144
4. Peru	1.580	2.190	1.880	2	- 791	511
5. Colômbia	1.980	1.700	1.840	2	84	428
6. Chile	1.979	1.418	1.700	2	278	721
7. Equador	1.250	1.060	1.150	2	22	396
8. Uruguai	650	510	630	1	105	835
9. Bolívia	460	550	500	1	- 214	234
10. Guiana	225	275	250	1	- 92	388
11. Paraguai	150	200	190	1	- 40	304
12. Suriname	178	156	67	1	- 38	210

Fontes: CEPAL - 1976

BIRD - 1976

"Encyclopaedia Britannica" - 1976

uma nação ao poder das outras. O segundo, em não estabelecer entre o poder real de uma determinada época e o poder que será possível dentro de um futuro próximo. O terceiro consiste em não compreender a correlação existente entre um e os demais elementos do poder da mesma nação".

Conclusão

O atual equilíbrio da Balança do Poder — Não obstante os nossos números apresentarem uma situação privilegiada no contexto sul-americano, é também certo que o próprio Brasil orienta a sua política na preservação da paz no Continente, posto que a análise nos leva a acreditar não existirem, no momento, riscos de conflitos entre as nações, na acepção clássica de guerra, pois não há, e nem ao menos se delineiam, movimentos bélicos locais. Identificam-se antagonismos e afinidades entre os Estados, e os primeiros estão tentando ser solucionados pacificamente pelo DIREITO DAS GENTES, nas acepções de defesa de suas soberanias.

O Brasil crê em responsabilidade, cooperação, na participação e na ajuda entre os povos e na solidariedade continental. E as outras nações? Parece, numa análise preliminar, que também comungam desses princípios básicos.

TABELA 10

PODER ECONÔMICO NA AMÉRICA DO SUL

TOTAL DO PODER ECONÔMICO (E)

País	Poder Econômico (E)						Total (E)
	PNB	Energia	Minérios	Siderurgia	Alimentos	Comércio Exterior	
Brasil	10	1	1	5	2	10	29
Argentina	5	3	—	3	4	5	20
Venezuela	3	5	1	2	—	7	18
Colômbia	2	2	—	1	1	2	8
Peru	2	2	2	1	2	2	11
Chile	2	2	4	1	—	2	11
Bolívia	1	1	2	—	—	1	5
Equador	1	2	—	1	1	2	7
Paraguai	1	1	—	—	1	1	4
Uruguai	1	1	—	—	2	1	5
Guiana	1	1	2	—	1	1	6
Suriname	1	—	2	—	—	1	4

PODER NA AMÉRICA DO SUL

1975

Critério de coeficientes:

Efetivo até	Coeficiente
22.000	1
30.000	2
40.000	3
59.000	4
70.000	5
150.000	8
260.000	10

TABELA 11

País	Gastos com Forças Armadas Milhões/dólares	Efetivo Total	% do PNB Gasto	Coef.	Maiores Índices Mundiais em % do PNB gasto
1. Brasil	1.780	257.000	1,3	10	1º - URSS - 10,6%
2. Argentina	1.286	132.800	1,9	8	2º - EEUU - 6%
3. Peru	383	63.000	3,28	5	
4. Chile	213	60.000	2,7	5	
5. Colômbia	102	54.300	1,2	4	
6. Venezuela	494	42.000	2,3	4	
7. Equador	52	23.500	2,08	2	
8. Uruguai	68	23.000	2,4	2	
9. Bolívia	35	22.000	2,77	1	
10. Paraguai	21	16.600	2,5	1	
11. Guiana	7	3.000	1,9	1	
12. Suriname		1 Btl			

Fontes: "Military Balance" - 1975-1976

"The Almanac of World Military Power" - 1975

De tudo que foi escrito pode-se dizer: a) o Brasil é o ponto de equilíbrio do Poder na América do Sul; b) os Estados, apesar de politicamente instáveis, procuram, por tradição, o relacionamento baseado na negociação; c) embora não haja unidade, face à multiindividualidade das nações, os problemas são analisados e solucionados em bases de respeito mútuo. Observa-se que muitas das divergências suscitadas têm o propósito de fortalecer situações de política interna, normalmente instáveis. Os políticos sul-americanos, instigados ou de moto próprio, por vezes geram situações de divergência externa para aglutinarem forças políticas, internamente. Não se observam riscos de internacionalização de conflitos que porventura venham a ocorrer, inclusive pela atuação da OEA, que tem na sua Carta um documento básico de Segurança Coletiva e propugna soluções de casos conflitantes, por meio de negociações bilaterais.

A luta contra o subdesenvolvimento é o objetivo atual de todos os países da área, e, dentro desse contexto, o trabalho de alianças brasileiras deve ser o mais intenso possível, deixando de lado os gastos bélicos excessivos, em busca de um bem-estar melhor para todos.

A Política a ser adotada — O que caracteriza hoje a posição brasileira no tocante a seus vizinhos é o incremento de nosso pragmatismo diplomático. Não significa, isso, nenhum abandono, de nossa parte, da elevada substância moral que sempre inspirou nossa política exterior, alicerçada pelo mais escrupuloso respeito à ordem jurídica e aqueles ideais de paz e coexistência harmoniosa com os demais integrantes soberanos da comunidade internacional. Entretanto, à hora em que seu crescimento econômico se acelera, em ritmo de causar admiração às outras nações,

TABELA 12

ESTRATÉGIA E DETERMINAÇÃO NACIONAIS

País	Estratégia Nacional (S)	Determinação Nacional (W)	Total
1. Venezuela	0.7	0.8	1,5
2. Brasil	0.5	0.8	1,3
3. Argentina	0.4	0.7	1,1
4. Chile	0.3	0.7	1,0
5. Peru	0.3	0.4	0,7
6. Colômbia	0.3	0.4	0,7
7. Paraguai	0.2	0.5	0,7
8. Equador	0.2	0.4	0,6
9. Bolívia	0.2	0.4	0,6
10. Uruguai	0.2	0.3	0,5
11. Guiana	0.1	0.2	0,3
12. Suriname	0.1	0.1	0,2

TABELA 13
PODER PERCEPTÍVEL NA AMÉRICA DO SUL

País	C	E	M	Total x	(S + W)	P _p
	Pop. + Ter.	Economia	Poder Militar			
1. Brasil	10	29	10	49	1,3	63,7
2. Venezuela	5	18	4	27	1,5	40,5
3. Argentina	8	20	8	36	1,1	39,6
4. Chile	5	11	5	21	1,0	21
5. Peru	6	11	5	22	0,7	15,4
6. Colômbia	7	8	4	19	0,7	13,3
7. Equador	3	7	2	12	0,6	7,2
8. Bolívia	5	5	1	11	0,6	6,6
9. Paraguai	3	4	1	8	0,7	5,6
10. Uruguai	2	5	2	9	0,5	4,5
11. Guiana	2	6	1	9	0,3	2,7
12. Suriname	2	4		6	0,2	1,2

o Brasil não poderia deixar de defrontar-se com novos aspectos de sua convivência com os demais países do Continente, muitas vezes habituados a pensar no Brasil de outrora. Isso impõe à nossa política externa o maior grau possível de objetividade na análise da realidade continental e o adequado relacionamento entre o poder nacional e a conjuntura internacional. Em outras palavras: compreender com real objetividade a situação específica de cada área, especialmente a área platina e a área amazônica. Precisamos partir de realidades nossas e nunca dos estereótipos importados da Europa, ou, em geral, do mundo mais desenvolvido, com os quais volta e meia é deformada a fisionomia multidiferenciada do Continente Sul-Americano. Precisamos dos desenvolvidos, mas não devemos ser serviais de seus interesses.

Nessa ordem de idéias, a dinâmica geográfica de nossa política continental tem que fazer um esforço cada vez maior pelos programas regionais de integração física, e buscar, no que for possível, uma certa complementaridade econômica dinâmica, capaz de desenvolver e assegurar vínculos efetivos de interesses recíprocos.

O nosso desenvolvimento econômico fez-se, naturalmente, acompanhar por substancial diversificação e expansão do parque industrial e das correntes do nosso comércio exterior. Configurou-se, por conseguinte, novo contexto econômico, que passou a exigir respostas mais imediatas no plano externo e operou-se, em consequência, sério e amplo movimento no sentido de ativar os fluxos regionais do comércio.

TABELA 14
PODER PERCEPTÍVEL DAS NAÇÕES

1975

ORDEM	País	Poder Perceptível
1º	URSS	67,6
2º	EEUU	35
3º	Alemanha Ocidental	27
4º	França	24
5º	China	23
6º	Brasil	20,8
7º	Irã	19,6
8º	Inglaterra	19
9º	Canadá	18
10º	Japão	17
11º	Austrália	13,2
12º	Índia	12,2
13º	Itália	12
22º	México	9,9
23º	Egito	9,9
24º	Arábia Saudita	9,8
25º	Venezuela	9,0
28º	Argentina	5,0

Fonte: "World Power Assessment" — Ray S. Cline — 1975.

Por isso tudo, o aumento do número de canais de comunicação entre o Brasil e a maioria dos países da área, seja através de alianças bilaterais, seja através de esforços multilaterais, tende a se revestir de crescente importância e a se constituir em desafio à política brasileira, a qual deverá buscar novas fórmulas de cooperação que permitam o estreitamento dos laços que nos unem no Continente.

Trata-se de estabelecer uma política *de efetiva busca de harmonização*.

Nunca é demais, entretanto, lembrar que para que se possa realizar o pretendido acima, é indispensável, paralelamente:

- o domínio da autoridade sobre os nossos espaços continentais, sobre a faixa marítima definida por lei e sobre o espaço aéreo;
- u'a maior integração de nossos espaços vazios demográficos, constituídos pelas áreas geopolíticas neutras da amazônia e do Centro-Oeste;

- a manutenção da ordem interna para que se torne possível o desenvolvimento harmônico da sociedade;
- o domínio da tecnologia, a fim de possibilitar à sociedade brasileira a livre utilização de seus bens e serviços;
- a vitória contra o inimigo negro — o petróleo — sob pena de vermos nossos planos econômicos sofrerem sérios abalos.

Façamos, pois, nossas as palavras do Embaixador João Augusto de Araújo Castro:

"Nenhum país escapa a seu destino e, feliz ou infeliz, o Brasil está condenado à grandeza. Nenhuma política se faz sem riscos, sem perigos e sem sobressaltos e, por isso mesmo, antes de determinar o rumo que vamos tomar, temos que precisar as coordenadas e os parâmetros do mundo em que teremos que viver."

BIBLIOGRAFIA

1. BANCO INTERAMERICANO DE DESARROLLO. *El proceso de Integración en América Latina em 1976*. Washington, 1977, 462 p.
2. BRASIL. Estado-Maior das Forças Armadas. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro, 1977/1978, 380 p.
3. ————. *Os Transportes na América Latina*. 2ª edição. Rio de Janeiro, 1976.
4. ————. Ministério da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. *Os incentivos à exportação: instrumentos de política econômica e afirmação de soberania nacional*. 1. Palestra proferida no III Encontro Nacional de Exportadores. Rio de Janeiro, 14 jun. 1976.
5. ————. Fundação Getúlio Vargas *Economia Internacional — Política Comercial*. Vol. nº 31. Rio de Janeiro, 1 Jan. 1977.
6. CASTRO, Therezinha de. *Aspectos Geopolíticos e Geoestratégicos da América do Sul*. Conferência na ECEME. Rio de Janeiro, 27 jun. 1975.
7. ————. *Os Recursos Naturais da América do Sul como Fatores Antagonismo e de Integração*. Conferência na ECEME. Rio de Janeiro, 20 mai. 1975.
8. CLINE, Rav S. *World Power Assessment*. Washington, Georgetown University, 1975, 174 p.
9. DUPUY, Trevor N. & HAIES, Grace P. & ANDREWS, John A. C. *The Almanac of World Military Power*. RR Bowker Company, New York and lond, 1974, 3rd ed., 387 p.
10. ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. *Book of the year*. London, 1976. 765 p.

11. MAGALHÃES, Luiz Vitor N. *Situação Econômica Mundial*. Conferência na EGN. Rio de Janeiro, 4 mai. 77.
12. MATTOS, Carlos de Meira. *Brasil—Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1975, 109 p.
13. ———. A Evolução do Conceito de Poder Nacional e sua Avaliação. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, 667: 43-48, out. 1976.
14. MENDEZ destaca cooperação. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 8 jul. 77, p. 2.
15. MORGENTHAU, Hans J. *Politics among nations*. 3 rd ed. New York, Alfred A. Knopf, 1961, 630 p.
16. SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1967, 266 p.
17. THE INTERNACIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. *The Military Balance*. London, 1975/1976, 103 p.
18. WANDERLEY, Nelson Freire Lavaniera. Avaliação do Poder Mundial. *Segurança & Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, 166:98-103, nov. 1976.



TELEMÁTICA (TELECOMUNICAÇÃO + INFORMÁTICA)

José Maria Nogueira Ramos

Coronel R/1 Engenheiro de Telecomunicações. Exerceu os cargos de engenheiro de projetos da União Internacional de Telecomunicações, Agência especializada da ONU, em Genebra (Suíça), e de Assistente da Presidência da EMBRATEL (1969-70). Diplomado pela Escola Superior de Telecomunicações de Paris (França).

1. INTRODUÇÃO

No passado, toda inovação tecnológica provocou intensa reorganização da economia e da sociedade, como por ocasião do surgimento da máquina a vapor, estrada de ferro e eletricidade.

Nos dias atuais, a imbricação das telecomunicações (redes) e da informática (computadores), constituindo a telemática, assume proporções, até hoje não avaliadas pelo público, a ponto de transformar profundamente nosso modo de vida e talvez a atual civilização. Está em marcha a informatização da sociedade, talvez fascinada pela linguagem esotérica dos computadores. Em nações industrializadas os poderes públicos procuram tomar medidas apropriadas para responder ao desafio lançado de dominar a telemática ou serem por ela dominados.

A telemática marcará etapa essencial na história da humanidade talvez comparável à evolução provocada pela escrita. Poderá conduzir ao melhor ou ao pior conforme favoreça a distribuição da informação ou provoque a alienação cultural em determinados países. As nações mais industrializadas prevêem nos próximos anos uma queda de 30% nos empregos burocráticos, enquanto 2/3 dos empregados devem ser reciclados.

No Brasil foi recentemente constituído um Grupo de Trabalho para analisar a situação no setor de informática e sugerir uma política nacional de informática.

Em suma, a telemática abre novos horizontes, irrigando a sociedade a exemplo da eletricidade, porém com fluxos de informação.

Surge, no entanto, em vários países, uma corrente de opinião contrária ao gigantismo da telemática semelhante às reações à energia nuclear e que prefere favorecer a privada. Esta abrange pequenos aparelhos de tratamento e estocagem da informação, não tributários de uma rede de telecomunicações. O debate sobre a telemática é a coqueluche do momento no mundo atual.

2. INFORMAÇÃO E INFORMÁTICA

2.1 Informação é uma noção que designa tanto uma canção difundida pelo rádio, quanto um telegrama ou a propaganda de um remédio. Para o homem da rua informação é todo o barulho do mundo. Para o teórico é o inverso do logaritmo base dois da probabilidade de ocorrência de um acontecimento. E para o informático é a quantidade de números binários estocados numa memória eletrônica. Há informações que não podem ser transmitidas nem tratadas eficazmente nos sistemas informáticos (computadores). Após 10 anos de esforços as firmas americanas desistiram de traduzir para a língua inglesa, por intermédio de computadores, os autores estrangeiros.

A informação qualitativa, mal formalizada, domina largamente em todas as decisões onde intervêm o risco, a complexidade, a multiplicidade dos fatores, intuição, criação e senso de humor. São dessa ordem as decisões do chefe de empresa e não podem ser computadorizadas. O computador é como o automóvel; é preciso saber utilizá-lo. É um servidor poderoso mas não é onipotente.

2.2 Informática, chave da nossa sociedade industrial, é a ciência do tratamento da informação que estuda todos os circuitos de informações, quer sejam tratados ou não pelo computador, sendo este apenas um dos meios de tratamento da informação, que abrange não somente o cálculo e o armazenamento da informação mas também sua classificação e edição por impressoras e apresentação no vídeo. O que distingue a informática dos outros setores de atividade é a sua rapidez de evolução.

A informática divide-se em leve e pesada. A leve abrange os videodiscos, microcassetes, microprocessadores e minicomputadores. A informática pesada é constituída por grandes computadores que adquiriram enormes potência de cálculo, armazenamento e tratamento, a ponto que sua produção ultrapassa as necessidades de uma grande empresa e mesmo, às vezes, as de um país.

A informática não abraça toda a informação. Meios manuais não automáticos, de tratamento e de produção de informação, como livros, revistas, filmes, conferências, exposições, concorrem para a informática mas não são meios informáticos.

A miniaturização possibilitada pela microeletrônica permitiu substituir um computador da década de 50 que ocupava uma sala inteira por um microprocessador de mesma potência com alguns milímetros quadrados. Há tipos de circuitos integrados com densidade de 50 mil componentes numa pastilha de 1 centímetro quadrado. A indústria mundial da microeletrônica atinge a 100 bilhões de dólares.

Conforme o relatório os países devem se conscientizar dessa supremacia industrial e econômica e resistir à penetração estrangeira.

No plano cultural, frisa, é preciso observar que estão se multiplicando os bancos de dados internacionais, facilmente acessíveis com tarifas módicas. O papel desses bancos é estocar a informação, base do saber e em consequência da cultura. Logo, na informatização da sociedade um risco de alienação cultural.

Existem temores também em relação às liberdades públicas, mas que podem ser contornados.

O tom geral do relatório é razoavelmente otimista e impregnado de moderação. Não apresenta conclusões peremptórias, nem soluções milagrosas.

É um trabalho bem documentado e que deixa espaço à controvérsia.

2 Críticas

O relatório NORA-MINC desencadeou acirrada polêmica na imprensa brasileira. Todos reconhecem, porém, que os autores tiveram a preocupação principal de preservar a independência da nação e de visar continuamente o bem público. A posição do relatório é a favor da centralização das pesquisas em telemática, portanto estatizadas. Isso ocasionou fortes contestações, alegando que a estatização teria por efeito suprimir toda concorrência e faria crescer os custos.

A proposta da criação de um banco nacional de dados é também combatida por razões técnicas e econômicas. Teme-se que o Estado se reserve necessariamente o direito de "apagar" certas informações. Aham os opositores que o controle das informações contidas nos bancos de dados é praticamente impossível.

O relatório apresenta o cheque eletrônico como inovação futurista, mas é técnica que há 10 anos vem sendo tentada por bancos americanos, tendo o público compreendido que em caso de erros ou fraudes os resultados seriam simplesmente catastróficos.

A afirmativa de que quanto mais informação tanto mais poder e saber, estaria sendo revisada.

A informação telemática por ser pletórica, extingiria toda capacidade de assimilação da informação e sua seleção.

A vantagem alegada de tradução automática entre línguas até hoje os computadores não conseguiram realizá-la, tornando, portanto, um mito, a informatização universal do saber.

Os opositores preferem a privática à telemática sob pretexto de que aquela utilizará milhares de vendedores, representantes, lojas de serviço, livrarias e até bancas de jornais, na venda e manutenção de suas pequenas máquinas, favorecendo a criação de empregos e contatos humanos. A telemática, dizem eles, destrói tudo isso.

No mundo de hoje, a indústria informática apresenta uma excepcional taxa de crescimento, bem superior à da indústria de telecomunicações.

3. TELEMÁTICA E PRIVÁTICA

Embora no título do artigo apareça, para efeito de simplificação, telemática = telecomunicações + informática, a telemática não é o amálgama destas duas ciências, mas o somatório de partes de cada uma delas. É o resultado do encontro de 2 meios específicos, as redes de telecomunicações e a informática pesada (grandes computadores).

Os meios informáticos acham-se repartidos entre a telemática e a privática. A privática abarca os aparelhos de tratamento e armazenamento da informação, cujo funcionamento não depende de uma rede coletiva de comunicação tais como minicomputadores, microcassetes e microfichas de seleção automática.

No futuro a privática poderá ter potência e capacidade superiores à telemática devido ao baixo preço que lhe permitirá a produção em massa e uma difusão comparável à do telefone.

4. RELATÓRIO NORA-MINC

É atualmente talvez o relatório mais estudado e dissecado em todo o mundo. Eis o seu histórico.

Em fins de 1976, o Presidente da França confiou ao Inspetor geral de finanças Simon Nora a missão de estudar a melhor maneira de conduzir a informatização da sociedade francesa, franqueando-lhe o mais amplo apoio administrativo e financeiro.

Em princípios de 1978 estava concluído o documento "A informatização da sociedade", apoiado em 12 anexos e que passou a chamar-se Relatório SIMON NORA-ALAIN MINC, este último co-autor do célebre trabalho.

A publicação do relatório está suscitando na França reações apaixonadas não só pela gravidade do assunto, mas também pela qualidade dos autores e da obra. Somente os anexos e documentos contributivos que foram redigidos por dezenas de colaboradores, totalizam 1.270 páginas em 4 volumes e basearam-se em inúmeros Grupos de Trabalho.

4.1 Conteúdo

O relatório dá uma clara idéia do complexo fenômeno que é o avanço da informática no mundo atual, dissipa certas inquietações e faz surgir outras, abre perspectivas e propõe elementos de solução. Aos olhos dos relatores o gigantesco processo da informática interessa profundamente à independência dos países, mesmo os mais desenvolvidos. Mostra a ameaça de multinacionais estrangeiras, particularmente duas firmas americanas consideradas os gigantes da informática.

Finalmente, declaram que num terminal telemático (computador ligado a redes pelas redes de telecomunicações) o homem é o ZERO em frente ao INFINITO da rede.

POLÍTICA DE INFORMÁTICA

A quem estude por um mínimo que seja a política de informática seguida pelas grandes potências, sobressai imediatamente uma constante que é a intervenção do Estado, com a finalidade de proteger a indústria nacional e restringir a penetração estrangeira.

É evidente a supremacia dos Estados Unidos no mercado mundial da informática e nessa conquista a intervenção do Estado teve papel saliente.

Os grandes programas militares e espaciais acompanhados de verbas colossais aplicadas em pesquisas, numa época em que nascia a informática propiciaram aos Estados Unidos a oportunidade de se distanciar de muito, em relação aos demais países nesse setor. As pesquisas incentivadas pelos contratos governamentais ensejaram às firmas americanas preponderância mundial no mercado eletrônico e informático.

A legislação anti-truste age no sentido de amortecer a situação de quase monopólio que detêm no mercado americano as duas principais firmas do setor.

O valor atual do parque informático dos Estados Unidos atinge a quase 3% do produto nacional bruto.

Na Alemanha Ocidental, o mercado informático é dominado em 70% por firmas estadunidenses. Constituiu-se inicialmente a informática alemã à base de licenças das firmas americanas, mas há 10 anos a política alemã adquiriu feição própria. Intensificaram-se enormemente o ensino e pesquisa da informática o que está permitindo uma progressiva nacionalização dos equipamentos e maior independência tecnológica.

Convém observar que as limitações militares impostas à Alemanha impediram que a pesquisa se beneficiasse de contratos governamentais como nos Estados Unidos.

A Grã-Bretanha tem sabido proteger seu mercado informático interno, algrado esteja somente em quase 40% entregue a firmas nacionais. É o país europeu onde as empresas estrangeiras têm menor penetração devido à política protecionista e aos contratos de compra feitos pelo Estado às firmas nacionais.

A França não conseguiu até hoje impedir a grande penetração estrangeira em seu mercado informático. Lá os programas militares não tiveram a decisiva influência no desenvolvimento da informática como nos Estados Unidos.

Ainda hoje as empresas estadunidenses detêm quase 80% do mercado interno francês. A política de locação de computadores adotada nesse país por firmas americanas conseguiu tolher um maior desenvolvimento das firmas francesas.

A política praticada pelos Planos-Cálculos não surtiu os resultados esperados. Severas críticas são feitas à política inicialmente executada de afrontar a liderança americana sem dispor dos meios necessários, quando o ideal, dizem os críticos, seria contorná-la e atacá-la em pontos fracos.

Hoje, na França, trabalham quase 300 mil pessoas em atividades informáticas.

Fracassou, na França, a rede informática aplicada à agricultura, com a finalidade de transmitir dados sobre mercadorias perecíveis e evitar intermediários.

No Japão, onde também a informática não pôde ser favorecida por programas militares, a indústria voltou-se sobretudo para as aplicações na administração. Os japoneses viram cedo que possuíam enorme mercado potencial interno e já na década de 50 instituíram rigorosas leis protecionistas que apenas nos últimos anos foram parcialmente liberalizadas.

Em consequência, o Japão tornou-se o país onde o fornecimento de computadores estrangeiros é bem menor que nos países europeus e as firmas nacionais japonesas conquistaram mais da metade do mercado interno.

Depois dos Estados Unidos, o Japão possui o maior parque de computadores do mundo.

6. A INCIPIENTE TELEMÁTICA NO BRASIL

Entre inúmeros aspectos que comporta o título deste capítulo, abordamos, de relance, apenas alguns que julgamos essenciais.

6.1 Social

A vida de todos nós está sendo quotidianamente transformada pela informática. Uma das mais graves e discutidas aplicações da telemática é a criação de um banco nacional de dados constituídos por informações as mais diversas armazenadas em computadores sobre pessoas físicas e morais. Em artigo publicado em "A Defesa Nacional" nº 672 sob o título "Considerações sobre a informática" discorreremos sucintamente sobre esse momentoso assunto mostrando o que pensam dessa realização as nações mais industrializadas, em particular, a recusa pelo Congresso americano da criação de um banco nacional de dados.

Conviria submeter a profunda meditação e intenso debate em todas as camadas da nossa sociedade a concretização de tal banco onde cada cidadão possuirá um número identificador único nacional.

6.2 Técnico-industrial

A curta história da implantação da indústria informática nas grandes nações revela quanto deve ser sagaz a política a ser adotada por qualquer país que ten-

cione conquistar razoável parcela de seu mercado interno. Basta citar que a indústria nacional de países como Japão, Inglaterra, Alemanha e França, até hoje somente atingiram, respectivamente, 60%, 40%, 30% e 20%. É que essa indústria está no centro do jogo de poderes. Não será menos áspero que nesses países o caminho a ser trilhado por nossa indústria para progredir. De 14 fábricas de componentes eletrônicos existentes no país, uma apenas, a TRANSIT, constituída em 1975, possui controle decisório nacional.

Com quase 15.000 instalações centrais de computadores o Brasil ocupa o 79 lugar no mundo e o nosso mercado informático interno ainda é dominado em mais de 80% por firmas estrangeiras.

Entre 6 empresas nacionais de computadores, todas com menos de 5 anos de implantação, a COBRA desponta como a mais em evidência, dedicando-se inicialmente, à fabricação de minicomputadores, tendo tido em 1978 um faturamento de quase 2 bilhões de cruzeiros.

É de muita importância a elaboração do próximo Plano Diretor de Informática, no contexto do III Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, com a participação das Forças Armadas e da comunidade informática. Pelo que está sendo conseguido em nossa nascente indústria informática verifica-se que há um razoável acerto na política adotada, mormente a reserva de segmentos do mercado nacional, medida utilizada por todas grandes potências que após dela se beneficiarem tentam impedir de praticá-la os demais países.

Na atual e grave crise energética que atinge o Brasil, as nossas telecomunicações e informática com a aceitável infraestrutura que já possuem, podem proporcionar apreciável economia ao país, inclusive em divisas, evitando deslocamento de pessoal dentro do país e para o estrangeiro, intensificando as tele-reuniões e transmissão de dados.

6.3 Recursos Humanos

Ponto nevrálgico do progresso, sobretudo nos países menos desenvolvidos, a própria crise financeira atual é um motivo a mais para intensificá-los com medianos gastos.

Todos concordam em que não há desenvolvimento possível sem um esforço paralelo na formação de recursos humanos.

Os recentes seminários e congressos sobre informática realizados no Brasil insistem sempre nessa necessidade.

Em telecomunicações ressen-te-se o país da falta de uma Escola Nacional Superior de Telecomunicações, no estilo de outras escolas dedicadas à graduação numa só ciência e onde as telecomunicações não sejam uma opção nos últimos anos. Modelo desse tipo é a Escola Nacional Superior de Telecomunicações de Paris que recentemente completou 100 anos.

O treinamento por igual, merece observações. Era voz corrente entre 1970 e 1973 entre peritos da União Internacional de Telecomunicações que regressavam ou passavam pelo Brasil, que o treinamento estava entregue às empresas estrangeiras fornecedoras de equipamentos. Supõe-se que a situação melhorou de então para cá. Observa-se a desorientação nessa área pelas abruptas mudanças quando assume nova direção.

Há os que se manifestam conhecedores de Piaget, impressionam fortemente e tentam impor soluções. (O articulista estudou a vasta obra de Piaget, no original, durante sua permanência de 3 anos em Genebra.)

Se as instalações dos centros de treinamento melhoraram sensivelmente, o mesmo ainda não se pode dizer da qualidade do treinamento.

As normas sobre treinamento deveriam promanar de uma única fonte a nível ministerial.

A avaliação do treinamento para ser imparcial teria de ser feita por autoridades não subordinadas à direção do treinamento na empresa.

Talvez fosse válida a sugestão para que a avaliação seja feita por uma comissão de peritos estrangeiros de nacionalidade diversa a serem recrutados pela União Internacional de Telecomunicações e pagos pelo tesouro nacional.

Em suma, o futuro da telemática no Brasil mais do que o de outras ciências acha-se intimamente ligado às nossas disponibilidades em recursos humanos.

7. CONCLUSÃO

A título de conclusão ousaríamos sugerir às nossas autoridades a instalação de um Grupo de Trabalho para estudar o futuro da TELEMÁTICA no Brasil e não somente da INFORMÁTICA. Esse Grupo de Trabalho deveria comportar representações, entre outras, das Forças Armadas, ministérios, entidades classistas e religiosas, universidade, imprensa e sindicato de telecomunitários.



DESINFORMAÇÃO HISTÓRICA E SEGURANÇA NACIONAL

Carlos de Meira Mattos

General-de-Divisão R/1, autor de numerosos trabalhos no campo da Geopolítica, destacando-se "A Geopolítica e as Projeções do Poder" e "Projeção Mundial do Brasil". Ex-Vice-Diretor do Colégio Interamericano de Defesa, em Washington, DC, EUA.

As críticas e ataques à Doutrina de Segurança Nacional — principalmente a feita pelo padre belga Joseph Comblin — afirma o general Carlos de Meira Mattos, derivam de uma desinformação histórica e política. O princípio, a necessidade social das normas que os reis sumérios traçaram para suas sociedades há quase 5.000 anos não podiam diferir muito do conceito de segurança nacional hoje adotado pela Escola Superior de Guerra. O que mudou, diz o autor, foi o mundo e, em função disso, todos os instrumentos de controle e proteção de uma sociedade tiveram de evoluir. É por isso que reafirma não passar de desinformação histórica e política dizer-se que a doutrina de segurança nacional nasceu nos Estados Unidos, após a II Guerra Mundial, e que a doutrina brasileira é cópia da norte-americana.

Temos lido, ultimamente, inúmeras críticas ou mesmo ataques ao que chamam de "Doutrina da Segurança Nacional". Pesquisando a origem dessa nova onda crítica, repetitiva nos seus argumentos, encontramos em uma obra recente, o livro do padre belga Joseph Comblin, a fonte primeira da sabedoria de articulistas sobre a matéria.

A tese de Comblin, em síntese, afirma que "Doutrina de Segurança Nacional é uma extraordinária simplificação do homem e dos problemas humanos. Em sua concepção, a guerra e a estratégia tornam-se a única responsabilidade e a resposta a tudo". Diz ainda o autor: "as origens do conceito remontam ao momento em que os Estados Unidos tiveram acesso à época imperial, logo após à 2ª Guerra Mundial".

Afirmações como estas, e outras do mesmo teor, entusiasmaram vários de nossos articulistas que deixaram de atentar para as fontes históricas do problema e suas raízes político-filosóficas.

O grande historiador contemporâneo Arnold Toynbee, nos seus alentados livros intitulados "Study of History", "Mankind and Mother Earth" e "Experiences", analisando a façanha do homem sobre a Terra desde os idos da criação da civilização dos sumérios, por volta de 3.000 anos antes de Cristo, conclui que, para que surgisse uma sociedade organizada, a fim de que os grupos humanos superassem o período de vida vegetativa e se afirmassem numa autodeterminação grupal, visando realizar-se como sociedade, e assim defender-se das forças do ambiente físico e dos grupos rivais, tiveram de aceitar normas de governo que mais tarde passaram a se chamar "razão de estado". Aí surgiu a liderança encarregada de interpretar os interesses da dinâmica social do grupo, às quais teriam de se submeter às vontades individuais.

Uma doutrina tem sua origem e sistematização baseada numa premissa básica — qual a do princípio de segurança nacional adotado no Brasil: "Segurança Nacional é o grau de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona à Nação, para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais a despeito dos antagonismos ou pressões" (ESG).

Concordamos que esta conceituação se exprime numa linguagem elaborada, sofisticada, que corresponde à época em que vivemos. Não seria certamente a linguagem que os reis sumérios das dinastias Eanatom e Sargão teriam usado, mas o princípio, a necessidade social das normas que então traçaram para suas sociedades ou Estados, há quase 5.000 anos passados, não podiam diferir muito do conceito hoje adotado pela ESG. O que mudou foi o mundo e, em função disto, todos os instrumentos de controle e proteção de uma sociedade tiveram que evoluir.

Não é verdade, portanto, que a Doutrina de Segurança Nacional brasileira seja, como se insinua, uma imitação da doutrina elaborada pelo "National War College" fundado em 1946. Omite o autor citado que as instituições e escolas destinadas a estudar, no âmbito comum das elites civis e militares, os problemas da política e da estratégia para a guerra e para a paz surgiram na Europa muito antes do que nos Estados Unidos, tendo sido pioneiros o "Imperial Defense College" de Londres, criado em 1927 e a "École d'Hautes Études", de França, inaugurada em 1936.

Esquece-se, por exemplo, que, muito antes de que criássemos em 1949 a nossa Escola Superior de Guerra, a Constituição brasileira de 1891 (Primeira República) estabelecia já as premissas básicas de uma doutrina de segurança nacional, quando atribuía os deveres de defesa da Pátria no exterior e de manutenção das leis no interior. Separava já, as obrigações de segurança externa e as servidões de segurança interna que cabiam às autoridades preservar. A Constituição brasileira de 1934 criou um Conselho de Segurança Nacional, incumbido de estudar e coordenar o assessoramento do presidente da República no tocante às questões relativas à Segurança do Estado. Diz o padre Comblin que o órgão com igual nome foi criado nos Estados Unidos em 1947 e que nós o copiamos. A nossa liberalíssima Constituição

de 1946, além de tratar da defesa externa, inseria o conceito da defesa interna contra ideologias e doutrinas contrárias à democracia (art. 141, parágrafo 13).

Acreditamos não precisar ir além do que já dissemos para rebater os principais equívocos contidos no livro em questão, ultimamente traduzido para o português e amplamente divulgado em nosso País.

CONCEITO ABRANGENTE

O princípio da Segurança Nacional, tão velho como as antigas dinastias do vale do Tigre e do Eufrates que se constituíram nos primeiros Estados e projeção histórica, assim como tudo na sociedade humana, vem-se adaptando às exigências inovadoras do espaço e do tempo. Qual o Estado antigo ou moderno que, sob um dos títulos de razão de estado, estado de necessidade, direito de defesa, defesa nacional, direito de polícia, não teve incluídas no seu direito público as premissas básicas de um conceito de segurança? A abrangência da Segurança Nacional no conceito atual é uma decorrência das novas responsabilidades de preservação do Estado Contemporâneo em face das ameaças que o envolvem na paz e na guerra. Os instrumentos da tecnologia e da indústria moderna superaram as vetustas barreiras que salvaguardavam a integridade dos Estados — o fechamento e a defesa das fronteiras. Os meios eletrônicos de telecomunicações invadem hoje os territórios nacionais com todo tipo de mensagens e de propaganda; as armas atuais não se detêm mais diante dos limites de alcance nem de poder destrutivo. Os velhos princípios de defesa nacional ou de segurança nacional, como quiserem denominar, tiveram de ser reavaliados na conjuntura das novas ameaças e novos perigos como, ademais, todos os outros conceitos foram reajustados às exigências da dinâmica da sociedade contemporânea — os políticos, os econômicos, os sociais, assim como a jurisprudência pública e privada. Não há porque se admirar que o Estado moderno reestude e procure atualizar o seu conceito de proteção e de segurança.

O próprio vocábulo segurança, empregado com o significado atual, não é a novidade que alguns querem impingir. Montesquieu, em "*L'Esprit des Lois*", capítulo XIV, o utiliza quando pergunta: "Como então conciliar a segurança do Estado com a segurança da pessoa"? Nesse mesmo capítulo, o extraordinário pensador francês, arquiteto das idéias mestras que deram origem à estrutura do Estado democrático que depois viria surgir com a derrubada da monarquia de Luiz XVI, repete as expressões segurança e estabilidade do Estado, como os suportes indispensáveis ao governo do "povo, pelo povo e para o povo".

A apresentação de alguns exemplos da legislação vigente sobre a Segurança Nacional nos principais Estados democráticos, cremos que elucidará melhor a necessidade constante de reavaliar e reajustar as premissas básicas de proteção do Estado e que se vêm tornando mais prementes nos últimos 50 anos, em face da velocidade das transformações a que estão submetidas todas as nações do globo.

A atual Constituição francesa, no seu art. 16, trata das figuras do estado de sítio e do estado de emergência. Essas duas situações configuram os perigos a que

pode o Estado se ver envolvido em face principalmente da agressão do inimigo interno. Em ambos os casos, concentram-se nas mãos do presidente da República os poderes que em tempos normais estão divididos entre os três poderes do Estado. Ademais, os estados de sítio e de emergência podem ser decretados pelo Conselho de Ministros, sem necessidade de nenhuma deliberação ou voto da Assembleia Legislativa, por um prazo não superior a 12 dias. Durante este prazo, nenhuma norma legislativa ou jurídica restringe a latitude do poder presidencial.

Na Bélgica, o Código Penal, no seu livro II, título I, "Dos crimes e delitos contra a Segurança do Estado", estabelece as penas contra aqueles que, através de atentados e complôs, ameaçam a vida do rei e da família real, e a forma de Governo. Nos capítulos seguintes trata dos crimes e delitos contra a segurança exterior e contra a segurança interior do Estado belga, variando as penas de prisão com trabalhos forçados à de morte. Quando trata em particular da segurança interna, o direito belga codifica os tipos de atentados — incitação à guerra civil, à devastação de bens, massacre, pilhagem, invasão de propriedade, seqüestro de bens e de pessoas, e outras figuras de agressão, estipulando penas que, partindo da detenção, alcançam até 20 anos de prisão.

A jurisprudência norte-americana, que cobre o direito de segurança nacional, não deixa dúvida de sua visão conceptual sobre esta problemática, desde que a primeira Constituição da República entrou em vigência, em março de 1789. Do preâmbulo desta constam os objetivos de "assegurar a tranqüilidade e prover a defesa comum". No seu artigo I, seção 8ª, nº 15, prevê a convocação, com a aprovação do Congresso, das milícias estaduais, "para fazer cumprir as leis da União, sufocar as insurreições e repelir invasões". Os dois dispositivos citados marcam de sobejo a adoção do princípio de Segurança Nacional pelos fundadores da grande República Democrática do Norte — George Washington, Thomas Jefferson, Benjamin Franklin e Alexander Hamilton.

Instituído o princípio, encontramos no decorrer destes 200 anos de vida política da República norte-americana, várias emendas constitucionais e leis complementares adaptando o conceito de segurança às necessidades conjunturais da nação e à evolução dos instrumentos de agressão psicológica e física a que está submetido o Estado. Em 1947, os legisladores do Capitólio, de cujo pensamento liberal não se pode duvidar, incorporaram à jurisprudência do país o "National Security Act", visando garantir a preservação dos direitos do Estado e dos cidadãos em face dos novos perigos que passaram a ameaçar o mais precioso bem da comunidade nacional — "as bênçãos da liberdade e da democracia" de que fala a constituição washingtoniana. Encontramos no "Freedom of Information Act", promulgado em 1967, cujo objetivo foi oferecer ao povo uma administração transparente, o cuidado em excluir dessa transparência as informações que possam causar dano à segurança externa e interna dos Estados Unidos.

Acreditamos não pairar dúvidas nos espíritos lúcidos e descomprometidos de que a França, a Bélgica e os Estados Unidos formam três exemplos indiscutíveis de Estados democráticos modernos. Não acreditamos que influências espúrias te-

nham conseguido induzir os legisladores dessas três nações soberanas e respeitáveis a legislarem sobre matéria desnecessária, descabível ou atentatória.

Se nos aprofundarmos no estudo do princípio da segurança nacional (não interessa o nome desse princípio correspondente à época e ao país), encontraremos desde os primórdios da história, o que Montesquieu no seu "L'Esprit des Lois" (1772) chamou de direito político, inerente à preservação do Estado. Os dois veios desse direito político são a segurança externa e a segurança interna, e o são, como nos ensina o historiador Arnold Toynbee, desde que os primeiros agrupamentos humanos sentiram a necessidade de abandonar o crescimento vegetativo e se afirmar em termos de uma sociedade capaz de superar suas dificuldades e sobreviver. Ninguém inventou o princípio de segurança nacional, ele foi inventado há mais de 5.000 anos por uma necessidade social.

O que todas as sociedades e nações vêm fazendo no decorrer desses milênios é reajustar suas exigências de superação social e de defesa, diante das novas ameaças dos modernos instrumentos de agressão. Nenhuma nação tem vocação suicida; nenhum Estado encarnará os anseios nacionais se não for capaz de preservar o país dos perigos de desagregação e de agressão. Preferimos, portanto, tomar a posição ao lado desses valorosos homens de estado que, no curso da história, tiveram o desassombro de reavaliar os perigos que hoje pesam sobre nossa sociedade democrática e fortalecer a sua defesa.

Sintetizando nosso pensamento, reafirmamos que não passa de desinformação histórica e política dizer-se que a doutrina da Segurança Nacional nasceu nos Estados Unidos após a 2ª Guerra Mundial e que a doutrina brasileira é cópia da norte-americana.



AS CRISES PERIFÉRICAS E AS POTÊNCIAS MÉDIAS COMO FATORES DO EQUILÍBRIO DO PODER MUNDIAL

Luiz Villarinho Pedroso

Ministro de 2ª Classe do MRE, estagiando atualmente na Escola Superior de Guerra.

INTRODUÇÃO

Ao terminar o ano de 1974, a imprensa mencionava que possivelmente fora aquele o primeiro ano, desde o ataque japonês à Mandchuria, em 1931, em que nenhuma das chamadas grandes potências — (qualificativo que se poderia atribuir a 6 ou 7 países antes da segunda guerra mundial) tivera de utilizar suas forças armadas em ações bélicas de repercussão internacional.

É de salientar-se, porém, que dentro desse período, a Humanidade conheceu a maior tragédia de sua história — a II Guerra Mundial — dela surgindo as Nações Unidas, com a ambiciosa e elevada missão de assegurar a paz total e permanente para todas as Nações, grandes e pequenas. Era tão acentuada a esperança de que os sofrimentos da II Guerra Mundial ensinassem a humanidade a percorrer os caminhos da paz e da justiça que o Presidente Franklin Delano Roosevelt, em mensagem ao Congresso norte-americano, a qual hoje reconhecemos tão exageradamente otimista quanto irrealista, chegaria a declarar logo após talta: “a conferência da Criméia marca o fim do sistema de ação unilateral, de aliança exclusiva, de esferas de influência, da balança de poder e de todas as outras experiências que foram utilizadas por séculos e que falharam. Propomos em substituição a tudo isto uma organização universal, na qual todas as nações amantes da paz terão finalmente uma oportunidade de participar”.

Não é objetivo deste trabalho analisar a Carta das Nações Unidas, mas não seria demais lembrar que esse documento consubstancia muito mais o realismo da noção de poder do que o idealismo da mensagem de Roosevelt. Com efeito, embora os princípios e objetivos da Carta sejam baseados na postura idealista da preservação da paz e, portanto, tão válidos hoje quanto em 1945, seus mecanismos, contudo, principalmente o Conselho Permanente, nada mais são do que o reflexo da situação

de poder em 1945; mais do que isso, esses mecanismos tendem favorecer o congelamento do poder.

Se verdade é que o chamado equilíbrio do terror nuclear tem evitado — e talvez mesmo eliminado — a possibilidade de choque frontal de natureza armada entre as duas super-potências, ou seja, uma conflagração global, não menos exato é que as chamadas crises ou confrontos periféricos foram numerosos desde 1945 até os nossos dias, abrangendo desde verdadeiras guerras, como, por exemplo, a da Coreia entre 1950-1953, até pequenas porém constantes operações de guerrilha, tais como as que se verificam atualmente na região do antigo Saara Espanhol contra as forças regulares de Marrocos e Mauritânia, países aos quais a Espanha entregou aquela sua antiga colônia.

Cremos não haver dúvida que jamais o mundo passou por mutações tão rápidas nos terrenos político, econômico e científico como no período que vai do pós-guerra aos nossos dias. Seriam as seguintes as principais características desse mundo novo: i) o enorme e vertiginoso progresso científico e tecnológico com profundas influências sobre o comportamento de povos e nações (quanto a esse ponto, nunca é demais meditar, por exemplo, sobre o papel do rádio transistorizado e da televisão nos campos político e psico-social); ii) a concentração quase que ilimitada do poder, em sentido amplo, em duas super-potências e de poder econômico no hemisfério norte, paralelamente ao surgimento de várias dezenas de novos estados, todos com o imenso horizonte de aspirações que resulta inevitavelmente do processo de globalização em escala mundial; iii) o extraordinário incremento do poder econômico das empresas transnacionais, que lhes fortalece a capacidade de influência política nos países sedes e anfitriões; as maiores empresas transnacionais têm, individualmente, poder econômico superior a três quartas partes dos atuais estados mundiais.

Em mundo de tão grandes vinculações, a instabilidade tem sido a constante nas relações internacionais, não obstante os diversos esquemas e formulações que incluem, entre outros, a bipolaridade "ad eternum", um pentagrama híbrido militar e econômico e até mesmo a co-presidência institucionalizada das duas superpotências sobre os destinos do mundo.

Na verdade, conforme assinalou com muita propriedade o Embaixador JOÃO AUGUSTO DE ARAÚJO CASTRO,* sem dúvida, existem no mundo atual três conceitos de paz, respectivamente para as superpotências, para os países desenvolvidos, (tendo como líderes do grupo as chamadas grandes potências de antes da Segunda Guerra Mundial), e para a generalidade das nações.

Para as super-potências, a paz seria fundamentalmente a ausência do conflito nuclear, ou seja, nada mais do que a garantia da sobrevivência da humanidade sobre os pratos da balança de terror, para usarmos a conhecida metáfora de Winston Churchill.

* Fundamentos da Paz Internacional. Balança de Poder ou Segurança Coletiva", publicado no caderno especial do Jornal do Brasil, de 6 de abril de 1970.

Para os países desenvolvidos, salientando-se entre eles as antigas grandes potências (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Japão, etc.), paz implica uma situação de relativa normalidade que lhes garanta a maior tranquilidade e segurança possíveis para atividades sobretudo econômicas, sem a necessidade de eventualmente ter de realizar operações militares de grande custo, mas tendo presente, contudo, que estão sempre sujeitos às vicissitudes decorrentes da política de poder das super-potências.

Para os demais países, principalmente para os menores, a paz, no campo internacional, se identifica com segurança, isto é, a garantia de não serem agredidos e de terem preservadas sua soberania e integridade territorial; no campo interno, a paz está intimamente ligada ao desenvolvimento e à distribuição justa e equitativa de benefícios, pois, sem esses dois requisitos, surgem crises sobre as quais, freqüentemente, influem terceiros países.

No presente trabalho, procuraremos analisar os fatores do equilíbrio do poder mundial no pós-guerra, com especial atenção não só nas chamadas crises periféricas que, como se mencionou, foram a constante do período, mas, igualmente, nas potências médias, que freqüentemente não vêm desempenhando o papel que se lhes poderia esperar, senão no cenário mundial global, pelo menos na solução das chamadas crises periféricas.

A BI-POLARIDADE

Fase Inicial

A II Guerra Mundial teve o efeito de um grande cataclismo na estrutura do poder mundial, que, em um período de pouco mais de 5 anos, passou de uma nítida e indiscutível situação de multipolaridade política, econômica e bélica (Império Britânico, Estados Unidos da América, França e colônias, Alemanha, Japão e União Soviética) para uma bi-polaridade também incontestável.

Surgiram, assim, do maior conflito que já conheceu a humanidade, dois polos de poder econômico e militar — sem dúvida alguma diferentes das antigas grandes potências da Europa Ocidental e Ásia — os quais adicionavam a um já imenso poderio mundial o magnetismo de ideologias opostas.

Conforme Alex Tocqueville, político e publicista francês, já previra cem anos antes, os Estados Unidos da América e a União Soviética passaram a ser, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, os dois maiores focos de poder no mundo. Desses dois focos de poder se irradiam duas "marés" — a norte-americana e a soviética — aparentemente destinadas a cobrir senão a totalidade, pelo menos a maior parte do mundo.

Em realidade, essa idéia de um poder dominante, de uma verdadeira maré impetuosa e absorvente, destinada a preencher qualquer vácuo de poder que ocorresse, pode ser notada na intervenção norte-americana na Indo-China logo após a derrota francesa em Dien-Bien-Phu (1954), com efeito de acordo com a doutrina da

"*Contenção Estratégica*", estabelecida pelos Estados Unidos da América logo ao início da guerra fria não podia o governo de Washington aceitar a expansão soviética em área anteriormente sob influência de uma potência européia pois, como lembra RAY S. CLINE* um dos colorários daquela doutrina era que "expansion of the political or military power of such a hostile totalitarian nation anywhere in the world ought to be prevented because it undermines the sense of security and the unity of economic and political cooperation among the non-Communist countries which stand in the way of domination of the Eurasian heartland by a single power".

O expansionismo da "maré" soviética é por demais evidente. A instalação de regimes Comunistas nos países da Europa Oriental se sucedeu sempre às vitórias do exército soviético naqueles países ou resultou de erros de negociação em falta, embora, quanto a esse último ponto, se possa sempre alegar que a resistência alemã inesperadamente forte aos aliados na frente ocidental e o interesse dos norte-americanos, talvez injustificadamente exagerado, em obter o apoio soviético contra o Japão, tenham em muito aumentado o poder de barganha de Moscou na reunião da Criméia.

Nessas condições, em 1948, após a derrubada do governo democrático de Beres na Tcheco-Eslováquia e sua substituição por um regime comunista totalmente dependente da União Soviética, se podia dizer que estava realizado um velho sonho de Pedro Grande de uma grande Rússia, com fronteiras seguras, sem o temor dos germanos ao Oeste, dos mongóis ao Este e dos turcos ao Sul; ademais, Stalin "retificara" inteiramente a seu favor todas as fronteiras com os países satélites incorporando à União Soviética grandes extensões territoriais da Polônia e Rumânia, sem contar a anexação pura e simples dos três estados bálticos.

Correto estava assim ERICH FROMM,* quando afirmava, já no início da década dos 60, que a União Soviética, com o grave problema de digerir suas conquistas e sempre preocupada com o aparecimento de dissensões em uma estrutura interna multinacional e multi-racial, era e tenderia a ser uma "potência conservadora" em política externa. Esse "conservadorismo", qualificado pela circunstância de que Moscou disputa com Pequim a liderança de um movimento ideológico, explica em muito a política exterior soviética no após guerra.

A bi-polaridade de poder Estados Unidos da América—União Soviética se torna mais nítida em 1949 quando este último explode sua primeira bomba atômica, terminando o monopólio nuclear norte-americano. Moscou demonstrava, assim, que uma sociedade fechada tinha condições de, embora com uma estrutura industrial muito inferior à norte-americana, mobilizar imensos recursos no campo da pesquisa e da tecnologia do átomo e queimar etapas no processo de produção de armas nucleares.

O ano de 1949 marca, destarte, o início de uma caracterização mais nítida da bi-polaridade bélica, embora se deva notar que o equilíbrio do terror nuclear só

* "World Power Assessment", 1975, págs. 107 e 108.

* "May Man Prevail", 1961.

começa a verificar-se aproximadamente a partir de fins de 1964 e princípios de 1965, quando a União Soviética, com mais de 200 mísseis intercontinentais e já dispondo de submarinos lançadores de mísseis de eficiência comprovada, passou a ter também a capacidade de retaliar com alto grau e destruição mesmo após haver sofrido um ataque nuclear de proporções totais. Anteriormente à fase do "equilíbrio nuclear", a União Soviética baseava sua estratégia militar num imenso poderio de armas convencionais, pressionando as forças da OTAN no teatro europeu; conforme acentuam diversos autores europeus, a superioridade dos exércitos do pacto de Varsóvia sobre os efetivos da NATO na Europa representava, para os estrategistas soviéticos, uma verdadeira força de dissuasão contra um possível ataque nuclear norte-americano. Estávamos, então na época da concepção estratégica do "escudo convencional e espada nuclear".

A idéia de bi-polaridade, nessa fase inicial e mesmo atualmente, está intimamente vinculada ao conceito de super-potência, isto é, aqueles países que, ademais de contar com recursos econômicos poderosos e adiantamento tecnológico, dispõem da massa crítica (território + população) que lhes permitiria, por um lado, usar um vasto território para melhor localizar as armas nucleares e, por outro, suportar as imensas perdas de vidas humanas decorrentes de possíveis ataques com esse tipo de arma.

A vinculação do "status" de grande potência a grande território e população é praticamente uma constante entre todos os autores de assuntos políticos e estratégicos: assim, por exemplo, ADOLPH A. BERLE, JR., em 1957, no seu livro "Tides of Crisis" (edição brasileira com o título "O Mundo entre o Ocidente") apresenta a União Soviética, a China, o Brasil e a Índia como os 4 países que poderiam vir a disputar aos Estados Unidos da América a liderança mundial no fim do século atual, acentuando, porém, que os três últimos países necessitavam realizar um imenso esforço científico e tecnológico para chegar a desempenhar, a nível internacional, um papel correspondente aos seus respectivos potenciais humano e territorial. Quase 20 anos após, RAY S. CLINE, ¹⁰ considera a massa crítica (população + território) como o termo inicial da sua equação de poder, atribuindo àqueles mesmos 5 países os maiores coeficientes dentro desse termo.

No tocante ao aspecto econômico, caberia mencionar que, pelo menos durante quase 15 anos após a II Guerra Mundial, o mundo tinha uma feição em verdade uni-polar, pois a economia norte-americana era altamente dominante; assim, por exemplo, verificamos que, em 1950, o PNB norte-americano representava aproximadamente 33% do total mundial; no mesmo ano, o PNB soviético equivalia a 11% e Japão e RFA, atualmente a segunda e terceira economias capitalistas, atingiram, apenas respectivamente, 2,8% e 5,2% do total mundial.

¹⁰ Editado por Raynald & Company de Nova York.

¹¹ Obra já citada.

Diminuição do poder relativo das super-potências. Abrandamento do conflito ideológico.

Conforme já mencionamos, as duas super-potências diferenciavam-se de outras potências que já lideraram o mundo pela circunstância muito especial de que ambas se apresentam como porta-bandeiras de duas ideologias diametralmente opostas. Em verdade, as duas super-potências, em várias ocasiões, se utilizaram do instrumento ideológico — a defesa da democracia em um caso, e a implantação de um socialismo igualitário no outro — para a consecução ou manutenção de seus respectivos objetivos nacionais.

Era evidente, porém, que a situação política do pós-guerra era absolutamente anômala, sendo em termos bélicos, pelo menos no tocante à valoração econômico-política das antigas grandes potências. Com efeito, nota-se que, *a partir do momento em que se vislumbra o equilíbrio a que chegariam as duas super-potências, inicia-se o afrouxamento da disciplina ideológica intra-blocos.*

No chamado Bloco Oriental a República Popular da China passa a disputar com a União Soviética a liderança do movimento comunista internacional, embora julguemos existir, no caso, mais um conflito de objetivos nacionais do que uma simples divergência sobre como interpretar os escritos de Marx, Engels e Lenine. Tito, já antes mesmo de Mao-Tse-tung, havia rompido com Moscou e posteriormente veio a ser um dos criadores do chamado grupo dos países não-alinhados, para muito depois ocupar uma terceira posição entre Oriente e Ocidente. Mais recentemente, temos o caso da România, país periférico e auto-suficiente em petróleo, que, embora sem rompimento ideológico, possui uma política exterior bastante independente de Moscou.

No Ocidente, onde evidentemente nunca existiu uma rigidez ideológica comparável à do bloco Oriental, nem um domínio militar indisfarçável e permanente por parte da super-potência, podemos dizer que a França do General de Gaulle produziu a primeira manifestação de uma política exterior fundamentada exclusivamente em objetivos nacionais e despida do componente ideológico maniqueísta da confrontação democracia versus comunismo.

Seria longo examinarmos aqui o pensamento do General de Gaulle, um dos maiores estrategistas e pensadores políticos do século, mas não se deve deixar de salientar que foi ele quem primeiro levantou, de maneira clara e freqüentemente conflitiva com a super-potência ocidental, as seguintes questões fundamentais, entre outras: i) o interesse da França nem sempre coincide com o do grupo que se convencionou chamar Ocidente e muito menos com o da super-potência líder desse bloco, ii) a não aceitação de alinhamentos automáticos (caberia notar, quanto a esse ponto, que de Gaulle teve uma posição de inequívoco apoio aos Estados Unidos quando da crise de Cuba de outubro de 1962); iii) a necessidade de a França ter um sistema de defesa próprio, através da criação de uma capacidade de retaliação nuclear com um mínimo de credibilidade.

Pode-se dizer, assim, que a bi-polaridade política, fundamentada em posturas ideológicas rígidas, teve duração muito curta, coincidindo sua fase mais característica com a gestão de John Foster Dulles como Secretário de Estado.

Bi-Polaridade e equilíbrio do terror. O Pentagrama de Henry Kissinger.

Não cabe a menor dúvida de que, em termos militares e se considerarmos como unidade de poder a capacidade de aniquilar totalmente o adversário, o mundo é bi-polar. Somente os Estados Unidos da América e a União Soviética (esta com a ampliação de sua marinha de guerra) são potências globais, isto é, dispõem de meios e recursos logísticos para intervir em qualquer parte do globo.

Não obstante o imenso poder bélico que possuem, estão as duas super-potências anuladas através do que se convencionou chamar o "equilíbrio do terror" ou, segundo a doutrina norte-americana, "mutual assured destruction (MAD)", isto é, a capacidade que tem cada uma delas de destruir a outra, mesmo após haver sofrido um ataque nuclear estratégico de grande escala.

Em termos militares, somente a República Popular da China poderá, em futuro previsível, chegar ao estágio de super-potência, embora venha ainda a tardar muito a ser uma potência global.

A Europa dos nove, que segundo o Professor GEORGE MODELSKI,* é responsável aproximadamente por 11% dos gastos militares mundiais ("Ray S. Cline" **concede-lhe o peso militar de 20, teoricamente igual ao dos Estados Unidos da América), poderia também vir a ser uma super-potência bélica mas lhe falta o requisito essencial da unidade política.

Possivelmente tentando uma alternativa imaginosa ao imobilismo da bi-polaridade, Henry Kissinger procurou basear o equilíbrio do poder mundial no seu famoso pentagrama. Não cabe aqui realizar um estudo aprofundado das idéias e teorias do ex-Secretário de Estado, mas não podemos deixar de mencionar, como uma apreciação merecedora da maior atenção, a crítica que lhe faz o Professor JOSEPH S. NYE,*** ao afirmar que "Henry Kissinger description of a world based on a five power balance is a very misleading image. Japan and the European Community are not similar to the United States and the Soviet Union. What you really have is a structure of two triangles, a military triangle, composed of China, the United States and the Soviet Union; and an economic triangle composed of Japan, the United States and Europe. It is rather elementary geometry that two triangles do not make a pentagon, but equally important is the fact that international relations within the economic triangle of advanced industrial nations do not conform to the balance of power image".

* World Order Keeping: Some Alternative Structures, capítulo do livro *New Dimensions of World Politics*.

** Obra citada.

*** "Transnational and Transgovernmental Relations", no livro *"New Dimensions of World Politics"*.

Caberia agregar, outrossim, que Kissinger, pelo menos na sua fase final de atuação na chefia do Departamento de Estado, pareceu otimista em demasia na reduzida importância que atribuía à confrontação ideológica, possivelmente ignorando que a União Soviética, por mais interessada que estivesse na "détente", não deixaria de (ou melhor, não poderia deixar de, sob pena de ver diminuída sua posição de liderança no bloco comunista) de aproveitar-se de qualquer possibilidade de ganho político estratégico, através da intervenção, sobre a forma que lhe fosse mais conveniente, nas crises periféricas ocorridas em zonas sob influência das nações capitalistas.

CRISES PERIFÉRICAS

Definição

Chamamos crise, para os efeitos desse trabalho, um confronto de interesses entre Estados ou um Estado e um grupo organizado, do qual resultaram ou poderiam haver resultado ações militares. O conceito de crise está, assim, vinculado a um conflito militar real ou potencial.

Dentro desse conceito específico de crise, crise periférica seria aquela em que não existe confrontação direta entre super-potências; para os fins dessa definição, incluímos atualmente a República Popular da China na categoria de super-potência. Assim sendo, consideramos, por exemplo, a guerra da Coreia de 1950 a 1953, como uma crise periférica, pois não só a República Popular da China não poderia, naquela ocasião, de modo algum ser considerada uma super-potência, mas, igualmente, suas tropas participaram no conflito na qualidade de "voluntários", artifício bastante hábil de Pequim para evitar uma confrontação direta com Washington. Seguindo o mesmo raciocínio, a guerra do Vietnam foi uma crise periférica, não obstante uma das super-potências haver ali empenhado, em determinado momento, cerca de meio milhão de homens de suas forças armadas. A guerra entre a Índia e o Paquistão, países na ocasião com uma população conjunta de cerca de 700 milhões de habitantes, é igualmente uma crise periférica, haja vista que a intervenção das 3 super-potências foi indireta. Os três conflitos árabe-israelitas não deixam de ser, em nossa opinião, crises periféricas, embora se localizem na área de maior tensão internacional da atualidade e onde, previsivelmente, é mais latente a possibilidade de choque entre os Estados Unidos da América e a União Soviética.

Dentro do Pacto de Varsóvia ocorreram pelo menos duas crises periféricas bem definidas: as revoltas na Hungria, em 1956 e na Checoslováquia, em 1968. Em virtude da natureza de "sociedades fechadas" daqueles países, pela existência de um mecanismo repressivo interno eficiente e, principalmente, dada a nítida relação de força que exerce a União Soviética dentro do bloco, ambas as crises foram rapidamente dominadas, no primeiro caso pelo Exército soviético isoladamente e, no segundo, com a cooperação de outras forças do Pacto. Em Berlim Oriental e na Polônia ocorreram, na década de 50, como se sabe, distúrbios populares importantes que não podem, porém, ser considerados crises periféricas por não haverem produzido repercussões externas significativas.

A crise de Cuba, em outubro de 1962, pode ser considerada um caso sui generis. Em verdade, assinalou ela a mais séria confrontação até a presente data entre os Estados Unidos e a União Soviética bem como a ocasião em que mais de perto a Humanidade vislumbrou a trágica possibilidade do holocausto atômico. Não podemos, assim, classificar de crise periférica, pois sobre trazer em si a possibilidade de confrontação entre duas super-potências, resultou, ademais, nas seguintes consequências todas da maior relevância internacional: i) assinalou o início do processo de negociações contínuas e intensas entre os Estados Unidos e a União Soviética, baseadas no entendimento tácito de que cada uma das potências evitaria exacerbar tensões dentro de áreas de especial interesse para a outra; ii) a União Soviética, na ocasião altamente inferiorizada em termos nucleares e praticamente sem contar com uma marinha de guerra do nível necessário às suas aspirações de potência global, iniciou, após ter sido obrigada a ceder em Cuba, um amplo programa de pesquisa e criação de armamento nuclear, bem como de construção naval; iii) embora Kruschewsky tenha sofrido em Cuba uma humilhação que certamente muito contribuiu para sua destituição do cargo de Secretário-Geral do Partido Comunista soviético, não menos verdade é, contudo, que Moscou tirou da crise a grande vantagem estratégica de obter o definitivo reconhecimento de Cuba como uma posição conquistada dentro da área geo-política norte-americana. O problema cubano deixa de ser apenas um dado dentro do sistema interamericano para passar ao plano das relações soviético-norte-americanas.

Vemos, assim, que, excetuada a crise de Cuba, todos os conflitos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial foram crises periféricas. Mesmo se considerarmos que as guerras da Coreia e do Vietnã, em virtude da duração e participação dos Estados Unidos da América, e as crises árabe-israelitas, pela importância estratégica da área, não sejam crises periféricas, estas ainda constituíam a imensa maioria de conflitos no período histórico iniciado após a II Guerra Mundial.

Caberia, finalmente, mencionar que a confrontação ideológica e militar entre Ocidente e Oriente, por um lado, e o imenso poder destruidor da atual tecnologia bélica, por outro, praticamente eliminam qualquer possibilidade de conflito entre as antigas grandes potências de antes da Segunda Guerra Mundial, as quais, ademais, dispõem, sobretudo, no GATT, OCDE e CEE, de forums e mecanismos para negociar os problemas de natureza econômica, área onde está compreendida a quase totalidade de seus pontos de fricção. Assim, está hoje, sem dúvida, no terreno da ficção, uma guerra entre a França e a República Federal Alemã ou entre a Grã Bretanha, por exemplo.

Causas das Crises Periféricas

São diversas as causas das crises periféricas e, muito freqüentemente, uma mesma crise é provocada por mais de um fator. Sem a preocupação de uma hierar-

quisação quanto a valor, passamos a expor e comentar causas e fatores que julgamos mais importantes na gênese das crises periféricas.

Conforme já mencionamos, o equilíbrio de poder entre as duas super-potências levou a uma distensão da disciplina intra-bloco, circunstância por muitos considerada como sendo um catalizador importante das crises na área geopolítica dos países capitalistas.

Contrários que somos a qualquer forma de congelamento do poder, vemos com beneplácito o surgimento de novos focos de poder, que aumentam a área de atuação político-diplomática das potências menores, mas é inegável, porém, que a existência de um poder dominante e absoluto, se não impede, pelo menos em muito dificulta a possibilidade de crises dentro de sua área de influência.

No bloco soviético, onde é clara a existência do poder dominante da super-potência sobre os Estados clientes, as crises periféricas, conforme já se mencionou, têm sido de número muito reduzido e de curta duração, pois se solucionam rapidamente pela força.

No bloco Ocidental, é evidente que a perda relativa do poder dos Estados Unidos da América de algum modo contribuiu, se não para o surgimento de crises periféricas, pelo menos para que diversas delas prosperassem. Como menciona ALASTAIR BUCHAN*, a situação dos Estados Unidos da América no início da década dos 70 se parece em muito com a da Grã Bretanha cem anos antes, país que, repentinamente, despertou para quatro fatos para ela até então inusitados: i) que um outro Estado, no caso a Alemanha Imperial, alcançava paridade com ela em poder político e industrial; ii) que seria indefinidamente dependente da importação de alimentos, como parece que os Estados Unidos serão do petróleo estrangeiro; iii) que suas exportações já não mais dominavam os mercados mundiais; iv) que, pelo menos por algum tempo, deixara de ser a cidadela maior da liberdade e do progresso, pois outras nações já caminhavam mais rapidamente do que ela na educação e em outros campos sociais.

É possível que historiadores futuros atribuam ao trauma do Vietnam e ao declínio relativo do seu poder econômico as causas principais que levaram os norte-americanos a uma progressiva redução de seu papel como potência global; julgamos, porém, existir uma causa mais profunda que reside no próprio pensamento político norte-americano de maior peso, isto é, o que se reflete na obra sobretudo da comunidade acadêmica, pensamento este refratário à idéia de uma "Pax-Americana" imposta pela força; essa corrente de pensamento, sem dúvida influente na formulação da política exterior norte-americana, é mais inclinada a uma relação pluralista de responsabilidades com base em acordos e tratados e no Direito Internacional.

É importante igualmente, para melhor se entender a multiplicidade das crises periféricas, que reconheçamos existir, no mundo atual, uma acentuada diferença entre "poder efetivo" e "poder perceptível".

* "Change without War", St. Martin's Press New York, 1975. página 60.

Nesse contexto, RAYMOND ARON* acentua que os "recursos", ou sejam, meios materiais que tem o Estado à sua disposição não correspondem à "potência", isto é, à capacidade real e efetiva para alcançar seus objetivos.

Se tomamos o exemplo da chamada Guerra do Vietnam, verificamos que os Estados Unidos da América dispunham dos recursos materiais para arrasar o Vietnã do Norte em questão de minutos, mas não tinha o poder real para ganhar a guerra, pois, na composição desse poder, entra uma série de fatores externos e internos que, muito frequentemente, anulam os recursos.

CLINE** nos oferece a seguinte equação do poder perceptível, na qual já procura fazer, de algum modo, a distinção acima acentuada: $P_p = (C+E+M) \times (S+W)$.

Segundo CLINE, o poder perceptível P_p seria o resultado da multiplicação de dois grupos de fatores, o primeiro de quantificação objetiva e o segundo já bastante subjetivo. Constituiriam o primeiro grupo: a massa crítica de determinado Estado, formada por dois componentes, a saber, população e território, essa massa crítica seria designada pela letra C ; E representaria o poder econômico e M o poder militar. O segundo grupo se cifraria na soma de S , isto é, a concepção estratégica e W , a vontade de realizar a estratégia nacional.

Conforme mencionamos, a grande vantagem da fórmula de CLINE é que introduz nela uma primeira diferença entre "recursos", incluídos todos no primeiro grupo, e poder real ou potência, para utilizarmos o termo francês "puissance", empregado por ARON.

Reconhece o autor americano ser subjetiva a quantificação de S e W , propondo para ambos um valor que oscilaria de 0 a 1. Nessas condições, a soma de $S + W$ poderia ser inferior a 1, hipótese em que um Estado teria o poder perceptível inferior a soma dos recursos, superior a 1, caso em que ocorreria uma valorização dos recursos, ou, finalmente, igual a 1, quando, logicamente, P_p seria igual a $C+E+M$.

Sempre acentuando que os valores atribuídos a S e W são subjetivos, isto é, correspondem a avaliações por ele feitas, CLINE atribui a Israel, entre as 40 nações maiores detentoras de recursos, o mais elevado valor, no momento atual, para o grupo " $S + W$ " (1,8 de um máximo possível de 2), enquanto os Estados Unidos da América recebem o mais baixo quantitativo (0,7) entre as Nações industrializadas e o terceiro menor valor dentro dos 40 Estados acima mencionados.

Não resta dúvida, assim, que o "poder real ou efetivo", definido sempre como uma relação entre Estados, não é igual ao somatório de recursos e nem mesmo ao resultado da multiplicação desse somatório pela soma da estratégia e vontade nacional, pois uma ampla gama de fatores internos e externos influem sobre o processo de efetivação ou materialização do poder. Nessas condições, temos, por exemplo, que, no caso da Guerra do Vietnam, haveria de considerar-se a

* La Notion de Rapport de Forces a-t-elle encore un sens à l'ère nucléaire", artigo publicado na edição de janeiro de 1976, da revista, "Défense Nationale".

** Obra citada.

circunstância de que, por um lado, os Estados Unidos se defrontaram com uma guerra de guerrilhas, e, por outro, que existiu um bloqueio psicológico, moral e político interno que impedia o Governo norte-americano de utilizar todos os meios bélicos disponíveis em um conflito marginal ao seu objetivo nacional principal, o de manter a segurança frente à outra potência nuclear.

O Prof. JOSEPH NYE examina o valor relativo do poder militar no mundo de hoje, acentuando que esse poder, embora cada vez mais custoso, sobretudo para as potências nucleares, tem, contudo, uso limitado na consecução de objetivos positivos, sobretudo na área econômica. Como exemplo, lembra o Prof. Nye que, há cem anos, os Estados Unidos da América, ao desejarem iniciar o comércio com o Japão, atingiram esse fim simplesmente através do envio de uma frota e com a ameaça de bombardeio dos portos japoneses; em 1973, quando Washington tinha grande interesse em que o governo japonês valorizasse o yen, o emprego da força militar não era, evidentemente, uma hipótese com qualquer viabilidade.*

Em comentário ao livro do Prof. CLINE, o General CARLOS DE MEIRA MATTOS** assinala também que a fórmula de CLINE não chega a exprimir de maneira totalmente satisfatória o poder efetivo, propondo a inclusão, no grupo dos quantitativos abstratos, de um valor P , a que chama de "poder de persuadir", força de convencer, ou capacidade de influir".

Após salientar que esse fator P faltou no conceito de poder norte-americano durante a recente guerra no Vietnã, o General MEIRA MATTOS comenta que, se bem se possa entender que aquele fator estaria normalmente incluído em S (estratégia) ou W (vontade nacional), prefere ele, contudo, individualizá-lo pois "se pode admitir o caso em que se caracterize uma firme vontade de vencer por parte de um estado (governo e povo) sem que haja capacidade de convencer os demais estados da justiça de sua causa e, em consequência, resulte no isolamento desse Estado, cuja consequência é a derrota".

Não menos importante na análise das crises periféricas é o fator "comunicações".

Mencionamos anteriormente a enorme influência que teve o avanço tecnológico das comunicações sobre todos os campos do poder, sobretudo no político e psicossocial. É inegável que as comunicações rápidas e fáceis, aliadas a sofisticadas técnicas de propaganda, têm alta ponderabilidade no processo de gestação e durante qualquer crise periférica.

A comunicação é ainda mais decisiva no tocante a determinados grupos ou elites. Assim, por exemplo, embora se possa discutir a existência ou não de uma "opinião pública mundial" ou mesmo de uma "opinião pública nacional mundial", é inegável, porém, existir uma acen-

* Obra citada.

** Revista del Colegio Interamericano de Defensa, Volume IV, número 1.

tuada tendência para uma "opinião transnacional" de grupos raciais (árabes, negros, etc.) ou de certas elites (militares, estudantes, etc.).

Poder-se-ia dizer, assim, que a comunicação tem a capacidade de atuar como catalizador, de valor ideológico ou político neutro, em qualquer movimento contra um poder constituído.

O nacionalismo e o anti-colonialismo como fatores de crises periféricas.

Fator importante nas crises periféricas é a ânsia de libertação das antigas colônias de potências européias. É evidente que, no caso, a confrontação se fez e far-se-á sempre com países do Ocidente e que o bloco Ocidental estará sempre pronto a dela se aproveitar.

Duas são as hipóteses principais de crises periféricas surgidas no processo de descolonização. A primeira é a luta pela independência, que, como se viu nos últimos 30 anos, pode ser lenta e sangrenta (Argélia, Vietnam). A segunda se verifica já após conquistada a independência, num ambiente de instabilidade ou vácuo de poder, e tem por objetivo a instalação de determinada forma de Governo.

Cremos que, do ponto-de-vista do Ocidente, as seguintes considerações e linhas de conduta poderiam ser formuladas no equacionamento e possível solução desse tipo de crise periférica: i) é evidente que uma sociedade primitiva, dando seus primeiros passos na vida independente, com uma reduzida base cultural, sem nada que se pareça a uma Classe média ou a um operariado urbano, muito dificilmente poderá passar da fase colonial para um tipo de democracia ocidental de modelo europeu ou norte-americano; ii) o vácuo de poder criado pelas circunstâncias acima vem sendo normalmente preenchido pelas duas forças organizadas que surgem em tais circunstâncias; essas forças ou são uma estrutura militar incipiente, chefiada na maioria das vezes por antigos subalternos locais do Exército da potência colonial (o Dr. Marechal de Campo Idi Amin Dada, de Uganda, é um bom exemplo desse tipo de personagem) ou um partido político que preencha as condições de haver participado na luta de independência e de acenar às massas com alguma forma carismática de socialização da propriedade, que, na fase colonial, pertencia basicamente aos estrangeiros; iii) nada impede que a estrutura militar adote uma ideologia política aproximadamente nas linhas acima descritas, caso em que teríamos o "nasserismo" ou o "neo-nasserismo", representado esse último, por exemplo, pelo Coronel Kadhafi, na Líbia; iv) independentemente do rótulo ou ideologia política no novo país, nele haverá uma alta participação do Estado na economia e o Governo se exercerá através de um Executivo forte, podendo até mesmo assumir caráter ditatorial. v) dadas as circunstâncias acima, esses novos Estados tenderão a adotar formas de Governo socializantes ou estatizantes; vi) na hipótese de surgirem conflitos armados, quer no processo de luta pela independência, quer para implantação de regimes de esquerda, é praticamente certo que a União Soviética e a China irão intervir, assim o fazendo para obter vantagens estratégicas e também para manter suas pretensões de líderes de um mesmo movimento ideológico. vii) na medida em que o

Ocidente insistir em apoiar correntes minoritárias e impopulares, deixando exclusivamente à União Soviética e à República Popular da China a bandeira altamente atraente e popular do respaldo à independência e ao anti-colonialismo, as duas super-potências do Oriente irão certamente, em prazo maior ou menor, obter vantagens estratégicas no campo do poder; outrossim, a vitória final, após luta longa e sangrenta, certamente levará a corrente triunfadora à adoção de um tipo de regime mais fechado, mais estatizado e mais ligado a Moscou ou Pequim do que o seria em condições mais normais, isto é, se conquistasse o poder através de meios mais pacíficos.

Alguns Exemplos de Crises Periféricas

Julgamos que alguns exemplos de crises periféricas ocorridas dentro do processo de descolonização podem ser analisadas à luz das idéias acima expostas.

Se o General De Gaulle não houvesse decidido chegar a uma solução negociada para a crise da Argélia, a despeito de ainda manter o controle militar da situação, semelha-nos inevitável que: i) o Exército francês seria finalmente derrotado pela guerra de guerrilhas, pois, tendo em vista a estrutura atual do poder anteriormente examinado, não haveria a possibilidade de que a França utilizasse todo o seu poderio bélico (nem mesmo armas nucleares táticas) naquele terreno de operações; ii) além de mais uma humilhação militar, a França iria sofrer um enorme desgaste econômico e perdas de milhares de vidas preciosas civis e militares; iii) uma luta prolongada com uma situação de possível vácuo de poder, seria um convite a que uma ou talvez mesmo as duas super-potências intervissem na crise; iv) o estado independente que surgisse ao final da luta armada prolongada estaria mais ligado a Moscou e teria caráter ainda menos democrático do que a atual Argélia.

Como decorrência da genialidade política e sobretudo da coragem do General De Gaulle, as conseqüências finais da crise foram bem melhores para o Ocidente, em geral, e para a França, em particular, já que: i) a Argélia é um país alinhado e socialista e não um satélite comunista de Moscou; ii) a França continua a ser o principal parceiro econômico da Argélia, que mantém uma economia bastante aberta ao Ocidente (por exemplo, até mesmo firmas brasileiras participam em "joint ventures" com empresas locais); iii) em que pesem as características próprias de um país muçulmano, a Argélia é uma sociedade mais aberta do que qualquer país comunista (por exemplo, milhares de argelinos trabalham na Europa industrializada, principalmente na França; a entrada de estrangeiro no país é relativamente fácil; iv) a França se assegurou uma certa relação especial com o Mundo árabe, da qual lhe têm advindo vantagens políticas e econômicas consideráveis.

É de se salientar que, durante a crise, os grupos de pressão com interesses coloniais na Argélia bombardeavam a opinião pública francesa com o quadro totalmente deformado de que a manutenção daquele território era a única garantia do prestígio político e da estabilidade econômica da França.

O limite desse trabalho não nos permite um estudo e análise aprofundado da Crise do Vietnã, mas caberia aqui indagar se a prolongação da luta até a derrota

da facção Ocidental não teve como consequência aumentar o grau de dependência do novo Estado em relação a Moscou e Pequim.

Não ignoramos a falácia da crítica e da análise histórica "a posteriori", após as milhares de vidas inocentes sacrificadas, após as enormes perdas materiais daquele pequeno país em desenvolvimento, após o trauma social, moral e político sofrido pelo povo norte-americano, não podemos deixar de fazer as seguintes questões, entre outras: não teria o Ocidente, representado no caso pelos Estados Unidos da América, uma vez mais incorrido no erro de entregar a bandeira das causas populares e carismáticas ao Oriente? O que combatiam os Estados Unidos no Vietnã — um movimento comunista totalitário e ditatorial ou os anseios de união nacional e de independência de um povo há séculos vivendo sob regime colonial? É possível manter separado, for força de fatores sobretudo ideológicos, um país sem profunda identidade nacional (raça, língua, religião, costumes, etc.) e no qual a maioria do povo não tinha nem mesmo a sofisticação cultural necessária para entender tais fatores?

A crise de Angola, ainda não totalmente terminada, é um caso igualmente propício para estudo e atenção no imenso e sempre cambiante laboratório político das crises periféricas.

A primeira observação que se poderia fazer é a de que, pelas razões acima mencionadas, o grupo com o mínimo de condições culturais e técnicas para governar o país é de tendência esquerdista, sem que todos sejam necessariamente comunistas.

Após a longa luta contra Portugal, surgiu a disputa pelo poder entre pelo menos três grupos locais com base mais tribal do que ideológica, excetuado o Movimento Popular de Libertação de Angola.

Conforme se tem verificado em crises semelhantes, Moscou e Pequim intervinham não só para obter vantagens estratégicas, mas igualmente porque se vêm obrigados na condição de disputantes da liderança de um movimento ideológico.

O conflito bélico foi vencido pelo MPLA, graças basicamente à intervenção das forças cubanas, já desdenhosamente por muitos chamadas de "os gurus do marxismo soviético". O envio das tropas cubanas muito dificilmente poderia ser justificado no conceito de agressão tão laboriosa e dificilmente aprovado pelas Nações Unidas.

Do ponto-de-vista do interesse da Comunidade Ocidental — e consideramos o objetivo maior do Ocidente evitar a satelização de país tão estratégico — o prolongamento da luta seria prejudicial, pois, além das razões já anteriormente enunciadas, poderíamos considerar que o nosso humanismo de formação judaico-cristã iria ser representado, no caso, muito provavelmente pela África do Sul. Não é necessária muita imaginação para visualizarmos as negativas consequências que teria tal circunstância, para o Ocidente, no plano das relações com o mundo afro-asiático.

Na situação em que está Angola atualmente, não a consideramos perdida pelo Ocidente, entendendo-se como Ocidente todo um conjunto de valores éticos,

morais e filosóficos e não apenas um sistema ou processo de produção. Não haveria sido concedida ao Bloco Comunista a possibilidade de caracterizar a totalidade da comunidade Ocidental como se opondo à luta para libertação nacional, é de se esperar que, a despeito da presença das forças cubanas, possam fatores tais como o intercâmbio comercial, laços culturais e linguísticos, uma diplomacia eficiente dos países Ocidentais, etc., anular, ou pelo menos limitar, o magnetismo ideológico de Moscou e Havana, mantendo assim, a antiga colônia portuguesa o mais possível vinculada ao conjunto de valores que sobre ela exerceu influência por mais de quatro séculos.

É evidente, porém, que o Ocidente deve pressionar no sentido da retirada das forças cubanas, pois enquanto não for preenchida tal condição, será impossível o livre jogo das diversas correntes em Angola.

Pelo seu próprio caráter ancilar em relação ao confronto entre as superpotências, as crises periféricas tendem a variar seu grau de virulência na medida em que é maior ou menor o interesse ou a intervenção que sobre elas exercem os grandes focos do poder mundial; o conflito, porém, manter-se-á sempre latente, pois conforme já mencionamos, as crises são alimentadas por antagonismos endógenos.

Crises Periféricas de maior Importância Estratégica

No momento, afora as crises intra-blocos, salientaríamos, pela importância estratégica e dificuldade de solução, as seguintes: Chipre, Oriente Médio e África do Sul.

Chipre

No caso de Chipre, há que considerar não apenas o conflito étnico dentro da ilha, mas, principalmente, sua repercussão na OTAN, dada a importância da Grécia e Turquia no esquema de defesa do flanco sudeste do referido pacto militar.

Julgamos que a trégua mantida há já algum tempo na ilha, após a intervenção turca, é um sinal favorável de esvaziamento da crise, pois, embora persistam antagonismos latentes, surgem indicações evidentes de que a maioria greco-cipriota abandonou a idéia de união com a Grécia. Um passo importante para maior estabilidade do conflito seria o assentimento dos turco-cipriotas em reduzir seu domínio territorial — aumentado por força da ação militar turca — a um nível aproximado da proporção que representa na população total do país.

O declínio da tensão dentro da ilha teve, como lógica consequência, o efeito de reduzir o perigo de conflito armado entre a Grécia e a Turquia. Esses países, embora utilizem taticamente os respectivos valores relativos dentro da OTAN para obterem ganhos no plano do problema bilateral na área de ação soviética, correriam enormes riscos, até mesmo no tocante à sobrevivência como estados não satelizados, se fossem levados a uma situação de desgaste econômico, político e social decorrente de uma luta armada de grandes proporções.

Julgamos, portanto, que a crise de Chipre, se bem ainda potencialmente perigosa, encontra-se sob controle.

Oriente Médio

A crise do Oriente Médio mereceria, por si só, um trabalho especial.

Não nos sendo possível estender sobre o tema, adiantaríamos, como um resumo introdutório, que julgamos ser a resolução 242 das Nações Unidas, com possíveis alterações que não lhe disvirtuariam a substância, a melhor fórmula de solução para o problema.

Como é sabido, a resolução repousa em dois princípios básicos: o reconhecimento de Israel, com fronteiras seguras, por parte dos estados árabes, e a devolução da maior parte ou da totalidade (conforme a versão inglesa ou francesa da resolução) dos territórios ocupados.

Semelha-nos bastante provável que, com a aceitação desses dois pontos, a crise estaria praticamente solucionada, sempre e quando as duas super-potências chegassem também a um acordo quanto ao assunto.

No plano da confrontação entre as duas super-potências, é de salientar-se a habilidade de Henry Kissinger em concentrar seus esforços de negociação no Egito, que, se bem pudesse parecer o contrário, constituía o ponto de menor resistência da penetração soviética no Oriente Médio, além de ser o mais importante país do grupo árabe.

A profunda religiosidade do Presidente Anwar Sadat e a magnitude dos problemas econômicos — que só podem ser minorados com a ajuda econômica do Ocidente e da Arábia Saudita — não passaram despercebidos à argúcia político-diplomática de Kissinger como fatores que, bem utilizados, levariam a um distanciamento entre Cairo e Moscou.

Faltava remover um obstáculo da maior importância — a desconfiança árabe em relação aos reais objetivos norte-americanos — que Kissinger conseguiu contornar; possivelmente, o maior êxito do ex-secretário de estado foi convencer os líderes árabes de que Washington, se bem não possa aceitar jamais o aniquilamento de Israel, está muito mais interessado na estabilidade na região do que em apoiar irrestritamente Tel Aviv.

A mudança de posição do Egito influenciou a Síria, um dos países árabes onde maior era a presença soviética, mas que recentemente tem se aproximado de maneira progressiva do Ocidente.

O comportamento político sírio reflete também, em grande parte, sua aguda rivalidade com Iraque, o qual, com a Líbia e o Iemen do Sul, representam os países árabes de ligações políticas e militares mais íntimas com o Bloco Oriental. É de salientar-se, ainda, que o islamismo representa, em todos esses países, uma barreira bastante considerável à implantação de regimes comunistas do tipo clássico.

Quanto a Israel, cremos que irá prosseguir a política de somente ceder territórios em troca de acordos ou compromissos políticos que lhe aumentem a segurança. Tel Aviv, que acredita que sua existência repousa, em última análise, no fator

militar, irá evidentemente recusar a entrega de territórios considerados de alto valor estratégico, como é o caso das elevações de Golan.

Não deve Israel, porém, ignorar, se persistir uma situação de crise, os seguintes fatores da conjuntura local e mundial: i) o vertiginoso desenvolvimento da moderna tecnologia bélica; mesmo no campo das armas convencionais, pode modificar com muita rapidez o valor estratégico de uma área de defesa; ii) os árabes vêm progressivamente aumentando sua capacidade militar, como já o demonstrou a guerra de 1973; iii) o enorme aumento do poder político dos árabes por possuírem, no momento, possivelmente, as maiores reservas financeiras mundiais e por se constituírem na principal fonte de abastecimento de petróleo do Ocidente; iv) "last but not least", a esmagadora superioridade da massa crítica — "C" — árabe.

Uma postura de negociação demasiadamente dura dos israelenses só poderia estar respaldada em único fator: estariam garantidos pela "espada nuclear" própria (pois ao que tudo indica já a possuem) ou norte-americana.

Essa viabilidade bem caracterizada de utilização de arma nuclear torna ainda mais premente e legítimo o interesse de todos os países pela solução definitiva do problema do Oriente Médio, região onde maior é a possibilidade de confrontação direta ou indireta entre os Estados Unidos e a União Soviética.

Complementando em termos mais concretos o esquema jurídico-político da Resolução 242, visualizaríamos uma solução para a crise que poderia constituir-se em que Israel viesse a ter, no Oriente Próximo, posição semelhante à da Suíça na Europa, isto é, neutro — ou ainda melhor neutralizado — porém com poderio bélico suficiente para fazer frente a ameaças de vizinhos.

A fórmula acima pressuporia, evidentemente, um acordo entre as superpotências, que assumiriam o papel de garantia da neutralidade de Israel; outrossim, só poderia ela ser alcançada após a negociação e identificação do que seriam as chamadas "fronteiras seguras", certamente um dos pontos de acordo mais difícil entre as partes.

Caberia acrescentar, finalmente, ser muito difícil conciliar a idéia de neutralidade e fronteiras seguras com a transferência contínua e indefinida no tempo de populações de origem judaica para Israel.

África do Sul

A situação na África do Sul representa possivelmente a crise de solução mais difícil, pelo menos a curto prazo, no mundo atual.

Temos, no caso, não mais um exemplo de "colonialismo" europeu, mas sim de "colonização por europeus", embora a segunda situação política seja originária da primeira e tenham as características desta as relações entre o governo e a população de raça negra. Daí surge, então a extrema complexidade da crise; como

conciliar o que parece ser a inexorável tendência histórica do governo pelas maiorias negras com a também aparentemente inamovível decisão de uma minoria branca — minoria porém, superior a 4 milhões de pessoas e sem ter mais relações com a Europa — de não ceder o poder?

Sem pretender de algum modo chegar a uma solução para o problema, penso que melhor poderíamos equacioná-lo se separássemos a questão dos direitos políticos e sobretudo humanos de minoria negra, por um lado, e a da forma como será exercido o poder pelo menos a curto e médio prazo, por outro lado.

É evidente ser insustentável a situação infra-humana em que vive a maioria negra, não apenas porque tal situação fere a consciência ética e moral da Humanidade, mas, sobretudo, porque ela é inadaptável à realidade política e tecnológica do mundo de hoje. Queremos com isso dizer a mudança do "status" político e social da população negra terá de ocorrer não apenas em virtude dos sentimentos éticos e morais da Humanidade (isto seria evidentemente farisaísmo pois a opressão e os sentimentos éticos e morais são os mesmos desde a chegada do primeiro colono), mas sim porque a atual situação de poder e de desenvolvimento não mais permite a manutenção de tais injustiças.

Vemos, assim, como é difícil, complexa e delicada a crise da África do Sul. Não nos aventuramos a adiantar qualquer solução, mas, se, por um lado, se impõe uma radical melhoria da situação da maioria negra, por outro, semelhamos muito difícil — salvo no quadro de uma conflagração global, o desaparecimento do atual estado sul-africano. A postura de certos líderes sul-africanos mais progressistas no sentido de que a minoria branca se deva considerar como africana e não europeia, bem como de que o destino final da África do Sul é o de um estado multiracial, talvez constitua uma luz de esperança no fim de um longo e escuro túnel.

A situação da Rodésia é evidentemente de solução muito mais fácil, pois os duzentos e poucos mil brancos, todos com menos de cem anos de colonização, terão de aceitar o governo da maioria negra em futuro bem próximo. Os que não o fizerem poderão ser transferidos, com poucas dificuldades logísticas e de aclimação, para a África do Sul.

Possibilidades de Crises Periféricas no Bloco Soviético

Conforme já mencionamos, as reduzidas crises periféricas ocorridas dentro do Bloco Soviético foram de curta duração em virtude, sobretudo da própria natureza policial e repressiva do regime, bem como da pronta intervenção do exército vermelho e seus aliados do Pacto de Varsóvia.

Caberia indagar, passados já quase dez anos da crise da Tcheco-Eslováquia, se fatores recentes como a "détente", os acordos de Helsinque, os maiores contactos com o Ocidente, etc., poderão de algum modo iniciar um processo de fissuras no aparente monolitismo político-ideológico dos países do bloco soviético, ocasionando senão verdadeiras crises periféricas, pelo menos uma liberalização dos regimes ditatoriais daqueles países.

Dizíamos, de início, que consideramos o Comunismo ultrapassado como ideologia e como um conjunto de doutrinas econômicas. O cataclismo da Segunda Guerra Mundial, como todos reconhecem, impulsionou a penetração soviética, mas essa penetração só se verificou em países — com exceção da Tcheco-Eslováquia e talvez da Hungria — situados em zona historicamente sob influência russa e, ademais, com grande atraso social e econômico em relação à Europa Ocidental. Temos, assim, uma vez mais, a não confirmação de uma das previsões de Marx — o comunismo, levado pela "maré soviética" resultante da Segunda Guerra Mundial prospera e se firma não em países industrializados mas sim naqueles predominantemente agrícolas e com as seguintes características principais: i) grande desigualdade na distribuição de renda; ii) classe média débil e dividida; iii) operariado urbano reduzido e altamente insatisfeito por não ter acesso a vantagens já obtidas na Europa Ocidental; iv) estrutura religiosa arcaica e, de um modo geral, reacionária, v) forças armadas enfraquecidas e, em alguns dos casos, desmoralizadas.

Em resumo, estamos que existiam, subjacentes em determinados países condições históricas, econômicas, políticas e sociais que propiciaram a expansão soviética. A falta dessas condições, talvez ainda mais do que a política de contenção do outro foco de poder do pós-guerra, explica a circunstância de a Áustria e a Finlândia haverem escapado da órbita de Moscou.

Pelo menos as duas primeiras décadas do comunismo na Europa Oriental constituíram o que se pode chamar a "época heróica", quando se exigiu do indivíduo o máximo de esforços e sacrifícios para atingir dois objetivos contraditórios: construir uma sociedade comunista de caráter internacionalista e, ao mesmo, uma nação forte e afirmativa. Evidentemente essa contradição era minimizada e escondida ao povo, pois os dois objetivos, pelo seu grande magnetismo, tinham de ser usa dos pelo Partido como instrumento de arregimentação das massas.

Durante essa mesma fase, a quase absoluta falta de comunicação entre as populações do bloco soviético e o resto do mundo, atingida através da cortina de ferro, representou a maneira pela qual os governos comunistas impediram que o efeito de emulação ou demonstração atuasse sobre a imensa maioria dessa população, que tinha níveis de consumo comprimido, embora com as necessidades mínimas atendidas.

É evidente, porém, que essa "época ou fase heróica" tende a desaparecer, pois não só o progressivo declínio da ameaça de confrontação bélica com o Ocidente leva a redução da coesão intra-bloco, mas, igualmente passa a agir de maneira inevitável sobre o comportamento do indivíduo o normal desejo de aumentar seu nível de bem estar e de liberdade individual, sobretudo após ter conhecimento da situação exterior a da sociedade em que vive.

Semelha-nos, então, inegável que a maioria da atual população soviética, nascida após a consolidação do atual regime e muitos sem haver conhecido os horrores da Segunda Guerra Mundial, inclinar-se-á cada vez mais pelas benesses do desenvolvimento econômico do que pelo dogmatismo marxista-leninista.

Nessa ordem de idéias a implantação, com o auxílio do Ocidente, de indústrias tais como a automobilística, que trazem uma rede correlata de serviços (estações de gasolina, motéis, etc), pode ter o efeito favorável de criar uma sociedade de consumo "burguesa" muito menos manejável pelo partido comunista para consecução de objetivos expansionistas. Em suma, uma população russa com altos níveis de consumo estaria disposta a fazer certos sacrifícios que lhe assegurassem a manutenção de seu bem-estar e, evidentemente, nela sempre far-se-ia sentir o tradicional patriotismo eslavo na defesa do território da "Santa Madre Rússia", mas, por outro lado, muito dificilmente prestar-se-ia a uma aventura militar para a implantação do comunismo fora de seus atuais limites territoriais, que, conforme vimos, corrobora a aquelas fronteiras seguras ambicionadas desde os tempos de Pedro o Grande.

Esse aburguesamento da sociedade russa reforça, assim, a tese de que as crises periféricas (das quais a subversão pode ser um dos fatores genéticos) representam o principal elemento com que conta Moscou para ampliar sua área de influência no mundo.

O que se disse sobre a situação na União Soviética é ainda mais verdadeiro nos países satélites, sobretudo nos mais adiantados como Tcheco-Eslováquia, República Democrática Alemã e Hungria. Nesses países, além do potencial de conflito latente entre a rigidez doutrinária do marxismo-leninismo e o normal anseio das novas gerações por um crescente aumento do nível de vida e de liberdade individual, há que se acrescentar a confrontação entre o nacionalismo e a dominação, acobertada pela capa ideológica do marxismo, exercida por Moscou. Em muitos desses países, como é o caso da Polônia, Rumania, RDA e Hungria, existe acendrado entusiasmo nacionalista caldeado no correr dos séculos; em relação aos três primeiros, existe a circunstância de que a Rússia é o inimigo atávico.

Em resumo, não queremos nem podemos adiantar que ocorrerão dentro do bloco Comunista, no futuro próximo, crises periféricas de vulto, mas é quase certo que, se não advierem fatores exógenos imprevisíveis, a coesão dentro desse grupo de países tenderá a diminuir substancialmente pelas seguintes razões principais: i) devido à confrontação Oriente-Occidente; ii) aumento do nacionalismo intra-bloco; iii) aumento da contestação, por parte das novas gerações, dos dogmas marxista-leninistas, pois, como todo e qualquer conjunto de princípios e teorias no campo das ciências sociais, o Marxismo se desatualizou e ficou ultrapassado, pelo menos em parte, com o passar dos tempos e os câmbios ocorridos na sociedade, principalmente em razão dos avanços tecnológicos; iv) o progressivo "consumerismo" dentro do bloco, sobretudo na medida em que a chamada "cortina de ferro" se for tornando cada vez mais permeável; v) aumento da insatisfação das minorias religiosas ou raciais dentro da União Soviética (judeus, ucranianos, alemães do Volga, lituanos, letões, estonianos, etc).

Caberia finalmente mencionar que uma sociedade ocidental mais justa, mais democrática e humana representa não só a garantia maior de sua própria sobrevivência, mas, igualmente, um modelo a ser imitado por aqueles povos que vivem em uma sociedade fechada e sobre o controle em maior ou menor grau de Moscou.

É de lamentar-se, porém, que praticamente todas as bandeiras das grandes causas humanas e progressistas, que pertence por direito à nossa sociedade ocidental de fundamentos ético-filosóficos greco-judaico-cristãos, vêm sendo empunhadas, no corrente século, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, pelo Bloco Oriental.

AS POTÊNCIAS MÉDIAS

Definição

Não é fácil definir o que seja uma potência média na atual conjuntura política mundial sobretudo se tomado o componente militar como fator principal na aferição do poder nacional, haja vista a existência de um imenso diferencial de poderio e tecnologia bélicos entre os diversos estados.

— Quer isto significar, por exemplo, que um país como a Austrália, com um quantitativo de recursos (C+E+M) segundo CLINE igual a 12, representa para a União Soviética, como poder bélico, praticamente o mesmo que o Nepal, estado com recursos igual apenas a 1, ainda de acordo com o mesmo autor. Ainda mais especificamente, poder-se-ia dizer que a moderna tecnologia bélica trouxe tão grande desequilíbrio de poder militar em favor das super-potências, que essas, se pudessem utilizar livremente tal poder, teriam capacidade de aniquilar quase com a mesma facilidade países tão diferentes como a Austrália e o Nepal, embora no primeiro caso, o custo econômico fosse maior, dado que teria de utilizar maior quantidade de armas nucleares.

Outrossim, estando, conforme já vimos, praticamente eliminada a possibilidade de uma guerra entre as potências médias, diminuiria sensivelmente o peso do fator militar na composição do poder nacional dessas potências. Em suma, de acordo com essa postura, um estado poderia chegar a um estágio de potência média independente do valor do seu poder militar.

A outra conclusão ou postura seria a de que no campo militar estaria o elemento decisivo na caracterização de uma potência média; nessa mesma linha de idéia, as verdadeiras potências médias (a que alguns chamariam de grandes potências com a linguagem saudosista de antes da Segunda Guerra Mundial) só seriam aqueles estados com poder militar que lhes proporcionasse alguma forma de retaliação efetiva contra as suas super-potências, ou, em outras palavras, o "status" de potência média estaria vinculado de maneira indissolúvel a posse e disposição de armas nucleares.

Como normalmente acontece, as conclusões ou posições extremadas fogem do bom senso e do equilíbrio e quase sempre da verdade. Não nos parece, por um lado, que se possa desprezar totalmente o fator militar na composição do poder nacional de uma potência média, pois, na medida em que passa ela a ter responsabilidade e interesse pelo menos de âmbito regional, passa igualmente a ter necessidade de um mínimo de força armada — não necessariamente de natureza nuclear — para proteger esses interesses e fazer frente a essas responsabilidades. Surge para a potên-

cia média a imperiosidade de ter os meios necessários a projetar no espaço seu poder nacional; outrossim, como veremos ao examinar o papel dessas potências quando das crises periféricas, impõe-se para elas a existência de um mínimo de poder militar com determinadas características.

Por outro lado, não devemos cair no exagero de super-valorizar o poder militar para não incorrerem em erros, como o de CLINE, que equivocadamente chama o Japão e a República Federal da Alemanha de "potências secundárias". * Evidentemente o peso econômico e político desses dois países concede-lhes sem dúvida a categoria de potência média. Igual categoria tem a Arábia Saudita, país de reduzida capacidade militar, pelo seu imenso poder financeiro na atual conjuntura, por sua situação de maior produtor mundial de petróleo e pela inegável influência política regional.

Cremos, então, que potências médias seriam, em suma, um grupo de aproximadamente 20 estados com um poder perceptível ($P_p = (C+E+M) (S+W)$) de acordo com a fórmula de CLINE que claramente lhes indica responsabilidades e interesses de natureza pelo menos regional.

Para essas potências seria imprescindível um mínimo de capacidade militar que lhes permita a projeção pelo menos regional de seu poder nacional.

Uma potência média não terá necessariamente de possuir armas nucleares, embora julguemos que, se soberanamente decidir adquirir tecnologia nuclear bélica, tal decisão não implica o aumento do perigo de uma conflagração nuclear. Com efeito, uma potência média, que por definição terá sempre um governo responsável, só empregaria a arma nuclear se submetida a um tipo de ameaça que representasse o seu desaparecimento como um estado soberano; ora, tal ameaça só pode partir de uma super-potência e mediante o emprego prévio por esta última de armas nucleares, pelo menos de natureza tática.

Por outro lado, uma potência média não poderia normalmente iniciar um conflito nuclear global no plano da confrontação Oriente versus Ocidente, pois o motivo que a faria usar de tal recurso seria bastante forte para que uma das super-potências tivesse igual atitude previamente. Por exemplo, a possibilidade do aniquilamento, em termos convencionais, do Estado de Israel parece um motivo suficientemente forte para que os Estados Unidos da América, antes mesmo de Tel Aviv, flexione o seu músculo nuclear. Da mesma forma, muito dificilmente a União Soviética ficaria indiferente a uma guerra entre a China e a Índia que representasse um profundo enfraquecimento dessa última.

Finalmente, acrescentaríamos que não estamos totalmente de acordo com a lista de 38 países que CLINE, ** sem utilizar tal denominação, aponta como potên-

* Obra citada, página 99.

** Obra citada, página 130.

cias médias, não só porque preferimos um número mais reduzido (entre 20 e 25 países), mas igualmente porque julgamos que o Diretor do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais da Universidade de Georgetown tende a atribuir valor demasiadamente alto para o componente S+W dos países de governo autoritário, além de, em alguns casos, como o de Cingapura, super-valorizar a posição geográfica. De qualquer forma, os vinte e poucos países que consideramos serem realmente potências médias estão todos incluídos na lista acima citada do excelente trabalho do Professor CLINE.

As Potências Médias e as Crises Periféricas

Conforme vimos, não obstante haver o mundo praticamente se livrado do holocausto atômico, existindo no momento aquele primeiro conceito de paz a que se referiu o Embaixador Araújo Castro, centenas de milhares de seres humanos morreram e vêm morrendo em conflitos periféricos que se vem sucedendo desde o fim da Segunda Guerra Mundial até os nossos dias.

Por outro lado, se verifica desde a crise de Cuba (outubro de 1962) o entendimento tácito entre as duas super-potências de que ambas respeitarão mutuamente as áreas de interesses estratégico vital de cada uma delas.

Embora não se conheça a existência de textos ou documentos estipulando quais sejam tais áreas, reconhece-se que a América Latina, a Europa Ocidental e Israel, para os Estados Unidos da América, e a Europa Oriental, para a União Soviética, não podem ser objeto da atuação direta e clara de uma super-potência em detrimento dos interesses das outras. As crises da República Dominicana e da Tcheco-Eslováquia, bem como o que tem ocorrido no Oriente Médio, parecem confirmar esse entendimento.

As crises periféricas mais recentes se têm multiplicado fora das áreas acima mencionadas e, mais recentemente, sobretudo na África, região de extrema importância estratégica para o Ocidente.

Conforme expusemos anteriormente, causas históricas concedem ao Bloco Oriental importantes vantagens na exploração político-ideológica do nacionalismo e do anti-colonialismo, o que recomenda, do ponto-de-vista do Ocidente, uma participação de potências médias regionais na negociação e solução de crises que contenham aqueles dois componentes ideológicos como seus fatores genéticos principais. Assim, por exemplo, dificilmente uma crise na África negra poderá ser solucionada sem uma contribuição efetiva de países tais como a Nigéria ou o Egito.

Outrossim, França e Inglaterra têm não só o direito como a obrigação de serem ouvidas e participarem na solução de crises em suas antigas colônias.

Em resumo, estamos que consulta aos interesses do Ocidente, diminuir a importância do componente ideológico "luta contra o capitalismo" nas crises periféricas dentro do Terceiro Mundo e esse objetivo só pode ser atingido através de

na participação ativa das potências médias regionais ou que tenham algum tipo de relação histórica ou cultural com a área em crise.

BIBLIOGRAFIA

1. ARAÚJO CASTRO, Embaixador João Augusto, — "Fundamentos da Paz Internacional. Balança de Poder ou Segurança Coletiva", artigo publicado no caderno especial do Jornal do Brasil, de 6 de abril de 1970.
2. ARON, Raymond, — "*La notion de rapport de forces a-t-elle encore un sens à l'ère nucléaire?*" Artigo publicado na revista "Défense Nationale", número de janeiro de 1976.
3. BERLE, Adolf A. Jr., — "*O Mundo entre Ocidente e Oriente*", Rio de Janeiro, 1958, Editora Fundo de Cultura S.A. (Tradução da edição em inglês, "Tides of Crisis").
4. BUCHAN, Alastair, — "*Change Without War*", New York, 1975, St. Martin Press.
5. CLINE, Ray S., — "*World Power Assessment*", Washington, D.C., 1975, Georgetown University.
6. FROMM, Erich, — "*May Man Prevail*", New York, 1961, Doubleday and Company Inc.
7. GROSS, Feliks, — "*World Politics and Tension Areas*", New York, 1966, New York University Press.
8. KISSINGER, Henry Alfred, — "*The Troubled Partnership; a Reappraisal of the Atlantic Alliance*", 1965, 1st. ed. New York, McGraw-Hill.
9. MEIRA MATTOS, General Carlos de, — "*A Evolução do Conceito de Poder e sua Avaliação*", artigo publicado na Revista del Colegio Interamericano de Defensa, 1976, Volumen IV, número 1.
10. MODELSKI, George — "*World Order Keeping*", estudo publicado no livro "New Dimensions of World Politics", 1975, New York, Toronto, Halsted Press.
11. MORGENTHAU, Hans Joachim, — "*Among Nations: the Struggle for Power and Peace*", 1961, 3rd. ed., New York, Knopf.
12. DYE, Joseph S. — "*Transnational and Transgovernmental Relations*", estudo publicado no livro "New Dimensions of World Politics", 1975, New York — Toronto, Halsted Press.

Pela presente, autorizo ao Colégio Interamericano de Defesa publicar este trabalho, como artigo para leitura recomendada ou na revista oficial do Colégio.



O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

Gen Div JEAN CALLET
Exército Francês

Enviado pelo autor para publicação em nossa revista, recebemos o texto da conferência que pronunciou perante os oficiais alunos da Escola Superior de Guerra, da França, cujos cursos correspondem aos de nossa Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

A excelência do texto dispensa comentários. Nossos oficiais de Estado-Maior bem saberão apreciá-lo.

Agradecemos a eskorreita tradução ao Exmo. Sr. Embaixador Manoel Pio Corrêa, que muito se orgulha em ser Capitão de Cavalaria da Reserva de 2ª Classe do Exército Brasileiro.

E sempre com grande prazer que torno a encontrar-me no vetusto recinto de nossa Escola de Guerra. E como não me seria natural esse sentimento? Como vós, aqui passei dois anos altamente estimulantes de minha vida militar — dois anos de forte intensidade de trabalho, decerto, mas também tornados sumamente interessantes pela natureza dos assuntos tratados, pelas janelas assim abertas sobre o mundo, e pela personalidade dos camaradas encontrados.

Quando volto a este anfiteatro, revejo os rostos e as silhuetas da turma — os franceses e os estrangeiros. E não posso esquecer que, na geração que me precedeu, o Tenente-Coronel Foch ministrava, neste mesmo lugar, o seu curso de Tática Geral, ao qual assistia, sentado nesses mesmos bancos, meu pai, então jovem Capitão de Infantaria Alpina.

Mas a esse prazer de evocar o passado acrescenta-se hoje a alegria de encontrar de novo as vossas turmas. Durante toda a minha carreira, com efeito, sempre senti interesse e prazer em tomar contato com os jovens oficiais, em palestrar com eles: talvez para sentir-me remoeado em sua companhia, talvez para, também, comunicar-lhes algo de minha experiência.

Eis que não escapo à lei do reino animal, bem conhecida dos caçadores: o velho javali procura os que lhe vão suceder, para transmitir-lhes, antes de abandoná-los, o fruto, às vezes duro e amargo, da sua experiência. Vossa direção de estudos, muito liberal, deixou à minha escolha o tema de minha exposição. Com a vossa anuência, evitarei a tática e a estratégia, deixarei de lado a técnica, e não tratarei dos métodos, assuntos todos esses que conheceis perfeitamente, e que se integram em um quadro mais amplo.

Assim, vos falarei — simplesmente — da vida que vos espera ao deixar a Escola, e analisarei o que será amanhã a trama de vossa existência, na alternância dos postos de comando e do serviço de Estado-Maior.

Em primeiro lugar, falarei do ESTADO-MAIOR e do gênero de vida que ele impõe ao oficial do nosso tempo, com as suas múltiplas contingências, suas reais dificuldades, mas também com seu interesse permanente e com as inúmeras satisfações que acarreta. Será, porém, indispensável, perante semelhante auditório, recapitular a finalidade, as missões, as maneiras e os métodos de trabalho do Estado-Maior.

Frisarei, entretanto, a necessidade dessa função e a importância cada vez mais atual de seu papel. Em cada geração, com efeito, certos elementos — civis e militares — geralmente mal informados, tendem a considerar o Estado-Maior como o único responsável de nossos reveses; e, nessas condições, mostram-se propensos a contestar não só o seu valor, senão sua utilidade e até mesmo sua razão de ser. Tais elementos deveriam no entanto saber que a criação do Serviço de Estado-Maior, por volta de 1875, foi, sem a menor dúvida, a melhor lição tirada da derrota de 1870: a tal ponto tornou-se evidente aos observadores capazes, que a vitória da Prússia fora devida à existência, no seio do seu Exército, desse órgão cuja falta se fizera tão cruelmente sentir do lado francês, tanto na conduta da guerra, quanto no desenvolvimento das operações.

Pois bem! Não penso que os nossos tempos hajam desmentido o valor dessa fórmula. Pelo contrário, considero que a nossa época ainda veio confirmá-la e ampliá-la. Jamais os conflitos puseram em jogo meios mais complexos, armamentos mais diversificados, táticas e estratégias mais variadas. Por isso mesmo, os Estados-Maiors tornam-se cada vez mais indispensáveis, para permitir que os Chefes — sejam eles civis ou militares — possam dominar os problemas que lhes impõem as circunstâncias.

Já passou o tempo das grandes aventuras individuais; entramos na era das equipes, dos esforços concentrados. E, de alguns anos para cá, essa necessidade de um Estado-Maior ultrapassou os limites da esfera militar para impor-se no domínio econômico, industrial e até político. Amanhã, como hoje em dia, o manejo das crises, a envergadura dos conflitos e a amplidão dos combates imporão, para que se possa chegar a conclusões vitoriosas, a existência prévia de Estados Maiores modernos, competentes e bem adestrados. Com pessoal de qualidade excepcional, que no estrondo das armas e à luz fulgurante dos clarões nucleares, saiba conservar a faculdade de refletir, pensar e agir.

Necessidade e atualidade do Estado-Maior eis duas noções simples, mais fundamentais, das quais deveis estar convencidos para melhor iniciar vossas novas funções. Ao ingressar na Escola de Guerra, era do vosso conhecimento que isso vos traria múltiplas ocasiões de "servir" nos Estados Maiores. É essa — é bom sabê-lo — uma função difícil às vezes, freqüentemente delicada, mas sempre fascinante.

Vamos examinar juntos as finalidades de vossas funções. "*Duci et militi*", rezava uma velha fórmula da Escola de Estado-Maior: "*para o Chefe e para a tropa*".

Essa condensação simples parece mais do que nunca atual, pois se destina a homens — por homens — e para homens. Trabalhareis, portanto, para um Chefe que terá, esperamos, idéias boas, personalidade interessante — esperemo-lo também —, e responsabilidades. Trabalhareis também para a tropa que deve ser para todos vós constante preocupação, polo máximo de interesse, sistema de referência. Vossa tarefa, todavia, e a natureza dos trabalhos vos manterão muitas vezes afastados de seu universo particular e de seus problemas imediatos.

Enfim, vossa missão não será mais executada isoladamente, mas no seio de um grupo ou de uma equipe na qual cada um contribui com seu saber, sua experiência, a riqueza de sua personalidade, mas também — somos humanos e não podemos esquecê-lo! — com seus defeitos, suas exigências e as características impulsivas e radicais de cada personalidade. Desse quadro, propositadamente simplificado, deixo-vos o cuidado de deduzir as qualidades que se esperam de vós, as virtudes fundamentais, as que estão na base do rendimento, bom ou medíocre, de um Estado-Maior.

Eis algumas, enumeradas sem ordem de prioridade, mas que me parecem indispensáveis:

A disciplina intelectual, menos freqüente do que se pode imaginar e mais difícil do que se pensa. Com efeito, cada um se agarra à sua opinião, extrapolando sua experiência pessoal. Nessas condições, é às vezes difícil aceitar uma solução que não corresponda inteiramente à sua própria escolha. Mas podeis ter a certeza de que, sem disciplina intelectual, só chegareis à confusão, ao fracasso ou ao caos.

Uma "certa" humildade será, também, indispensável. Na última linha de uma ficha, de um bom relatório ou de uma excelente síntese a vossa assinatura não irá aparecer. O fruto de vossos esforços terá de integrar-se em um conjunto do qual sereis responsáveis sem ser beneficiários. Aprendereis a encontrar essa recompensa na pessoa de vossos Chefes, mas também na sentença de vossa própria consciência.

Essa humildade vos levará ao gosto pelo trabalho bem feito, qualquer que seja o escalão ou o nível considerado. Descobrireis que não existem tarefas "nobres" e tarefas "secundárias" mas que elas se justapõem umas às outras e se sucedem alternadamente. E se por acaso o trabalho que vos for pedido não vos parecer compatível com vosso posto, lembrai-vos, com um sorriso, da frase de Psichari: "Meu Deus, fazei com que me pareça belo o que parece mesquinho aos outros homens".

E, por fim, a dedicação que é mais do que uma qualidade — uma verdadeira virtude; a dedicação ao Chefe e à tropa. A dedicação que pressupõe o amor, e que, como este, se exprime e se manifesta por fatos, mais do que por palavras ou por coisas escritas. Sim, meus Senhores! Acredito que seja essa a virtude fundamental, a virtude cardeal, a que prepara o sucesso e enobrece a vitória.

Ao terminar esta primeira parte, tomarei a liberdade de dar alguns conselhos ditados, confesso, muito mais pela experiência e pela prática do que por qualquer doutrina ou teoria. É essencial conhecer bem o vosso Chefe, aproximar-vos dele sem excesso de zelo, mas também sem timidez excessiva; compreendê-lo para situar-se a seu nível, e sobretudo para aprender bem o que ele espera. Por outro lado, é necessário também trabalhar em estreita ligação com vossos camaradas do Estado-

Maior. Não há nada mais prejudicial, mais nocivo, e finalmente mais estéril do que o surgimento de compartimentos estanques, separando entre si as várias seções. Um bom Estado-Maior se reconhece por sua atmosfera na qual a emulação exclui a rivalidade, assim como o verdadeiro companheirismo exclui as "panelinhas". É preciso enfim conhecer a tropa da vossa Grande Unidade, e, muito especialmente, a que não pertence à Força ou à Arma da qual sois oriundos.

É no terreno, bem melhor do que pela consulta aos "organogramas", que aprendereis a avaliar as necessidades da tropa e portanto a satisfazê-las. Não é permanecendo no gabinete que sereis apreciados, e sim deslocando-vos para os "locais de combate". No princípio, bem sei, é difícil quebrar o gelo, mas podeis crer-me, quando a tropa sabe, e sente, que o oficial do Estado-Maior vive para ela, então em pouco tempo a reserva cede lugar à confiança, esta leva à estima, e a estima transforma-se em amizade.

Mas, para ser completa, esta abertura em relação a terceiros deve-se acompanhar de um esforço constante sobre vós mesmos. É desde agora que necessitais aplicar uma disciplina pessoal, baseada no trabalho, na ordem e no método. Só então, conseguireis e possuireis a calma que comunica aos demais a confiança e a serenidade.

Não esqueceis nunca, porém, que esse equilíbrio intelectual e moral baseia-se antes de tudo na saúde e resistência física. Todos conhecestes, em diferentes Comandos, o que se chama "a fadiga da tropa": o esgotamento do corpo, o desgaste dos nervos, o enfraquecimento da vontade. Nos Estados-Maiores, em tempo de crise, como em tempo de guerra, sentireis um outro tipo de cansaço, diferente decerto, mas tão crítico quanto o outro: o cérebro que reage mal, a inteligência que se obnubila, a vontade que fraqueja, a imaginação que desaparece. Esse vigor, não só de corpo, mas também do espírito, é difícil de adquirir e de conservar, e o "adestramento operacional" dos Estados-Maiores não é, a meu ver, uma fórmula ultrapassada nem destituída de interesse.

Penso, ao contrário, que ela deve merecer toda a atenção e orientar as reflexões sobre o vosso trabalho: não deveis hesitar, à noite, em fazer o balanço do dia e em proceder a um rigoroso exame de consciência. Do mesmo modo, não deveis deixar de refletir sobre as atividades do dia seguinte, a semana que vos espera, o mês que se escoia, o ano que se anuncia.

Sabereis assim situar melhor a tarefa no conjunto em que ela se insere, dando-lhe, dentro da forma configurada pelo Chefe, a coloração do vosso talento pessoal.

Depois de vossa passagem pelos Estados-Maiores, voltareis à tropa a fim de comandar. Qualquer que seja o nível, o escalão ou a natureza do comando, seja ele operacional ou territorial, conhecereis, sem a menor dúvida, os melhores momentos da vida militar, quando, ao contato direto com os homens, poderá vicejar a vossa vocação de Chefe.

Não pretendo, nesta curta apreciação, analisar a filosofia do comando. Limitando-me a frisar alguns pontos, que considero essenciais, tentarei tirar deles algu-

mas reflexões que possam ser úteis. Deixarei à vida, aos acasos, aos contatos que ela forçosamente trará, o cuidado de complementar as reflexões que hoje ofereço à vossa atenção. Depois do prazer da notícia, publicada no Diário Oficial, da designação para tal ou qual comando, será necessário proceder à análise desse Comando que vos é confiado.

Nos tempos modernos, sob o impacto do progresso tecnológico, não exista profissão de aspectos mais variados, oferecendo funções mais diversas, do que a nossa. Essa atividade reflete-se, bem entendido, na natureza do Comando. Muitos são os exemplos de chefes que se deparam subitamente com problemas novos, com dados que não lhes eram familiares. Poderia citar numerosos casos em apoio dessa tese.

Daí a necessidade de, antes de assumir novas funções, informar-vos, ver e interrogar os antecessores. Daí a necessidade de prolongar a análise até compreender bem a natureza e a essência do comando que ides assumir, determinando os seus componentes e discriminando sua dominante. Será esse comando de natureza operacional? Será territorial ou administrativo? Ou será uma síntese dos três?

Esse estudo vos permitirá medir melhor o volume, as dimensões e a escala na qual ele se situa, tanto na hierarquia militar como na civil. Assim podereis também discernir os seus limites e as restrições decorrentes. Creio, enfim, que a maior vantagem de tal pesquisa será a de vos situar melhor no quadro geral dentro do qual se inscreverá vossa nação.

Depois desse exame do cargo que vos é confiado, vossa reflexão se orientará para os objetivos e as missões deles decorrentes; em uma palavra, para aquilo que se espera de vós. Não hesitareis, eventualmente, a fim de melhor compreender o sentido e o alcance de vossas responsabilidades, em pedir ao escalão superior as definições precisas que julgueis necessárias. Nunca poderei recomendar demasiado esse diálogo com a autoridade superior, tanto ele me permitiu muitas vezes resolver incertezas, dissipar dúvidas e corrigir erros de interpretação.

Ficareis assim melhor situados para, ao assumir o comando, distinguir o que é essencial do que é acessório, pois estou persuadido de que é compreendendo a finalidade da vossa missão que podereis discernir o seu espírito e cumpri-la com inteligência, coragem e perseverança.

A essa análise da situação deve seguir-se um estudo profundo dos meios. Não insistirei sobre o seu aspecto material: imposições de ordem técnica se encarregarão de lembrar-vos as suas contingências, se é que vos fosse possível esquecê-las.

Insistirei, de preferência, sobre o exame do fator "Pessoal". E, nesse domínio essencial para as Forças de Terra, penso que esse exame, para ser realista, não deve basear-se unicamente no estudo de assentamentos ou de fichários de Estado-Maior, e sim apoiar-se em contatos diretos e no terreno, nos quais tereis o ensejo de ver — e de ver agir — os homens que tereis a honra de comandar no combate. Em nossa época, na qual a perfeição dos meios de comunicação pode dar a alguns a ilusão de comandar à distância, deveis estar em guarda contra esse grave perigo. Sabei, ao contrário, que é convivendo o mais possível com vossos oficiais, vossos gradua-

dos e vossos soldados, ouvindo-os e falando-lhes, que aprendereis a conhecê-los, a compreendê-los, a querê-los. Mais do que nunca, para ser eficaz, o Comando deve ser irradiante. Ele pressupõe como premissa e exige como condição essencial o valor da presença humana. E se à longa ladainha das qualidades necessárias ao comando eu pudesse acrescentar ainda uma fórmula, eu diria, eu repetiria, que o comando é, antes de tudo, a Presença.

Ocorre com o verbo "comandar" o mesmo que com o verbo "governar": as interpretações, vós o sabeis, variam segundo as circunstâncias e conforme o momento — "comandar é prever", "comandar é decidir" ou, ainda, "comandar é agir", "comandar é conquistar". Deixo-vos a livre escolha entre essas fórmulas, ou a opção de criar uma nova, limitando-me, simplesmente, a acrescentar algumas considerações àquelas observações gerais.

Pessoalmente, acredito que o Comando não é uma ciência, mas antes uma arte, que dificilmente se aprende nas escolas. "Arte simples", que, como a guerra, é de execução. Verdadeiro talento. E, como todo talento, dom das fadas que, no entanto, pode ser aperfeiçoado pelo exercício, pela prática, ou por diferentes métodos. Suas melhores receitas encontram-se na experiência, vivida de preferência no terreno, dentro da realidade quotidiana.

O Comando toma a forma, o rosto e os modos de cada um. Assim sendo, ele proíbe qualquer semelhança e suporta mal a imitação que se transforma, rapidamente, em caricatura. Em suma, cada um de vós tem a sua marca pessoal, o seu estilo de comando: a cada um cabe descobri-lo e, sobretudo, procurar aperfeiçoá-lo.

Eis porque me parece difícil, nesse domínio, comunicar a outros o fruto do seu próprio saber, tanto o exercício do comando, dirigindo-se sobretudo a homens, depende das circunstâncias e da situação do momento. Não se comandará amanhã como se comanda hoje, nem hoje se comanda como se comandou ontem, pois os homens, e sobretudo os jovens, mudaram muito. O estilo de comando, como o da eloquência, também se modifica. Quaisquer que sejam as surpresas que o futuro infalivelmente nos reserva, penso que subsistirão, apesar de tudo, e através de todas as mutações possíveis, dois ou três imperativos que serão a chave de vosso êxito.

Será, antes de tudo, necessário fazer-vos compreender — qualquer que seja o escalão de comando considerado — exprimindo idéias claras em linguagem simples. Fico freqüentemente atônito ao ler as obras de muitos estrategistas contemporâneos. Sua expressão rebuscada, seu vocabulário sofisticado, seu raciocínio complicado, parecem-me o oposto da finalidade por eles visada. Eles desejariam difundir idéias, propagar teorias — e eis que todo leitor se sente repellido por essa linguagem hermética, cheia de expressões esotéricas, válidas unicamente para um estreito círculo de iniciados.

Urge não incidir jamais nesse defeito. Para tanto, não deveis esquecer que os franceses só executam bem aquilo que eles entendem bem. Não tende, pois, receio de "explicar" nem de exigir a compreensão. É esta sem dúvida a mais alta forma de participação.

Fazei-vos compreender — mas também fazei-vos estimar. Numerosos e vastos são os domínios nos quais deveis sobressair. Pudestes constatar que tanto o nível intelectual como a soma dos conhecimentos de vossos comandados aumentam cada vez mais. Mais do que nunca, o Chefe, o verdadeiro Chefe, deverá impor-se por sua capacidade técnica, por seu saber, e também por seu talento operacional. Esta capacidade exigirá de vós esforços incessantes e uma constante atualização.

Descobrireis — talvez com surpresa — que a ascensão na escala hierárquica acarreta principalmente um acréscimo de trabalho e que, ao galgar os vários postos, sereis cada vez mais, se é que captastes bem o verdadeiro sentido de vossa missão, o "Servo dos Servos".

Se a competência é necessária para criar a estima, julgo no entanto que ela não é suficiente. A confiança que esperais merecer de vossos homens, como de vossos oficiais e graduados, precisará basear-se também em um certo rigor moral, em um espírito de justiça e de equidade, e ainda, em muitas outras qualidades para que o exemplo possa dar à estima bases inabaláveis.

Precisareis, enfim, fazer-vos querer. Os homens em geral, e em particular os jovens, sentem uma profunda necessidade de afeto e de compreensão. Eles necessitam de ser auxiliados, guiados, não como autómatos, mas como pessoas humanas; não através de computadores, mas com palavras saídas do coração.

Não é, portanto, com teoremas, nem equações, que se conduzem os homens, mas com os impulsos do coração, e com os argumentos do espírito, propondo-lhes metas simples, concretas e acessíveis, despertando o seu entusiasmo, estimulando o seu espírito, pensando neles mais do que em vós mesmos.

Procurai, portanto, ser daqueles que se gosta de encontrar, ver e ouvir. Daqueles que nunca vêm de mãos vazias para iniciar os outros, mas que chegam, em fim de jornada, para transmitir o seu entusiasmo e sua alegria.

Para obter os resultados almejados e para produzir os efeitos esperados, será possível encontrar nas fórmulas de uma doutrina, ou nas leis de uma teoria, os métodos ou as receitas que garantem o êxito? Ou dependerá o êxito, ao contrário, de qualidades inatas e de virtudes adquiridas?

Frisei, no perfil do Oficial de Estado-Maior ideal, a necessidade do equilíbrio físico, da resistência à fadiga, em uma palavra, fiz o elogio da saúde. Penso que ela é sempre o esteio essencial da personalidade do Chefe Militar. Um organismo robusto, uma saúde férrea, uma resistência a toda prova, são mais do que nunca necessárias para não dizer indispensáveis, aos responsáveis pelos exércitos modernos. Basta constatar os esforços que exige, em tempo de paz, a vida quotidiana para imaginar facilmente a amplidão da tarefa, o ritmo das operações e os choques psicológicos que serão impostos em tempo de crise ou em tempo de guerra. Eis porque estou convencido de que, no exclusivo interesse do país e do valor de suas Forças, será inevitavelmente efetuada profunda renovação dos quadros dirigentes operacionais, com vistas a permitir-lhes enfrentar vitoriosamente os desgastes físicos e morais do combate.

A essa qualidade deve acrescentar-se uma virtude fundamental: a Fé. A fé na Pátria, em sua missão, em seu destino, e também no papel que nos foi confiado, qualquer que seja nosso nível ou escalão. Uma fé viva, atuante, voltada para o Futuro para estimular e impulsionar todos os que, ao nosso lado, lutam pelos mesmos objetivos. Uma fé que repele a dúvida e renuncia aos encantos do ceticismo.

Se não acreditais de todo o coração, do fundo da alma, na causa que defendeis, como podereis, vós os Chefes, pedir aos outros que combatam e talvez morram por ela?

Desde o fundo da Idade Média ressoa aos nossos ouvidos o versículo do Alcorão: "Companheiros de Allah! somos os Crentes. Ouçam Seus preceitos". A isso responde o eco dos tempos modernos, pela boca amarga de um filho deste século: "E eu, que não creio, só posso crer nos que crêem"!

Não deveis, porém, pensar que ao possuir a Fé, ela é vossa para sempre. Ninguém escapa — nem mesmo os próprios Santos — às insinuações da dúvida, e é a cada um de vós que caberá, ante cada contestação, vencer a crise para permanecer a testemunha, o homem e o Chefe que inspira, propaga e defende a Fé que o anima. É nesse combate interior, nessa perpétua busca, que encontrareis as razões de vossa ação, a coragem de empreendê-la e a vontade de prossegui-la.

Para quem quer comandar bem, essas duas qualidades são necessárias mas não suficientes. É preciso acrescentar-lhes ainda outras virtudes: o caráter, a capacidade de irradiar, o vigor moral, e posso aconselhar-vos, a esse respeito, reler a carta do Marechal de Belle Isle a seu filho, que se preparava para assumir o comando de um Regimento. E, para terminar, desejaria simplesmente frisar a importância da Coragem — qualidade primordial — que às vezes o tempo de paz tenderia a fazer esquecer.

A epopéia de nossa História, as proezas de nossos antepassados, os atos de bravura de que fomos testemunhas dão a essa virtude em nossa Pátria um aspecto familiar. O mundo inteiro rendeu homenagem ao valor de nossas tropas, admirando a bravura de nossos soldados e de seus chefes. Julgo, no entanto, que não devemos iludir-nos: como a Fé, a herança histórica exige um esforço. Não há vitória definitiva. "A coragem", dizia Malraux, "é uma coisa que se organiza, que vive e que morre — e que é preciso conservar em bom estado, como os fuzis"!

Acredito, e receio, que isso seja certo, tanto a coragem assume faces diversas, aspectos variados, no curso de uma única existência. Há, por exemplo, a valentia debaixo do fogo, na linha de combate, à frente de vossa unidade, "entre toda a pompa dos grandiosos funerais". Há também, o heroísmo do combate solitário, da tripulação sem testemunhas. Há, enfim, a audácia do Chefe que, para tomar sua decisão, acha-se, em última análise, sempre só. Não é essa, aliás, a forma de coragem que menos custa, quando se trata de comprometer o destino e de arriscar a vida de seus próprios compatriotas. Nem é a que menos custa quando se mede o valor de que está em jogo, o alcance de uma opção ou as conseqüências de uma decisão.

Parece-me necessário meditar sobre os contornos mais ou menos aparentes da coragem, tanto moral como física, imaginar o que possa exaltá-la e prever o que possa abatê-la. Deveis saber que a solidão é sua companheira preferida: quando se le-

vanta o vento, quando a tempestade se prepara, quando irrompe a crise, então as fileiras clareiam, e, geralmente, frente à sorte adversa, fica-se só. Devemos preparar-nos para isso.

Para atingir esses objetivos, o caminho é às vezes longo, e sempre difícil. Ele é, no entanto, balizado por pontos de referência, frutos da prática e da experiência. Tomarei a liberdade, ao terminar, de vos apontar alguns.

Insistindo sobre as condições físicas do chefe, chamarei a atenção de cada um para o cuidado que deve ter em manter-se em boa forma. Como um atleta preocupado em melhorar as suas marcas, vigia o seu regime de trabalho e o seu ritmo de vida, cabe a cada um de nós verificar — através do Serviço de Saúde — o equilíbrio físico, a capacidade de resistência, e talvez identificar assim os pontos fracos do organismo.

Nunca poderei, por outra parte, vos recomendar bastante um contato direto com a natureza e o campo. É no terreno — não devemos esquecê-lo — que se decide a contenda. Permanecei, portanto, apesar das tendências do momento, homens do ar livre, conhecendo a terra e os homens que vivem nela; perfeitamente à vontade nos vários compartimentos de suas paisagens, de seus climas e de seu relevo. Ao culto que lhes prestardes, a natureza corresponderá dando-vos a calma de seus campos, o silêncio de suas florestas e a serenidade de sua atmosfera. E não vos esqueceis, sobretudo, de transmitir os seus segredos aos vossos subordinados. Que eles prendam, em vossa companhia a suportar os rigores do inverno, a apreciar o encanto da primavera, a resistir aos calores do estio.

Para desenvolver as qualidades do coração e do espírito, não existe, na minha opinião, melhor base nem mais sólido fundamento do que a cultura geral. Homens de pensamento e de ação nunca cessaram de dizer e de recordá-lo: *"A cultura geral — eis a verdadeira escola do Comando"*, escrevia, em um de seus primeiros livros, o General De GAULLE.

Cada um de nós, penso eu, já fez a experiência de sua imperiosa necessidade. Útil no tempo atual, ela se tornará indispensável no futuro, pois só ela pode conduzir o Chefe à elevação necessária para dominar os problemas de sua situação.

Pesquisa científica, sociologia, ciências políticas, história, serão para vós domínios prioritários. Elas vos indicarão as grandes correntes contemporâneas da conjuntura mundial, as ambições que se manifestam, os interesses que se defrontam, as crises ou revoluções que se preparam.

Vossa qualidade de Oficiais de Estado-Maior, depois vossas responsabilidades de Chefes, desempenharão um papel determinante na aplicação de nossa política de Segurança. A vós cabe conhecer bem essa política e, para isso, interessai-vos pela política geral do país, seus objetivos permanentes, suas metas sucessivas. Nesse espírito, orientareis vossos conhecimentos sobre os diversos componentes daquela política, quer ela seja econômica, financeira, industrial ou cultural, sem esquecer a política exterior. É desta, com efeito, que decorre, no que é essencial, a nossa política de Segurança. E, nessas condições, vossa profissão vos parecera tanto mais fascinante quanto a tiverdes inserido em seu contexto nacional e mundial.

Nesta síntese, muitas vezes difícil, a História, diga-se o que se disser, vos trará sempre um auxílio precioso. Sei muito bem que a sua utilidade hoje é contestada, que a extrapolação não é mais permissível quando a mutação se acelera, e que não se pode achar no Passado o remédio para os males do Presente.

Embragados pela variedade e multiplicidade dos parâmetros, muitos subestimam a importância das constantes humanas. Outros, ingênuos ou pretensiosos, pensam que não existe outra época senão a sua própria. Apesar de toda a inteligência e habilidade desses detratores, eu vos aconselho a não repudiar a História. Parafraseando uma pilhéria que conheceis bem por havê-la aplicado às diferentes Armas, eu vos direi: "Se entras no domínio da ESTRATÉGIA, estuda a História — em breve serás o único!" Acredito, com efeito, que, para compreender nossa época e para imaginar os tempos futuros, não existe melhor base do que o estudo e o conhecimento preciso do que já foi. Sim, penso que o Passado prefigura o Presente — e muitas vezes anuncia o Futuro. Ele também nos ajuda a melhor discernir as causas e a melhor compreender os efeitos.

À saúde do corpo, à cultura do espírito, é necessário acrescentar, meus Senhores, a elevação da alma, pois será ela, podeis crer-me, a base de uma autoridade resplandecente. Para adquiri-la, não vejo meio mais seguro do que a prática da meditação, dos exercícios espirituais — em uma palavra, da vida interior. Se, cada dia, vos for possível encontrar o tempo de vos recolher, de refletir, de meditar, e se cada noite souberdes reservar alguns minutos para fazer vosso exame de consciência, fechando vossos ouvidos aos ruídos da terra e vossos olhos aos movimentos que a agitam, se souberdes vos refugiar no santuário de vossa alma, então fareis grandes progressos, distinguindo no silêncio que vos cerca o Essencial do Acessório, determinando a Direção principal, o eixo onde fareis incidir o vosso esforço reunindo todos os meios!

Será este o meu último conselho: quaisquer que sejam as vossas ocupações, a natureza do vosso comando, o nível de vossas responsabilidades ou a sobrecarga de vossa lista de afazeres, concedei-vos sempre o tempo necessário para a reflexão na qual, graças à introspecção, o espírito vos guiará, qual a luz da estrela na noite da Epifânia.

A título de conclusão, eu vos proporei duas idéias. Ao deixar a Escola, nos postos ou funções que vos esperam, podereis viver com o que já aprendestes. Seria essa a melhor solução? Penso, ao contrário, que devereis intensificar os vossos esforços para vos preparar desde hoje a enfrentar as pesadas responsabilidades de amanhã, pois não é tanto de reformadores que o Exército precisa, mas de Chefes.

Seria, outrossim, surpreendente que vossa geração pudesse escapar às horas difíceis, e não devesse cumprir a sua missão em defesa dos superiores interesses da Nação. Deveis, pois, estar prontos: sede — e todos os meus votos vos acompanharão no cumprimento de vosso destino — sede os Chefes que o País deseja, que a tropa espera, com que sonham os vossos Maiores.



SISTEMAS MILITARES CONTEMPORÂNEOS: AS FORÇAS ARMADAS NA URSS

Pesquisa da Redação

1. INTRODUÇÃO

A caracterização da URSS tem como marcas registradas sua vasta extensão territorial (a sexta parte das terras emersas do mundo, metade da EUROPA ou um terço da ÁSIA) e seus conseqüentes 60.000 km de fronteiras, dos quais dois terços são marítimos, além de uma situação de 80% das terras ao N de 50° N de latitude. Compõem a URSS 262 milhões de habitantes distribuídos por mais de 100 nações e etnias e o país se situa de costas para o ÁRTICO, com um olho desconfiado na ameaça amarela da ÁSIA, outro em vigília na EUROPA OCIDENTAL, e o pensamento na superpotência rival que pode, inclusive, vir pelas costas.

2. OBJETIVOS NACIONAIS

a. Objetivos Nacionais declarados

Os objetivos nacionais da URSS, como é óbvio, necessitam uma análise cautelosa, pois é da essência de sua doutrina político-militar o ajustamento das palavras e das declarações, independentemente de valores éticos, às finalidades do Partido. Assim, os objetivos nacionais da URSS, repetidamente declarados por BREJNEV, são:

- 1) Criação de condições pacíficas para a construção do socialismo
- 2) Impulsão da unidade socialista
- 3) Estabelecimento da coexistência pacífica com os países socialistas

- 4) Repulsão decisiva às forças do imperialismo agressivo
- 5) Apoio às guerras de libertação nacional
- 6) Impedimento de uma guerra nuclear mundial

É necessário, pois, um trabalho triplo para que se possa apresentar objetivos que permitam, de fato, analisar seus condicionamentos no estabelecimento e desenvolvimento do sistema militar soviético.

b. Objetivos Nacionais deduzidos

1) Os objetivos listados a seguir são produto de:

- uma interpretação dos Objetivos Nacionais apontados, em face das ações realizadas ou em realização pela URSS;
- em alguns casos, o desdobramento dos objetivos deduzidos por áreas estratégicas;
- um acréscimo que supra as divergências de interpretação, quanto a objetivos nacionais, entre a doutrina soviética e a brasileira;
- uma colocação de todos os objetivos, tanto quanto possível, dentro da terminologia da Escola Superior de Guerra.

2) Podem-se considerar, portanto, objetivos nacionais da URSS:

- Soberania nacional
- Integridade territorial
- Comunismo mundial
- Paz soviética

3) Estes objetivos podem ser desdobrados, no nível político-estratégico, no que interessa ao sistema militar, em:

a) Soberania nacional:

- Sobrevivência da nação como entidade política
- Manutenção do controle ideológico da EUROPA ORIENTAL
- Minimização da influência dos EUA e da CHINA no mundo para, no mínimo, manter o equilíbrio mundial de poder.

b) Integridade territorial:

- Segurança da posse dos territórios obtidos na EUROPA após 1945 e na ÁSIA com os chamados "tratados desiguais" de AIGUN (1858) e PEQUIM (1860), além dos extraídos do JAPÃO em 1945.

c) Comunismo mundial:

- Apoio aos movimentos ditos "progressistas" e às "guerras de libertação nacionais".

- Enfraquecimento das alianças políticas e militares do Mundo Livre.
- Preenchimento do vácuo deixado por qualquer retração do Bloco Ocidental em áreas de definição imprecisa.
- Atingimento do poder global por intermédio da ideologia.

d) Paz soviética:

- Manutenção de uma capacidade de destruição nuclear e afirmação de uma vontade de utilizá-la que obtenha a credibilidade necessária à dissuasão.
- Manutenção de um poder militar suficiente dentro da massa terrestre eurasiática que lhe permita a flexibilidade na dissuasão.

3. ESTRATÉGIA MILITAR

O grupo do Mar SOKOLOVSKII, representando o pensamento militar soviético, estabeleceu:

"Na guerra moderna, a estratégia militar tornou-se a estratégia dos mísseis e ataques nucleares em profundidade ao lado da utilização simultânea de todas as forças singulares de modo a obter a derrota completa do inimigo e a destruição de seu potencial econômico e de suas forças armadas em todo seu território. Tais objetivos de guerra devem ser alcançados em um curto período de tempo."

Apesar das críticas posteriores a inúmeras idéias do grupo, esta assertiva ainda vigora e as publicações oficiais soviéticas de 1977 afirmam que as forças de mísseis estratégicos constituem a "potência militar básica das FA", mas a "vitória final" é dependente do emprego de todas as forças.

A par disso, os princípios da ofensiva, da surpresa, da manobra e da unidade de comando são enfatizados, ressaltando-se ainda a utilização da potência de fogo e da mobilidade.

A influência destas idéias doutrinárias se reflete concretamente sobre todo o sistema militar e sua estratégia, particularmente, na área de atuação da EUROPA. Nela, a URSS visualiza a condução de uma guerra curta de violência singular, desencadeada de surpresa e caracterizada por um ataque fulminante que terá por objetivo esmagar as forças adversárias desdobradas na região central antes que possam receber reforços de além mar.

A primeira parte do curso da Academia FRUNZE analisa em pormenor a capacidade da OTAN, ao que se segue o estudo da maneira de penetrar a grande profundidade com a máxima rapidez.

A situação geoestratégica e a tradição histórica conferem à Marinha e à Força Aérea uma atuação de menor relevo. A Força Aérea tem uma missão predominante de apoio, apesar de sua consideração como vetor de engenhos nucleares, de demonstrações de força e ação de presença em áreas distantes.

O exercício OKEAN feito em 1975 mostrou que a marinha soviética pode concentrar-se em qualquer dos sete mares e desdobrar-se rapidamente, além de ser centralmente controlada e posta em ação com um conceito uniforme de operações e adequado apoio logístico. Apesar disso, suas principais missões, fora a de vetor dos mísseis estratégicos, ainda são:

- Defesa das águas territoriais
- Apoio ao ataque terrestre
- Interdição dos caminhos marítimos vitais ao Ocidente, particularmente no ATLÂNTICO NORTE.

Esta última missão implica num desenvolvimento prévio externo das esquadras do BÁLTICO e do mar do NORTE ou uma luta pela posse das passagens e pontos vitais ao seu emprego seguro. Em consequência, a estratégia soviética parece visar a realizar uma série de ataques anfíbios às saídas marítimas e portos importantes no flanco norte da OTAN, bem como assegurar uma base na NORUEGA que dê acesso ao ATLÂNTICO NORTE (região da FINNMARK) e alargue o perímetro de proteção das importantes instalações navais e militares da península de KOLA (bases de PECHENGA e MURMANSK). Tais ações poderiam ser combinadas com ações pelas brechas da TRÁCIA e GORIÇA, no flanco S, com o fim de selar o MEDITERRÂNEO ORIENTAL de modo a negar ao adversário o acesso às regiões sudoeste da URSS e, talvez, separar o referido flanco do resto da Aliança.

A atitude militar soviética na ÁSIA, embora pouquíssimo conhecida, parece ser de expectativa estratégica, uma vez que a distribuição de forças e o valor do material não indicam uma idéia ofensiva.

4. FATORES DA EXPRESSÃO MILITAR DO PODER NACIONAL DA URSS

Visualizados os objetivos político-estratégicos e a estratégia militar da URSS, analisaremos os fatores da expressão militar.

a. Doutrina Militar

O opúsculo "Las Fuerzas Armadas de la URSS — Preguntas y respuestas" (Editorial NOVÓSTI — Moscou — 1975) diz: "O princípio sócio-político básico e lei fundamental da organização e funcionamento das FA é sua direção pelo partido. O partido dirige a instituição militar, determina sua política e controla sua colocação em prática".

São enfatizados também: a consolidação da unidade entre FA e povo, os princípios da centralização, da unidade de comando e da disciplina "férrea".

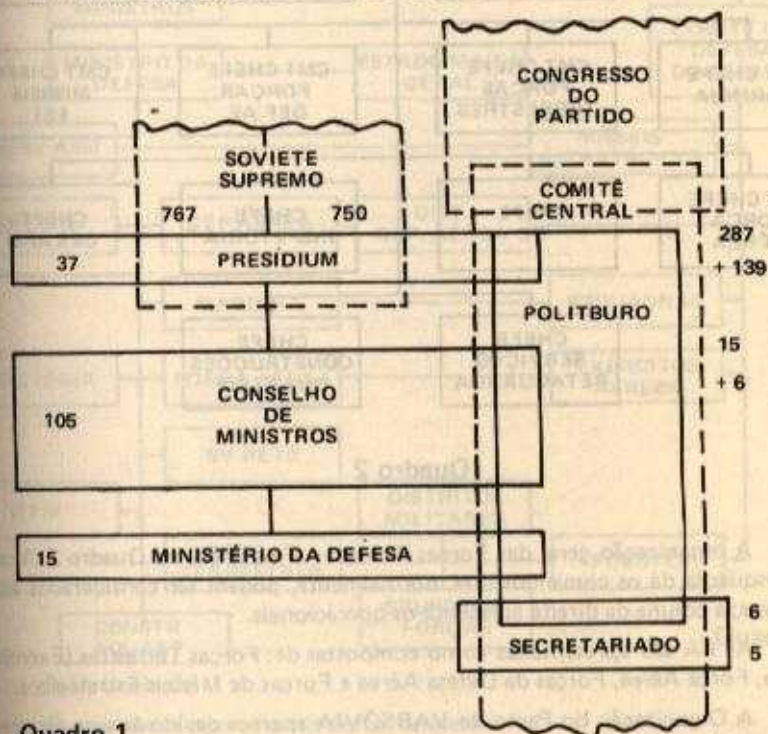
Os demais aspectos já foram apreciados ao abordar-se a estratégia militar.

b. Estrutura das Forças Armadas

1) Organização

Dentro do princípio de domínio do Partido Comunista, a organização militar é permeada da base à cúpula por este. O Comando Superior das FA é colocado no Soviete Supremo, o Comando Geral no Conselho de Ministros e o Comando Imediato no Ministro da Defesa. Em todos estes níveis, a superposição Partido-Governo é realizada, conforme se pode verificar do Quadro 1.

INTERLIGAÇÃO PC – GOVERNO – FA NA URSS

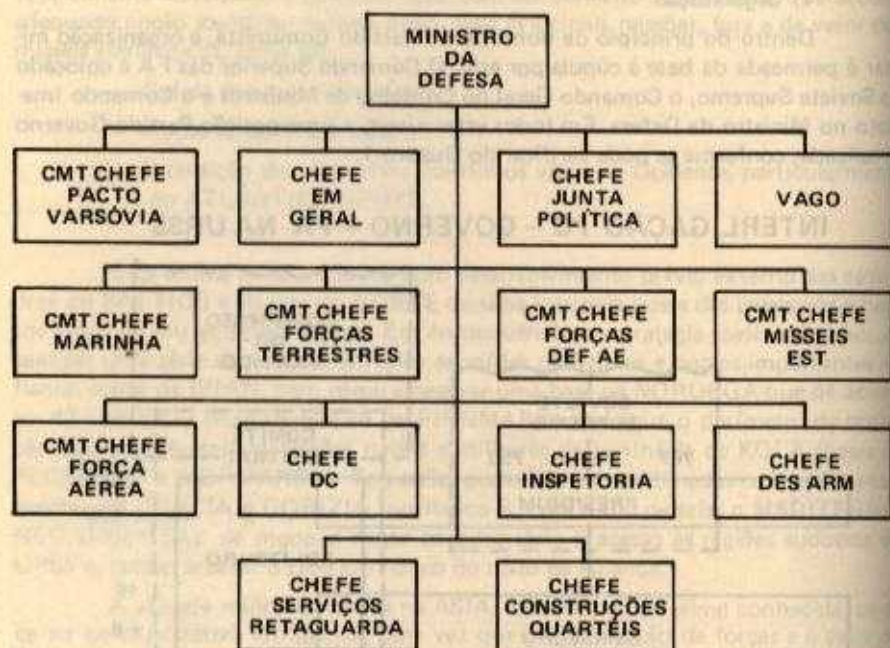


Quadro 1

O Ministro da Defesa é membro do Comitê Central e do Politburo; todos os 19 Vice-Ministros e 8 em 10 Vice-Ministros são do Comitê Central, de onde fazem parte ainda 3 Cmt Distritos Militares e 1 Cmt de Grupos de Forças.

A organização da cúpula do Ministério da Defesa é a do Quadro 2. Observe-se a existência da Direção Política Central do Exército e Marinha de Guerra – Junta Política (caracterizando a doutrinação política também aqui), a chefia da

Defesa Civil (mostrando o valor com que passou a ser encarada) e o Cmt-Chefe da OPV, que será abordado ao tratarmos do Pacto de VARSÓVIA.



Quadro 2

A organização geral das Forças Armadas é mostrada no Quadro 3. A coluna da esquerda dá os comandos que, normalmente, podem ser considerados administrativos; a coluna da direita apresenta os operacionais.

As FA são apresentadas como compostas de: Forças Terrestres (Exércitol, Marinha, Força Aérea, Forças da Defesa Aérea e Forças de Mísseis Estratégicos.

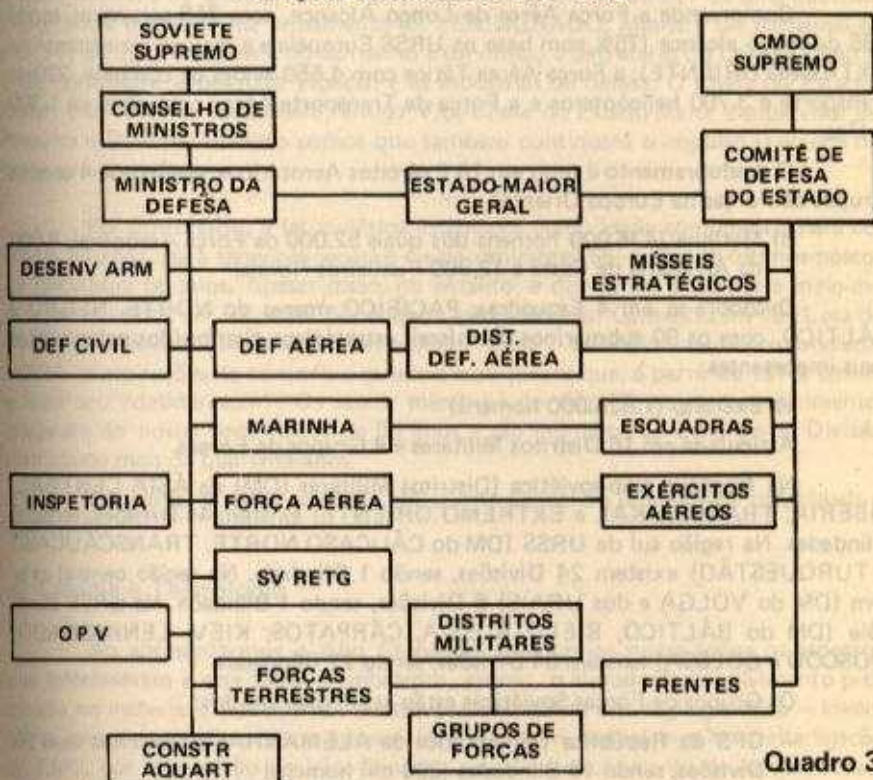
A Organização do Pacto de VARSÓVIA aparece devido às suas características peculiares.

Os dispositivos legais prevêem os comandos colegiados, superior e geral, do Soviete Supremo e do Conselho de Ministros e o imediato do Ministro da Defesa. Na realidade, a experiência da 2ª Guerra Mundial mostra ter sido necessária a criação do Stavka (Órgão Central de Comando) e, posteriormente, do Comitê de Defesa do Estado para uma direção efetiva das operações.

O grupo SOKOLOVSKII, reconhecendo essa deficiência, sugeriu a mesma solução para a eventualidade de nova guerra e indicou o Secretário-Geral do PC para

Comandante Supremo. A sugestão não mais constou na terceira edição da obra, mas noticiários da imprensa de maio de 1976 parecem confirmar que a sugestão foi aceita quando deram a nomeação de LEONID BREJNEV como Marechal da URSS e acrescentaram que ele já estava acumulando as funções de Comandante Supremo e Presidente do Comitê de Defesa do Estado.

FORÇAS ARMADAS DA URSS



Quadro 3

2) Articulação

Os comandos operacionais compreendem:

- Força de Mísseis Estratégicos (375.000 homens)

Cerca de 1.400 MBIC desdobrados em diversas bases no território da URSS, salientando-se as das penínsulas de KOLA e KAMTCHAKA e cerca de 690 MBAM, a maioria próxima à fronteira oeste e o restante a este dos URAIS.

- Força de Defesa Aérea (PVO-Strany) (550.000 homens)

Os elementos operacionais desdobrados incluem radares de alerta antecipado GALINHEIRO (HEN HOUSE) em lugares remotos, CASA DE CACHORRO

(DOG HOUSE) e radares de controle CHEKHOV perto de MOSCOU e radares de engajamento TRIAD com os mísseis anti-mísseis GALOSH em quatro complexos também perto de MOSCOU (16 mísseis cada um). Os 16 Distritos de Defesa Aérea têm suas áreas coincidentes com as dos Distritos Militares. A interceptação fica a cargo de 2.720 caças.

c) Força Aérea (455.000 homens)

Compreende a Força Aérea de Longo Alcance, com 756 aeronaves, sendo 135 de longo alcance (75% com base na URSS Européia e a maioria do restante no EXTREMO ORIENTE); a Força Aérea Tática com 4.650 aviões de combate, 220 de transporte e 3.700 helicópteros e a Força de Transporte Aéreo com cerca de 1.300 aviões.

O desdobramento é feito em 16 Exércitos Aerotáticos, sendo que 4 com os Grupos de Forças na Europa Oriental.

d) Marinha (435.000 homens dos quais 52.000 da Força Aeronaval, 8.000 da Artilharia de Costa e 12.900 Fuzileiros Navais)

Desdobra-se em 4 Esquadras: PACÍFICO, mares do NORTE, NEGRO e BÁLTICO, com os 90 submarinos de mísseis estratégicos distribuídos pelos pontos mais importantes.

e) Exército (1.825.000 homens)

Articula-se em 16 Distritos Militares e 4 Grupos de Forças.

Na fronteira sino-soviética (Distritos Militares (DM) da ÁSIA CENTRAL, SIBÉRIA, TRANSBAIKAL e EXTREMO ORIENTE) existem 44 Divisões, sendo 6 Blindadas. Na região sul da URSS (DM do CÁUCASO NORTE, TRANSCÁUCASO e TURQUESTÃO) existem 24 Divisões, sendo 1 Blindada. Na região central existem (DM do VOLGA e dos URAIS) 6 Divisões, sendo 1 Blindada. Na URSS Européia (DM do BÁLTICO, BIELO RÚSSIA, CÁRPATOS, KIEV, LENINGRADO, MOSCOU e ODESSA) existem 64 Divisões, sendo 22 Blindadas.

Os Grupos de Forças Soviéticas estão assim distribuídos:

- GFS da República Democrática da ALEMANHA: 5 Exércitos com 20 Divisões, sendo 10 Blindadas (300 mil homens)
- GFS Central (na TCHECOSLOVÁQUIA): 5 Divisões, sendo 2 Blindadas
- GFS Norte (na POLÔNIA): 2 Divisões Blindadas
- GFS Sul (na HUNGRIA): 4 Divisões, sendo 2 Blindadas.

A distribuição caracteriza perfeitamente a estratégia soviética mencionada.

c. Alto Comando

A formação dos oficiais das FA na URSS é de muito bom padrão, sendo crescentes as exigências quanto à escolaridade e desempenho. O número de publica-

ções militares, a qualidade dos trabalhos e o que se pode deduzir dos exercícios realizados demonstram grande profissionalismo. Cerca de 45% dos oficiais do Exército e da Marinha e 75% dos oficiais das Forças de Foguetes Estratégicos são engenheiros, 41% dos generais e oficiais tem ensino superior e especial militar, além do que quase 100% dos Cmt Bda e 80% dos Cmt Reg tem ensino militar superior. Aliás, o crescente avanço de oficiais mais ligados à técnica consolidou-se no Alto Comando com o novo Ministro da Defesa, USTINOV, engenheiro, antigo diretor de uma das mais importantes indústrias de armamento de LENINGRADO, Ministro do Armamento de 1941 a 1957, Presidente do Conselho Econômico e Secretário do Comitê Central onde controlava a pesquisa espacial e as indústrias de defesa. O Chefe do Estado-Maior, OGARKOV, engenheiro, antigo Vice-Chefe do Estado-Maior e supervisor de Pesquisa e Desenvolvimento parece que também continuará o impulso já grande na pesquisa e tecnologia.

Por outro lado, a lei soviética estabelece como idade compulsória para coronéis 50 anos, para tenentes-generais e vice-almirantes 55, e para os últimos postos da hierarquia 60 anos. Apesar disso, no entanto, e dos vários expurgos e meio-expurgos realizados em 37, 46 e 57, a idade média do Alto-Comando, em 1971, era de 66 anos e a palavra obnovenie — rejuvenescimento — constantemente pronunciada, refletia as aspirações de coronéis e generais mais jovens que, a partir de 1973, conseguiram seu "desideratum". Os atuais membros do Alto Comando, normalmente, chegaram ao posto com menos de 55 anos e são inúmeros os Generais de Divisão com pouco mais de quarenta anos.

Em suma, pode-se concluir que o Alto-Comando tem elevada capacidade e dinamismo.

d. Ciência e Tecnologia

Ao apresentarmos o Alto Comando salientamos quase todos os aspectos que interessavam a este fator. Lembramos, apenas, o elevado desenvolvimento procurado no material e armamento, dentro do conceito da estratégia genética — inventar as forças para sobrepujar o adversário. E, também, assinalamos a estreita ligação do EMG, por intermédio do Vice-Ministro para Desenvolvimento de Armas, com o Comitê de Indústrias da Defesa, com o Comitê do Estado para a Ciência e Tecnologia e com as indústrias da defesa.

e. Serviço Militar; Instrução, Adestramento e Aprestamento. Mobilização

O serviço militar é universal, iniciando-se aos 18 anos, em duas épocas (maio-junho e novembro-dezembro), com a duração de dois anos para o Exército e algumas tropas de Marinha, três anos para os demais componentes da Marinha e um ano para conscritos com instrução superior. Aos dispensados que estudam e trabalham é dada uma instrução militar inicial em suas organizações. Este pessoal recebe

ainda uma formação de especialistas (motoristas, mecânicos, eletricitas etc) em sociedades paramilitares e em escolas de formação técnico-profissional.

A instrução é severa, realista e exige bastante dos componentes físico-psíquicos do soldado, dentro da idéia que este deve ser acostumado às tensões do combate moderno.

O nível de escolaridade dos conscritos, de certa maneira, facilita a tarefa: 50% possuem instrução superior ou secundária, as bibliotecas do Exército e da Marinha possuem 112 milhões de volumes, há mais de 10 revistas de assuntos político-militares nas FA e o soldado tem acesso a mais de 100 periódicos assinados pelas FA.

O condicionamento psicológico em relação ao Partido também é conseguido com duas horas de aula, duas vezes por semana, com grupos de estudo de 20 a 25 homens. Por outro lado, a União das Juventudes Comunistas da URSS, o KOMSOMOL, agrupa mais de 20 milhões de jovens que entram para ele antes ou durante o serviço militar. Seu trabalho é considerado parte inseparável da ação político-partidária. Em suma, as direções e seções políticas, nas subunidades, ao lado das organizações paralelas conseguem manter a propaganda e a doutrinação ao nível de saturação.

A estratégia adotada exige um alto grau de aprestamento que permita o golpe inicial previsto, ao que se seguirá o acréscimo de força e a manutenção do esforço, se necessários, por intermédio de uma mobilização total.

Em tempo de paz, as divisões soviéticas são mantidas em uma das três categorias a seguir:

- Categoria I: de 3/4 do efetivo à totalidade, com todo o material (todas as divisões da Europa são desta categoria).
- Categoria II: entre 1/2 e 3/4 do efetivo, com a dotação completa de viaturas de combate.
- Categoria III: cerca de 1/4 do efetivo, possivelmente com a dotação completa de viaturas de combate, embora algumas possam ser obsoletas.

Consideram, os especialistas ocidentais, no entanto, que haverá necessidade de uma mobilização parcial para que possa ser realizado o intento da URSS. Calculam o prazo de 23 dias, entre tensão política e preparativos militares para que o golpe possa ser desfechado. Este prazo tem sido objeto de severas críticas.

f. Integração das Forças Armadas

Há evidente predomínio do Exército, mas a organização e a articulação das Forças, os exercícios combinados, a doutrina comum e a ausência de dissensões visíveis parecem indicar uma adequada integração das FA.

g. Moral

A preocupação soviética com o moral é bastante grande, haja visto o princípio da solidez das retaguardas. Pode-se assinalar a doutrinação já abordada, o cuidado com o cerimonial, a distribuição de recompensas dos mais diversos tipos pelas FA e pelo KOMSOMOL, as "salas e camarotes leninistas" (cassinos), os clubes de soldados dos regimentos etc.

Em consequência, o moral parece mais elevado.

5. CONCLUSÕES

A análise do Sistema Militar Soviético mostra que:

- a. As Forças Armadas, como as demais instituições, são o instrumento para execução da política do PCUS.
- b. Seu Comando Supremo, embora nominalmente colegiado, é do Secretário Geral do Partido.
- c. O sistema militar conforma-se à política e à estratégia preconizadas.
- d. Na atual conjuntura há equilíbrio entre as forças convencionais e as nucleares.
- e. A situação geoestratégica condicionou a preponderância da Força Terrestre.
- f. A política de poder global estimulou o desenvolvimento da Força Naval.
- g. A Pesquisa e Desenvolvimento estão a serviço da estratégia genética.



PANORAMA DO DESENVOLVIMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL E SUAS FUTURAS PERSPECTIVAS

Helvécio Gilson

Presidente da Embratel

I. HISTÓRICO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL

1. Antecedentes Históricos

Surgindo na segunda metade do século XIX, ao tempo do Império, as telecomunicações tiveram no Brasil um despertar promissor. Nesse período, os mais recentes inventos e desenvolvimentos foram implantados em nosso país, talvez numa arrojada atitude do imperador D. Pedro II, antevendo a sua importância para a consolidação da unidade nacional.

O primeiro evento ocorreu em 1852 quando foi inaugurada, a 11 de maio, a linha de telégrafo elétrico no Rio de Janeiro, interligando a Quinta Imperial ao Quartel do Campo. Samuel Morse inventara o telégrafo em 1844, portanto apenas 8 anos antes.

Vejamos um breve resumo deste início das telecomunicações no país.

ANO	EVENTO
1852	— Inauguração da 1ª linha telegráfica no Rio de Janeiro. (Samuel Morse inventou o telégrafo em 1844)
1874	— Inauguração do cabo telegráfico submarino interligando Brasil a Portugal (22 de junho).
1877	— Inaugurado o serviço telefônico no Rio de Janeiro. (Graham Bell inventou o telefone em 1876).
1886	— Rede telegráfica brasileira com 10.000 Km de extensão servindo a 17 localidades, desde Belém a Porto Alegre. — Rondon inicia a epopéia de integração do oeste pelo telégrafo.

2. A Estagnação e suas Causas Básicas

Na primeira metade do século XX, porém, não teve continuidade a brilhante evolução das telecomunicações iniciada no século precedente. Gradativamente instalou-se no Brasil, e perdurou por várias décadas, um período de estagnação cujas causas básicas foram, essencialmente:

a) *Falta de compreensão da relevância das telecomunicações para o desenvolvimento*

A rigor, só há aproximadamente quinze anos começou a ser compreendido pelos brasileiros responsáveis pelas grandes decisões nacionais, a importância fundamental das telecomunicações para o desenvolvimento sócio-econômico de um país.

b) *Diluição do poder concedente.*

- Interferência do poder político em matéria técnica
- Falta de planejamento integrado
- Pulverização de recursos.

O período examinado viu as telecomunicações abandonadas ao sabor dos interesses políticos nas esferas federal, estadual e municipal, pois por todas elas distribuíra a competência para conceder a exploração dos serviços do setor. Não é possível, dentro desse quadro, alocar racionalmente os recursos disponíveis, dentro de um planejamento integrado.

c) *Não acompanhamento da evolução tecnológica.*

Enquanto surgiam no mundo equipamentos mais modernos cuja adoção teria permitido às empresas operadoras acompanharem as necessidades do desenvolvimento do país, permanecia ignorada entre nós a evolução tecnológica das telecomunicações.

Inflação e irrealidade tarifária.

Finalmente, o processo inflacionário que se abateu sobre nossa economia foi aviltando o valor das tarifas dos serviços. Sem terem sido reajustadas ao nível necessário, elas não mais carregavam os recursos indispensáveis a que as concessionárias pudessem ampliar seus sistemas, acompanhando o crescimento do país.

A situação a que chegaram as telecomunicações em nosso país, em 1965, em diz da ação nefasta dos fatores acima examinados:

- Cerca de 800 concessionárias de telefonia pública no país (80% CTB e subsidiárias);
- Sistema RJO—SPO, inaugurado em 1958, pela CTB, com 468 canais telefônicos;
- Sistema RJO—BHE (CTMG) com 120 canais telefônicos;
- RJO—BHE—BSA (1960) — NOVACAP — 132 canais telefônicos;
- Sistemas operando em suas capacidades máximas (praticamente impossível a ligação de novos assinantes às redes telefônicas);
- Comutação manual "Ring Down" (com auxílio da telefonista);
- RJO—SPO: DDD (discagem à distância por telefonista);
- Circuitos não atendiam padrões internacionais de qualidade (comunicação interurbana cada vez mais difícil, ao crescerem as distâncias);
- Comunicações internacionais via rádio em onda curta ou cabo submarino para telegrafia (baixa capacidade de tráfego).

A Retomada do Desenvolvimento das Telecomunicações

Fatos novos e marcantes, a partir da primeira metade da década de 1960, concorreram para a superação do quadro desalentador que se instaurara em nossas telecomunicações:

Lei 4117 de 27 de agosto de 1962:

- Instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações.
- Criou o Conselho Nacional de Telecomunicações.
- Criou o Fundo Nacional de Telecomunicações.
- Autorizou a criação de Empresa Pública para implantar e explorar os troncos interestaduais de comunicações.

Em suma, foram definidos: o órgão normativo das telecomunicações brasileiras, os recursos para implantação das telecomunicações em âmbito nacional, e entidade executora dessa implantação.

Decreto nº 52.859 de 18 de novembro de 1963:

- Aprovou o Plano Nacional de Telecomunicações, que estabeleceu o con-

junto das medidas necessárias à implantação de um sistema de telecomunicações integrado, capaz de satisfazer às necessidades do desenvolvimento e da segurança nacionais.

- c) *Constituição da EMBRATEL por escritura pública de 16 de setembro de 1965.*
- d) *Aquisição da CTB pela EMBRATEL, em junho de 1966 (80% da telefonia nacional).*
- e) *Criação do Ministério das Comunicações, em 25 de fevereiro de 1967 – Decreto-Lei 200.*

Tão logo foi constituída, a EMBRATEL empenhou-se nas atribuições que lhe foram cometidas, basicamente as seguintes:

- Implantar, expandir e operar os troncos interestaduais, estações terrenas de comunicações via satélite, e demais meios de telecomunicações:

a) *Necessários à constituição de redes nacionais de:*

- Telefonia
- Telegrafia (inclusive telex)
- Televisão
- Estações Costeiras
- Comunicações de Dados

b) *Que constituem as conexões internacionais do país, excetuadas as ligações fronteiriças.*

- Explorar industrialmente os meios de telecomunicações por ela operados.

Obs.: Os serviços de telex e de comunicação de dados são integralmente explorados pela EMBRATEL.

Agindo com a presteza que se impunha à recuperação do grande atraso que marcava nossas telecomunicações, a EMBRATEL apresentou resultados realmente brilhantes, no período que vai de sua criação à conclusão da estrutura da Rede Básica do Sistema Nacional de Telecomunicações. Suas realizações, nessa fase, bem o demonstram:

ANO	EVENTO
1969	– FEV 28. Inaugurada a Estação Terrena de Tanguá, para comunicações via satélite.
1969	– MAR 26. Inauguração do Tronco Sul – (Curitiba/Porto Alegre).

ANO	EVENTO
1970	— JUL 03. Inauguração DDD Porto Alegre/São Paulo.
1972	— FEV 10. Realização da 1ª transmissão de TV a cores no Brasil (Festa da Uva — Caxias do Sul).
	— OUT 27. Conclusão da estrutura da Rede Básica do Sistema Nacional de Telecomunicações: Inauguração do tronco Porto Velho—Manaus.

5. O Sistema TELEBRÁS

Em novembro de 1972 foi constituída a Telecomunicações Brasileiras S.A. TELEBRÁS, como empresa "holding" das telecomunicações brasileiras, cujos objetivos iniciais foram os seguintes:

1. Criar uma subsidiária em cada Unidade da federação, com o encargo de implantar e operar os serviços de telecomunicações em sua área.
2. Reduzir as cerca de 800 companhias telefônicas existentes, tomando como meta uma empresa operadora por Unidade da Federação.
3. Uniformizar normas e procedimentos técnicos, operacionais, financeiros e administrativos.
4. Fixar prioridades de expansão e alocar recursos financeiros.

Para uma visão geral da estruturação básica das telecomunicações públicas no Brasil, a partir da instituição da TELEBRÁS, apresentamos no Anexo I o organograma básico do Ministério das Comunicações.

Completando a exposição sobre o histórico das telecomunicações brasileiras, alinhamos a seguir os eventos que descrevem a ação da EMBRATEL, desde que passou à condição de subsidiária da TELEBRÁS:

EMBRATEL — EVENTOS MARCANTES (1973—1978)

ANO	EVENTO
1973	— 05 DE MAIO. Inauguração do cabo Submarino BRACAN I.
1974	— AGOSTO. Brasil passa ao 4º lugar em utilização de canais do sistema INTELSAT, com o aluguel de um "transponder" para comunicações domésticas.
	— 09 DE NOVEMBRO. Início de operações da Rede Nacional de Telex a cargo da EMBRATEL.

ANO	EVENTO
1975	<ul style="list-style-type: none"> 16 de SETEMBRO. (Data do 10º aniversário da EMBRATEL). Inauguração da 2ª antena de Tanguá. Comunicações via satélite. 10 DE NOVEMBRO. Inauguração da Discagem Direta Internacional (DDI).
1977	<ul style="list-style-type: none"> 16 DE MAIO. Inauguração da TV Executiva. 25 DE OUTUBRO. Inauguração do tronco São Paulo—Belo Horizonte, primeira rota alternativa da Rede Básica.
1978	<ul style="list-style-type: none"> MAIO. Inauguração das estações terrenas via INTELSAT, em Porto Velho, Rio Branco e Macapá (já existiam estações em Manaus e Boa Vista). Inauguração do enlace terrestre por microondas em visibilidade para a Argentina. NOVEMBRO. Inauguração do enlace terrestre por microondas para o Paraguai.

II. SITUAÇÃO ATUAL

1. Síntese do Sistema TELEBRÁS

A Tabela que mostraremos abaixo possibilita uma apreciação sintética da evolução do Sistema TELEBRÁS, ao longo dos seus seis primeiros anos de existência — 1973 a 1978:

ESPECIFICAÇÃO	1973	1977	1978
Municípios do País	3.951 —	3.974 (1%)	3.974 —
Municípios com Serviço Telefônico	2.174 —	2.738 (26%)	2.964 (8%)
Localidades com DDD	96 —	534 (456%)	878 (64%)
Canais de voz Interurbanos	28.463 —	107.097 (276%)	156.716 (46%)

ESPECIFICAÇÃO	1973		1977		1978	
Troncos trânsito Interurbanos	35.606	—	225.785	(534%)	278.500	(23%)
Telefones em Serviço	2.100.000	—	4.631.000	(120%)	5.343.000	(15%)

OBS.: Os percentuais são relativos à variação dos valores relativamente aqueles lançados na coluna antecedente.

A comparação dos valores das colunas 1973 e 1977 mostra eloqüentemente o alto nível de expansão verificado, em quase todos os aspectos considerados. No tocante aos telefones em serviço, é preciso acrescentar que totalizavam 1.200.000 em 1963. Resulta que os 2.100.000 existentes em 1973 representavam um crescimento de 75% em uma década. O crescimento de 120% verificado no período seguinte, de apenas 4 anos, entre 1973 e 1977, bem mostra como foi eficaz a ação da TELEBRÁS.

Não obstante, a tabela em exame também nos permite constatar o quanto ainda nos falta para atingir, em telefonia, níveis satisfatórios em termos nacionais. Basta-nos mencionar que 25% dos 3.974 municípios brasileiros existentes ao término de 1978, ainda não possuem serviço telefônico.

2. Sistema Básico Nacional

Os meios de transmissão utilizados no sistema nacional implantado e operado pela EMBRATEL, são:

- microondas ou visibilidade
- microondas em tropodifusão
- satélite

As microondas em visibilidade são caracterizadas por alta capacidade de tráfego, possibilitam a circulação de qualquer tipo de serviço de telecomunicações e, sobretudo, obediência às mais rígidas especificações internacionais.

As microondas em tropodifusão, pela economia que permitem no número de estações repetidoras, foram implantadas no norte e oeste do Brasil, em que as facilidades da rede rodoviária existente ainda não permitem, no grau desejável, o apoio aos equipamentos daquelas estações. A técnica de tropodifusão, porém, é restritiva quanto a capacidade em canais telefônicos a transmitir (60 canais, expandíveis até 96, nos troncos Campo Grande—Porto Velho, Rio Branco—Porto Velho e Porto Velho—Manaus; e 120 canais, expandíveis até 156, no tronco Manaus—Belém).

A utilização de comunicação via satélite, foi o recurso adotado, no Sistema Básico, para atingir as localidades com grande demanda de tráfego, mas sem facilidade

des de acesso rodoviário suficientes para a implantação de troncos de microondas. Com estações terrenas de pequeno porte foi possível reforçar o sistema nacional em Manaus, Porto Velho e Boa Vista, com capacidade para trafegar todos os serviços. Em Rio Branco e Macapá, as estações existentes somente permitem, no momento, a recepção de programas de televisão. Não obstante, até 1981, dez outras localidades receberão estações terrenas e, juntamente com as cinco atuais, formarão uma rede operando todos os serviços de telecomunicações.

A evolução do tráfego nacional de telefonia, cursado pelo Sistema Básico, que vimos de examinar, está expressa em milhões de chamadas completadas a cada ano. É importante assinalar o crescimento notável das chamadas feitas com o auxílio do DDD (Discagem Direta à Distância), desde a introdução dessa facilidade.

Sobre esse serviço básico à integração nacional, é digno de nota o comportamento da variação das tarifas telefônicas comparativamente à da inflação. Para o período 01.01.73 a 01.03.79, os serviços telefônicos não se constituíram em fator inflacionário.

3. Sistema Internacional

Os meios de transmissão utilizados no Sistema Internacional são os seguintes:

- Satélite
- Cabo Submarino
- Microondas em Visibilidade
- Redes em Ondas Curtas

Através das estações terrenas internacionais Tanguá I e Tanguá II é realizada a transmissão e recepção de todos os serviços de telecomunicações com o exterior através de 498 circuitos de voz e 2 canais exclusivos para TV. O cabo submarino BRACAN - 1, que interliga Recife à ilha Gran Canária, no Arquipélago das Canárias, e que tem 5.000 Km de extensão e capacidade para 160 circuitos em voz, permite todos os serviços, à exceção da televisão.

Para a comunicação com Argentina e Paraguai a EMBRATEL inaugurou, em 1978, como já foi mencionado no histórico, um sistema de microondas em visibilidade, fazendo a conexão de Foz do Iguaçu a Puerto Iguazu e a Presidente Stroessner.

Bolívia e Uruguai, atualmente, ainda são atingidos mediante a utilização de rádio em ondas curtas.

O tráfego de telefonia, a partir do início da operação internacional da EMBRATEL, quando da inauguração da Estação Terrena de Tanguá, em 1959, evoluiu. Chamamos a atenção para o crescimento rápido do tráfego na DDI (Discagem Direta Internacional), desde sua inauguração em 1975.

4. Telex Nacional

O Serviço de Telex, operado pela ECT anteriormente a 1974, é prestado pela EMBRATEL mediante a Rede Nacional de Telex que conta atualmente com 52 centrais telex em operação. O número de assinantes evoluiu, desde 1974, conforme indica o gráfico dos terminais em serviço.

Quanto ao tráfego nacional de telex, sua evolução está indicada, em milhões de minutos tarifados.

5. Telex Internacional

Serviço de grande importância nas comunicações internacionais, a evolução do respectivo tráfego registra uma tendência de crescimento.

É digno de menção a correlação nítida existente entre o tráfego internacional (em especial do serviço telex) e o volume de exportações e importações de um país. Esse fato é ilustrado, para o período 1970-1976, na correlação entre os valores do tráfego internacional de telex e o total Exportações + Importações brasileiras, ambas para a Europa.

6. Televisão

Constituída por 30 centros de televisão, a Rede Nacional de Televisão implantada e operada pela EMBRATEL, permite que os programas gerados pelas emissoras das redes comerciais existentes sejam levados às capitais de todas as unidades de federação. Utiliza-se da transmissão por microondas em visibilidade, e também de transmissão via satélite INTELSAT, no caso das capitais da região amazônica.

Em cada localidade servida, o Centro de Televisão da EMBRATEL é interligado às emissoras existentes por enlaces de microondas especiais.

7. Serviço Móvel Marítimo

Prestado pela Rede Nacional de Estações Costeiras implantada pela EMBRATEL, oferece facilidades de comunicação tanto para navios de pequeno porte, navegando em mar territorial brasileiro, como para navios de maior porte, com alcance mundial.

A Rede Nacional de Estações Costeiras é constituída de 16 estações, a saber:

- Uma estação principal, localizada no Rio de Janeiro, com alcance mundial;
- Três estações regionais, com alcance aproximado de 1.500 Km, que se localizam em Belém, Recife e Rio Grande;

- Dez estações locais, com alcance de cerca de 400 Km, localizadas em Manaus, Santarém, São Luís, Fortaleza, Natal, Salvador, Ilhéus, Vitória, Santos e Itajaí;
- Duas estações locais restritas, cujo alcance é limitado a cerca de 80 Km, situadas em Paranaguá e Porto Alegre.

O tráfego do serviço móvel marítimo, que oferece transmissão e recepção tanto em telegrafia como em telefonia, tem evoluído. Compõem esse tráfego: telegramas, telexogramas, fonogramas e telefonia, quer comerciais, quer gratuitos, no caso de mensagem relacionadas com a segurança da vida do mar.

III. PERSPECTIVAS FUTURAS

A situação atual das telecomunicações brasileiras, que acabamos de examinar, evidencia sem dúvida um progresso notável, no período de apenas quinze anos, decorridos desde a retomada de seu desenvolvimento.

Para concluir nossa exposição resta-nos, porém, responder a questão: o estágio de desenvolvimento atingido é compatível com nossas necessidades atuais e futuras? É o que procuramos fazer a seguir, focalizando cada um dos serviços de telecomunicações da maior significação econômica e social.

1. Telefonia

É, e continuará sendo no futuro, segundo todas as melhores previsões, o serviço de maior valor social. Por essa razão parece-nos que o indicador mais expressivo para avaliação das necessidades em telefonia é o que mede a existência de telefones nos domicílios residenciais.

Desafios:

- a) Aumentar a penetração do serviço em termos de telefones por domicílios residenciais.*

Estimando esse indicador, com base em projeções feitas sobre estatísticas do IBGE obtivemos, para 1979, o valor de 1,6 telefones para cada 10 domicílios residenciais, em nosso país.

Considerado o estágio de desenvolvimento que atravessamos, a consulta a pesquisas da União Internacional de Telecomunicações (U.I.T.) permite-nos estimar que deveríamos dispor, hoje, de 6 telefones para cada 10 domicílios.

- b) Completar a cobertura nacional em termos de municípios.*

Recordamos os números anteriormente apontados: dos 3.974 municípios existentes no país, 2.964 são atendidos por serviço telefônico. Resta-nos pois colocar o serviço à disposição dos 1.010 municípios restantes.

c) Garantir facilidades para aperfeiçoar a qualidade do serviço.

A consideração de alguns dos principais indicadores da qualidade de serviço telefônico mostra que ainda devemos melhorar nosso padrão de qualidade. Os valores atingidos no Japão, que tem a melhor qualidade de serviço no mundo, são mostrados como termo de comparação:

Taxa de Chamadas Completadas*
(média anual — 1978)

	Brasil	Japão
— Serviço Local	57%	75%
— DDD Intra-Rede	45%	70%
— DDD Nacional	36%	70%

(*) Mede a relação do número de chamadas completadas para o número total de chamadas tentadas, na hora de maior movimento do tráfego telefônico.

2. Telex

A importância do telex está em ser ele o serviço mais acessível para a melhoria da eficiência dos negócios — comércio, indústria e serviços.

Desafios:

a) Aumentar a penetração geográfica do serviço

Os valores registrados, para fevereiro de 1979, acusam ter sido atingido um total de 21.115 assinantes no Serviço telex, distribuídos por 291 localidades. Evidencia-se pois que temos ainda muito a fazer na expansão do telex.

b) Reduzir tempo de espera dos candidatos a assinantes da Rede Nacional de Telex.

Ao término do mês de fevereiro de 1979 existiam 14.537 inscrições de candidatos a usuários do serviço, pendentes de atendimento.

c) Garantir facilidades para que se mantenha a qualidade do serviço

O padrão de qualidade atingido pela EMBRATEL, na prestação desse serviço, pode ser avaliado por alguns dos respectivos indicadores — (média anual — 1978):

- 1) Reclamações/100 assinantes* 41%
- 2) Atendimento de Reparação em
Linha Privada (em até 72 hs.) 63%
- 3) Atendimento de Reparação em
Teleimpressor (em até 12 hs.) 97%

(*) Relaciona o número de reclamações iniciais feitas pelos assinantes, no mês, ao número de terminais em serviço no último dia do mês.

Os indicadores (1) e (2) carecem de melhoria. No caso do segundo deles, "Atendimento de Reparação em Linha Privada", é oportuno esclarecer que embora a EMBRATEL seja a prestadora do serviço, a linha telefônica privada que liga as instalações do assinante à central telex da EMBRATEL, em uma localidade, é fornecida pela empresa telefônica local.

3. Televisão

Compete à EMBRATEL implantar, expandir e operar o serviço de transmissão de sinais de televisão entre os Centros de TV que constituem a Rede Nacional por ela operada. As dimensões atuais da Rede atendem satisfatoriamente às necessidades.

A meta de expansão do serviço é função do comportamento das emissoras usuárias. Assim ampliações futuras serão necessárias à medida que cresça o número de redes de emissoras.

4. Móvel Marítimo

A Rede Nacional de Estações Costeiras teve sua implantação concluída em 1978, com a entrada em serviço da 16ª e última das estações previstas, a estação costeira de Natal.

O desenvolvimento futuro relaciona-se com a adoção da tecnologia de comunicações por satélite no serviço móvel marítimo. A rigor, essa etapa está encetada pois o Brasil associou-se ao Consórcio Internacional INMARSAT, que foi constituído para implantar e explorar os satélites que serão utilizados no serviço.

5. Comunicação de Dados

Trata-se do serviço que deverá apresentar maior crescimento na próxima década. Nos países mais adiantados a informação vai se tornando no bem de maior importância para o prosseguimento do desenvolvimento sócio-econômico. Nossa sociedade, também, já vem sentindo os reflexos da era da informação, e preocupa-se em suprir-se dos meios necessários ao processamento de informações (informática) e de sua transmissão (comunicação de dados).

Desafios:

- a) *Colocar meios de comunicação de dados disponíveis na razão da demanda manifestada.*

A EMBRATEL já se prepara para implantar as primeiras redes de comunicação de dados, em âmbitos estadual e nacional. Empenha-se, também, em pesquisa de mercado para levantamento, em profundidade, da demanda por esses serviços.

- b) *Dar prioridade a serviços com forte conotação social.*

As necessidades sociais como assistência médica e sanitária, utilização em programas de educação, etc., podem ser altamente beneficiadas pela utilização de

serviços de comunicação de dados. A exemplo do que já fazem vários países desenvolvidos, devemos proporcionar-lhes com prioridade os serviços de comunicação de dados.

c) Servir de alavanca à dinamização do setor.

O próprio Sistema de Telecomunicações de nosso país receberá importante contribuição dos serviços de comunicações de dados, que influirão decisivamente para maior eficiência dos processos administrativos e de controle da operação do sistema. Terão também papel importante na geração de recursos próprios para expansão do setor telecomunicações.

6. Outros Serviços

A introdução de novos serviços, ou sofisticação dos já existentes, é altamente dependente da demanda dos usuários e da disponibilidade de recursos técnicos e financeiros.

Dentro dessa linha de serviços, a EMBRATEL já vem prestando os seguintes:

- TV Executiva — Grandes empresas e instituições governamentais, com escritórios em diferentes cidades, podem efetuar reuniões sem que os participantes tenham que deslocar-se para uma mesma localidade. O serviço põe a sua disposição estúdios instalados em 27 cidades, para se comunicarem via televisão.
- Acesso a Banco de Dados — Via Rede Nacional de Telex, os usuários do serviço podem consultar bancos de dados, a exemplo do que já ocorre com a Bolsa de Valores de São Paulo e a UNICAMP.

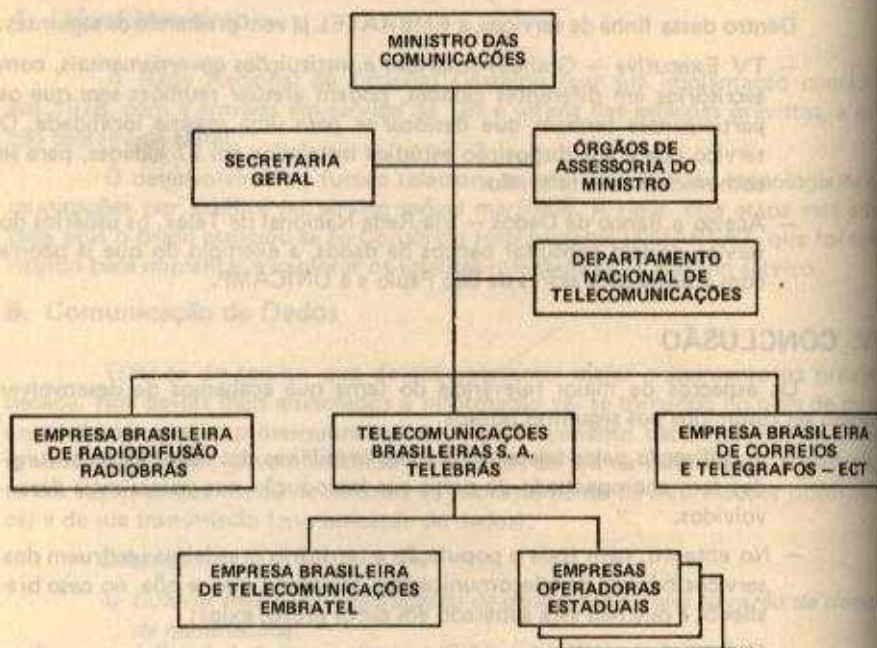
IV. CONCLUSÃO

Os aspectos de maior relevância do tema que acabamos de desenvolver podem ser resumidos nos seguintes pontos:

- A utilização pelas telecomunicações brasileiras das novas técnicas surgidas tem acompanhado de perto sua introdução nos países mais desenvolvidos.
- No entanto, nem toda a população e território brasileiros usufruem dos serviços básicos de telecomunicações. O desafio que se põe, no caso brasileiro, e que não será superado em curto prazo, exige:
 - 1) Estender a todo o território e a toda a sociedade brasileiros, a utilização dos serviços básicos de telecomunicações na medida da respectiva demanda.
 - 2) Por à disposição da comunidade brasileira, os novos serviços de telecomunicações necessários ao seu ingresso na sociedade de informação, antes que sua falta venha a prejudicar a continuidade do desenvolvimento nacional.

ANEXO I

**ORGANOGRAMA SIMPLIFICADO DO
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**



— “Se as forças e recursos do país não permitem a execução de tudo que prescreve a Arte da Guerra, atenda-se ao mais urgente, para ser mantido em respeito o território nacional”. (Fonte: Carta ao Dr. Cristiano Ottoni em 31 ago 1873).

Princípio da Segurança: “Pelas Informações (o máximo conhecimento da Missão, Terreno, Inimigo e Meios). Pelo dispositivo (reserva, compatível, etc) e pela Contra-Informação...”

— “Qualquer que seja o ataque, *devemos ter um ponto que nos sirva de apoio em qualquer que seja a emergência*”. (Fonte: Parecer do Conde D’Eu em 3 jul 1869). O referido ponto forte na Batalha de Tuiti foi constituído pela 3ª Divisão de Infantaria ao comando do General Sampaio).

— “As notícias podem ser falsas, mas é bom prevenir-se” (Fonte: Carta a David Canabarro em 1865).

— “Ao preparar uma ação ofensiva é preciso considerar que o inimigo muitas vezes também pensa atacar e, por isso, devem-se tomar as devidas cautelas”. (Fonte: referido pelo General Bartolomeu Mitre — Presidente da República Argentina).

— “Não sou inclinado à divisão de forças, e mormente forças novas, *porque ainda me recordo da Guerra Cisplatina 1825-28*”. (Fonte: Carta a Caxias, 15 abr 1867).

— “Um combate desigual, por condições de terreno e porque o inimigo ameaça nossas comunicações, é sempre perigoso, tanto mais, que uma retirada nem sempre é possível por maus caminhos que por ele podem ser cortados”. (Fonte: Carta ao General D. José Suarez em 18 fev 1866).

— “Uma informação pode não ser exata, convém pois acautelar-se”. (Fonte: Carta ao Ministro da Guerra em 28 mai 1865).

— “A maior de todas as dificuldades na guerra é a desmoralização que lavra, resultado de notícias exageradas e das apreciações mal feitas pela Imprensa, dos recursos e poder do inimigo”. (Fonte: Carta a seu filho Fernando).

— “A correspondência por telegrama é perigosa porque é fácil de falsificação e não chega ao destino com a assinatura de quem a expede”. (Fonte: Carta a Bordini, 28 mai 1879).

— “A vanguarda deve ser tão forte que dê tempo, sem perigo, à reunião dos recursos longínquos de que se possam dispor”. (Fonte: Parecer ao Dr. Câmara de 18 ago 1873).

Princípio da Manobra: “Através de movimentos rápidos e seguros colocar nossos meios em melhor posição face ao inimigo”.

— “O projeto de manobra que não assenta no cálculo exato das forças que a deve efetuar é caduco por si mesmo”. (Fonte: Parecer do Conde D’Eu em 3 jul 1869).

— “O inimigo está dividido, aproveitemos o seu erro. Vamos nos reunir na campanha ou cá dentro, e ver se o conseguimos bater por partes.” (Fonte: Parecer na Guerra Farroupilha).

— “É preciso manobrar como as circunstâncias aconselham, até ter forças para derrotar o inimigo”. (Fonte: Carta a David Canabarro em 1865, quando da invasão do Rio Grande pelo Paraguai).

— “É perigoso amoldar o plano de campanha à vontade do inimigo”. (Fonte: Carta a David Canabarro em 1865, quando da invasão do Rio Grande pelo Paraguai).

— “A primeira condição para uma boa cavalaria é a velocidade e esta depende da excelência dos cavalos”. (Fonte: Carta a Caxias de 15 abr 1867).

— “Nunca se deve descuidar de manter a capacidade de movimento de um exército, e muito menos enfraquecê-lo na sua Cavalaria. O inimigo de quem isto não se pode esconder, mesmo batido, tudo ousará para manter elevado o próprio moral” (Fonte: Carta ao Barão de Muritiba de 15 de abr 1869).

— “A estrada de ferro é o único meio para manobrar-se com rapidez, ou seja, para defesa ou para a invasão”. (Fonte: Parecer do Dr. Enbank Câmara em 18 ago 1873).

Princípio Ofensiva: “Só a atitude ofensiva conduz à vitória. Atitudes ofensivas na ofensiva, etc. Combater é atacar e contra-atacar para conquistar, manter iniciativa e impor a vontade ao adversário...”

— “É preciso combater para vencer e por algum ponto deve-se atacar com todas as forças disponíveis”. (Fonte: Parecer do Conde D’Eu em 3 jul 1869).

— “O adversário é que irá nos ensinar o caminho de Assunção, cabendo a nós remover os óbices da estrada”. (Fonte: Ofício ao Almirante Tamandaré de 6 fev 1866).

— “Asseguro-lhe que sobra desejo e não faltará empenho de minha parte para logo que as circunstâncias o permitam, tentar algum golpe sobre o inimigo, só recuando diante do impossível”. (Fonte: Carta ao Ministro da Guerra, 1865).

— “O Governo Imperial bem terá entendido que a defesa de nossa fronteira será eficaz se tivermos meios prontos de invadir o território inimigo”. (Fonte: Parecer ao Dr. Ewbank da Câmara em 18 ago 1873).

— “É preciso energia. A guerra não se faz com abraços”. (Fonte: Carta ao Ministro da Guerra, dez 1866).

— “As dificuldades não me quebrantam o ânimo”. (Fonte: Carta ao Ministro da Guerra, dez 1866).

— “Adiante leões!... Carreguem camaradas! Acabem com este resto! Mande uma carga camaradas!” (Fonte: Estímulos aos soldados brasileiros em Tuiuti, Avaí).

Princípio da Unidade de Comando: "Qualidades de Chefia e condições legais e estruturais (comunicações) para o exercício do comando em toda a sua plenitude. Disciplina intelectual dos executantes de uma operação..."

— "Uma nação dividida e desconfiada de seu governo é fraca para uma grande guerra externa". (Fonte: Carta a Silveira Martins de 28 out 1872).

— "Nenhum general pode prestar serviços verdadeiros e reais e desagrar a nação se não contar com o apoio do país, o qual é a verdadeira força". (Fonte: Discurso em Porto Alegre, 1871).

— "O soldado deve ter sempre em mente as leis militares, para não incorrer em faltas, para reconhecer seus deveres e saber até onde vai o seu direito. *Deve fielmente cumprir as ordens que lhe dão e, sendo possível, em menos tempo que o que lhe foi marcado*". (Fonte: *História do General Osório*).

— "Quando não há capacidade, se todos ajudarem um pouco, faz-se muito". (Fonte: Carta ao compadre Mascarenhas, 22 ago 1876).

Princípios da Economia de Meios: "Distribuição judiciosa e compatível de meios disponíveis por todas as ações".

— "A proporção das forças das diversas armas deve corresponder à natureza da guerra e dos meios de que dispõe o inimigo". (Fonte: Ofício ao Ministro da Guerra, 27 jun 1865).

Princípio da Simplicidade: "Manobra, planos e ordens simples transmitidos aos executantes, com clareza, precisão e concisão e facilmente entendidos por todos os executantes..."

— "É fácil a missão de comandar homens livres: basta mostrar-lhes o caminho do dever. Camaradas vosso caminho está aí à frente". (Fonte: Ordem do Dia em Passo da Pátria em 15 abr 1866).

— "Eia Camaradas! aqui só há Deus e as nossas armas!" (Fonte: Contado pelo Cel Joaquim Azevedo sobre expressão usada por Osório ao repelir ataque em Passo da Pátria).

— "Qualquer que seja o ataque devemos ter um ponto forte que nos sirva de apoio em qualquer circunstância". (Fonte: Parecer do Conde D'Eu em 3 jul 1869).

Osório, a Estratégia e a Logística

A seguir alguns pensamentos de Osório relacionados com a Estratégia Militar e a Logística.

Estratégia Militar: Consiste nas atividades de planejamento, preparação e aplicação dos meios militares do Poder Nacional, para promover o emprego da Força, esta, tradução dinâmica da vontade de vencer uma guerra na hipótese considerada e em acordo com a Doutrina Militar decorrente. (Um conceito).

— “A junção de diferentes colunas, nas proximidades do inimigo é sempre perigosa, quando este pode rechacá-las uma após outra, quando não se sabe a força que ele dispõe e não se pode calcular ao certo o tempo que é necessário para o movimento das mesmas”. (Fonte: Parecer do Conde D’Eu, 3 Jul 1869).

— “Esta marcha estratégica nos separa bastante de nossa base de operações, mas deve prejudicar muito o inimigo o aparecimento de nossas forças no centro de seus recursos e em sua linha de retirada e, com isso, poderemos em um só combate conseguir o fim da guerra”. (Fonte: idem anterior).

— “O Humaitá ainda resiste, porém em estreito sítio e creio que ele caído pouco durará a guerra”. (Fonte: Carta a filha — *História do Gen. Osório*, Vol. 2, p. 432).

— “A estrada de ferro é o único meio conhecido para manobrar-se com rapidez, ou seja, para a defesa ou para a invasão”. (Fonte: Parecer ao Dr. Ewbank da Câmara em 18 ago 1873).

— “A construção de estradas de ferro será sempre o principal meio de defendermos a fronteira, ou seja, para desconcertarmos os planos do inimigo”. (Fonte: idem anterior).

— “As estradas de ferro devem formar um sistema estratégico”. (Fonte: Parecer ao Dr. Cristiano Ottoni em 31 Ago 1873).

— “O inimigo está dividido, aproveitemos o seu erro. Vamos nos reunir na campanha ou cá dentro (de Porto Alegre) e ver se o conseguimos bater em detalhe.

— “Falou-se muito em atacar Humaitá, porém hoje esta idéia está arrefecida. Não me parecia razoável atacar-se essa fortificação permanente; porque contém ela elementos tais de defesa que não seria acessível ao ímpeto de nossas baionetas, e então ficaria o Exército Aliado desmoralizado completamente. Para exemplo não nos basta a hecatombe de Curupaiti?” (Fonte: Carta ao filho Fernando, 29 mai 1868).

Logística: É a parte da ciência e da Arte Militar encarregada de prever para prover. Prever, ou seja, planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar a produção ou aquisição de suprimentos e serviços necessários às operações militares. Prover e fornecer suprimentos ou prestar serviços no local, hora e quantidades previstas essenciais à vida de uma força em campanha.

— Ao testemunhar sobre uma amarga experiência, como Alferes do 3º RC, durante a guerra da Cisplatina 1825-28, no Acampamento Real da Carolina em Santana, concentração do Exército até o Marquês de Barbacena assumir o comando:

“Na concentração em Santana, enterrou-se mais de 700 soldados mortos quase à fome, no estado mais deplorável, sem medicamentos, sem hospitais. Tudo era miséria. Eu vi muitas vezes, quando se retiravam os batalhões do exercício, deixarem nas linhas das diferentes manobras soldados como se estivessem mortos no campo de batalha, tendo caído em seus postos, semi-vivos, extenuados de fome.

Eles não tinham um pouco de farinha nem sal; o seu sustento diário eram duas libras de carne assada. E estávamos senhores de nosso território! As carretas não tinham condutores, porque estes estavam em armas, eram os primeiros soldados que para ali se chamaram. De maneira que o general (Massena Rosado) estava sitiado no seu próprio país e vendo seus soldados morrerem de fome! Ainda há de haver alguns desse tempo, tão velhos hoje como eu, então bem moços". (Fonte: SANTOS, *Osório*, p. 20).

— "As munições e mais artigos de guerra de que necessita o Exército devem ser abundantes para o que devem haver depósitos fixos e móveis". (Fonte: Ofício ao Ministro da Guerra em 27 jun 1865).

— "Combater é o menos enquanto a fortuna ajuda. O difícil é depois acomodar os feridos, enterrar os mortos, reorganizar tudo, não tendo fartura de meios". (Fonte: MAGALHÃES, *Osório*, p. 318).

— "Convém que o depósito de pessoal esteja próximo do Exército, para que as baixas possam ser facilmente preenchidas". (Fonte: Ofício ao Ministro da Guerra em 18 nov 1865).

— "O oficial baixado no hospital perde a gratificação adicional, perde o meio soldo, perde a etapa, porém não diminui o ventre dele nem o dos filhos". (Fonte: Discurso no Senado em 13 set 1877).

— "Nesta terra o cavalo ou boi que não é tratado a milho e a alfafa morre sem remédio". (Fonte: Carta à esposa em 17 ago 67).

— "Neste lugar onde estou acampado (arroio Santa Luzia) vi o Exército do Brasil em 1823, combatendo quase todos os dias nu. O próprio General sofria o que todos tinham — muquiranas. Duas libras de carne magra eram a ração do soldado; e calçado era de pelego; o soldo pagava-se de 15 em 15 dias (Fonte: MAGALHÃES, *Osório*).

Da análise do pensamento militar do General Osório conclui-se da grande ênfase que emprestava aos princípios de guerra da Massa, da Segurança e da Manobra.

BIBLIOGRAFIA

1. BARROSO, Gustavo. *O Centauro dos Pampas*. Rio, 1932.
2. BENÍCIO DA SILVA, Valentim, Gen. *Osório*, Bibllex, 1939.
3. BENTO, Cláudio Moreira, maj. *A Grande Festa dos Lanceiros*. Recife, UPPE, 1971 (Alusão à inauguração do Parque Histórico Mar. Osório).
4. IDEM. Em defesa da Memória do Coronel de Dragões Thomaz Luiz Osório (trabalho inédito a ser doado ao Parque Osório).

5. CALMON, Pedro. Osório. *Revista do Clube Militar*. 1973.
6. CERQUEIRA, Dionízio, Mar. *Reminiscências da Guerra do Paraguai*. Rio, Bibliex, 1958.
7. FIGUEIREDO, João Batista de Oliveira, Maj. A Batalha de Tuiuti. *Defesa Nacional* nº 420, mar 1949, pp. 125/133.
8. FIGUEIREDO, Lima, Cel. *Grandes Soldados do Brasil*. Rio, Bibliex 1939.
9. HOMEN DE MELLO. Francisco Marcondes. Notas Históricas sobre o General Osório. RIHGB. Tomo LXIV.
10. MAGALHÃES, João Batista, Cel. Osório — *Síntese de seu perfil histórico*. Rio, Bibliex, 1978.
11. OSÓRIO, Fernando Luiz. *História do General Osório*. Rio, 1894. V. 1 (o autor é filho do General Osório).
12. OSÓRIO, Joaquim Luiz e Fernando Luiz. *História do General Osório*. Rio, 1915. V. 2 (os autores são netos do General Osório).
13. OSÓRIO, Fernando Luiz. *Sangue e alma do Rio Grande*. Porto Alegre, Ed. Globo, 1937.
14. RUAS SANTOS, Francisco, Cel. *Osório*. Rio, Bibliex, 1967.
15. SILVA, Alfredo Pretextato M. da, Cap. *Generais do Exército Brasileiro*. Rio, Bibliex, 1940. 2 V.
16. TAUNAY, Visconde. *Memórias*. Rio, Bibliex, 1960.
17. IDEM. *Diário do Exército 1869-70*. Bibliex, 1959.

BIBLIOGRAFIA



CONHECENDO O INIMIGO INTERNO

A REVOLUÇÃO COMUNISTA

A. de Lannes

Da revolução democrática começaremos a passar imediatamente, na medida das nossas forças, das forças do proletariado consciente e organizado, à revolução socialista. Nós somos partidários da revolução ininterrupta. Não ficaremos na metade do caminho.

LENIN — “As duas táticas” — 1905

O PLANO REVOLUCIONÁRIO

LENIN dizia que “sem teoria revolucionária não podia haver movimento revolucionário” e, que, “só um partido dirigido por uma teoria de vanguarda pode cumprir sua missão de combatente de vanguarda”.

Esta expressão “teoria revolucionária” não significa exatamente o que muitos pensam, isto é, o conjunto das idéias marxistas consubstanciadas no materialismo histórico e dialético. “Teoria revolucionária”, era para LENIN, na verdade, a operacionalização das grandes linhas fixadas por MARX, de modo a adequá-las ao entendimento dos grupos de ação revolucionária de qualquer nível.

É, portanto, um *plano revolucionário* de tomada do poder, apoiado na ideologia marxista, adaptada ao local e ao momento da ação revolucionária.

Em face do sucesso do golpe de outubro de 1917 na RÚSSIA e da criação da III INTERNACIONAL, os comunistas do mundo inteiro passaram a ter, um modelo a seguir e uma matriz para apoiá-los e orientá-los. Com o correr dos tempos e a comunização de boa parte do mundo, o sistema de relacionamento entre os comunistas foi sendo modificado no plano internacional. Surgiram outros centros de irradiação e agravaram-se, em certas ocasiões, as divergências ideológicas no que se refere à forma de conduzir a ação revolucionária. Permaneceram todos, porém, dentro do mesmo objetivo final: “constituir um sistema socialista mundial”, entendendo-se, a expressão “socialista”, como o fazem os comunistas: um mero estágio para a implantação do comunismo. Socialismo é, portanto, aí, sinônimo de ditadura do

proletariado que, na prática, é a ditadura do Partido Comunista, ao qual é submetido o próprio proletariado. Quanto ao que eles pretendem com a expressão comunismo — o paraíso terrestre na prática ainda não se pode verificar, pois, todos os países dominados por Partidos Comunistas, ainda não atingiram, segundo dizem, o comunismo em toda a sua plenitude, como "fase superior do socialismo". Estão na fase "transitória" do socialismo para o comunismo...

Utilizando os dogmas marxistas da modificação dialética da sociedade e da inevitabilidade da revolução comunista face aos aspectos do materialismo histórico, os comunistas têm conseguido ludibriar um mínimo suficiente de adeptos e impor sua ditadura, nesses últimos sessenta anos, em quase metade do mundo.

Aproveitando as fraquezas e os interesses contraditórios presentes em países de organização política incipiente, e mesmo, em países de organização política consolidada, os comunistas vêm trabalhando continuamente, apoiados por um forte esquema promocional, no desenvolvimento do plano revolucionário a serviço da expansão da influência do Estado Soviético.

Ainda que insistisse na idéia da "revolução ininterrupta", LENIN sempre deixou bem claro que o plano revolucionário poderia comportar fases que seriam caracterizadas e dimensionadas conforme a situação com que se defrontasse a "revolução", isto é, de acordo com a "situação concreta". Estas duas últimas palavras constituem um jargão exaustivamente repetido pelos marxistas-leninistas, declarados ou encapuçados. A percepção dessa "situação concreta" é obtida, pelos comunistas, através de uma "análise da sociedade" que definirá todos os aspectos fundamentais da "revolução".

A "Análise da Sociedade"

De uma forma bem sumária e esquemática podemos dizer que esta "análise" representa, antes de tudo, um jogo de cartas marcadas. O resultado vai indicar sempre o procedimento que a matriz já decidiu para aquele satélite e o grupo dirigente já incorporou, precisando, apenas, ser "oficializado" por um documento oficial do partido, de modo bem burocrático e burguês. É um componente teórico que apenas justifica o que foi decidido.

Os comunistas vinculados ao Partido Comunista da União Soviética — PCUS — sempre concluirão que, em face da "situação concreta", o Brasil é um país agroindustrial, com relações capitalistas adiantadas em determinados segmentos da economia, com parte da agricultura já atuando em termos capitalistas, com contradições destacadas entre "o imperialismo internacional" e os interesses nacionais, etc.

Os comunistas seguidores do Partido Comunista da China — PCCh — lendo pela experiência rural de MAO-TSE-TUNG forçarão a "análise" caracterizando a importância da área rural e a inevitabilidade da luta armada nos termos da "guerra prolongada", iniciada por uma guerrilha rural.

Os comunistas simpatizantes de TROTSKY irão buscar nos seus escritos a sentença radical de que a contradição mais importante é a existente entre o capita-

e o trabalho e que só será vencida pela Teoria de Revolução Permanente, consubstanciada na luta armada, iniciada por grupos seletos — estudantes, intelectuais e operários de nível superior, com base nos centros urbanos e apoio no meio rural.

As Classes

A análise dividirá a sociedade em classes separando-as em dois grupos fundamentais: opressores e oprimidos. Os primeiros serão latifundiários (proprietários rurais) e a burguesia entreguista, que é representada pelos empresários "a serviço dos monopólios internacionais". Alguns grupos ainda colocam a "burguesia nacional" — empresários que têm interesses divergentes dos monopólios internacionais" — como um dos inimigos a enfrentar.

Outros grupos comunistas acham que a burguesia nacional pode ser classificada como aliado secundário, ao qual não se deve dar muito crédito, pelo seu caráter oportunista e vacilante...

Ainda dentro da burguesia, está contido um segmento, composto de pequenos comerciantes, técnicos de nível médio, professores, profissionais liberais, funcionários públicos, etc, classificado como pequena-burguesia.

Os comunistas mais ortodoxos consideram a pequena-burguesia como progressista, mas admitem, também, seu caráter instável sob o ponto de vista político. Lênin, chegava mesmo, a classificá-la de oportunista e aventureira e, em determinadas ocasiões, prejudicial ao desenvolvimento do plano revolucionário. Os trotsquistas, entretanto, têm encontrado, nesses grupos, um grande apoio para as suas ações.

Os oprimidos são os proletários urbanos e rurais que constituem a classe operária e, segundo a teoria marxista-leninista, a classe revolucionária verdadeira. Aos proletários, junta-se o campesinato, isto é, camponeses que trabalham por conta própria em terras de sua propriedade ou dos latifundiários.

O Caráter da Revolução

A exceção dos trotsquistas que estabelecem radicalmente o caráter SOCIALISTA da Revolução desde o início do movimento, baseado na contradição final entre o capital e o trabalho, os outros grupos comunistas que atuam no Brasil, influenciados por Moscou, Pequim e Havana, entendem que existe uma etapa intermediária a ser vencida antes da Revolução Socialista, exatamente como Lênin ensinou, exaustivamente, baseado na experiência russa.

Assim, consideram que o caráter da revolução comunista no Brasil, na presente etapa, está subordinado às contradições existentes na atualidade brasileira e representadas pela presença do imperialismo internacional e pelas condições antidemocráticas da posse da terra, isto é, as ações da burguesia entreguista e dos latifundiários, sobre o povo.

Deste modo, o caráter da revolução, na atual fase, tem duplo aspecto: é nacionalista, na medida em que enfrenta o imperialismo internacional; e democrá-

tico, face a sua ação pela reforma agrária. Daí, a revolução ser caracterizada como Nacional—Democrática. Seria desnecessário argumentar que, em verdade, a revolução comunista não é Nacional nem Democrática. Primeiro, porque, aliena o país o subordina a uma Matriz e, segundo, porque exaure toda a forma de liberdade existente ou embrionária que caracteriza um regime democrático formado ou em formação.

O proletariado será a Força-Motriz e Fundamental da revolução, apoiado permanentemente pelo campesinato e pela pequena-burguesia. Segmentos da burguesia nacional poderão ser aliciados para esta etapa da revolução, cujo instrumento político principal seria uma FRENTE DE OPOSIÇÕES ao regime.

Somente depois de consumada a primeira fase serão abertos os caminhos para a etapa seguinte do movimento revolucionário, quando o agravamento das relações entre o capital e o trabalho, será superado pela revolução do tipo socialista.

É interessante comentar que os comunistas, quando fazem a proposta da Frente, declaram que há necessidade de se fixar um programa mínimo para o acordo político. Ao mesmo tempo, enfatizam que a composição de forças da Frente tem em vista a primeira fase da revolução comunista. Tudo isto acontece porque, para a fase seguinte, os segmentos da burguesia e os liberais sonhadores com a utopia serão aliados da respectiva Frente, que partirá para a estatização total da economia e a eliminação das liberdades fundamentais do homem.

As Formas de Luta

A ação da Frente, instrumento da revolução comunista, pode comportar dois procedimentos distintos e assim chamados: Via-Pacífica ou Luta Armada.

A Luta Armada será caracterizada pela ação de grupos de guerrilhas urbanas e rurais, como têm ocorrido em várias partes do mundo. Pode ser adotada desde o início do movimento ou a partir de determinada fase da ação política, quando os comunistas chegam à conclusão de que é preciso "derrubar" o regime pela força.

No Brasil, há poucos anos atrás, tivemos tentativas de vários grupos que pretenderam desenvolver um processo violento de guerrilha, tanto urbana como rural, inviabilizado, particularmente, pela falta de apoio da nação, e pela ação patriótica e eficiente das Forças Armadas e Auxiliares.

Os grupos mais expressivos da subversão adotaram, para o Brasil, atualmente, a tática da via-pacífica, também chamada de institucional ou política.

Consiste, basicamente, em fazer progredir o movimento revolucionário o mais possível dentro das normas legais, aproveitando as franquias democráticas existentes e procurando ampliá-las, para maior liberdade de ação.

Este plano será facilitado pela ação de uma Frente política de oposição, dentro do padrão das Frentes Amplas, Únicas, Unidas, Patrióticas, etc., empregadas pelos comunistas, há muito tempo e em todo o lugar.

Os comunistas estão sempre representados nesta Frente, de modo ostensivo ou clandestino, organizados em Partidos Comunistas ou não, dependendo das circunstâncias. É bom lembrar que os comunistas mantêm sempre uma estrutura clandestina, mesmo que legalizem o Partido Comunista. LENIN repetia constantemente que era preciso combinar as formas legais e ilegais de luta para conseguir maior vantagem contra o "Regime burguês" e, que, também os comunistas não deviam confiar muito na possibilidade de manter o Partido legalizado em todas as ocasiões.

A existência de uma estrutura clandestina permite manter a subversão em funcionamento mesmo sem a participação legal do PC. Por isso, considera-se enganosa a idéia de que a legalização do PC permite identificar claramente "quem é quem". A estrutura clandestina não desaparece nunca e os verdadeiros líderes não se arriscarão a se mostrarem no Partido legal. Só o farão depois de tomar o poder.

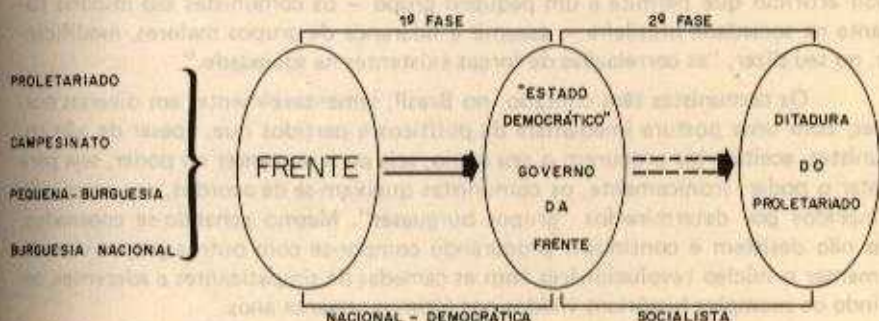
Objetivos a Atingir

O Objetivo final de um movimento comunista é, indiscutivelmente, a implantação do regime preconizado pelo referido movimento.

O caminho revolucionário pode exigir a conquista de inúmeros objetivos intermediários, particularmente no campo político, onde mais se desenvolve a ação subversiva.

No Brasil, os comunistas lutam firmemente pelos seguintes objetivos:

- constituir uma Frente;;
- levá-la ao poder, e
- implantar um regime que permita o prosseguimento mais livre das forças subversivas em busca da Revolução Socialista.



REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DO PLANO

Os diversos segmentos da sociedade brasileira não estão, evidentemente, organizados conforme as classes acima descritas e os comunistas sabem disso. Nessas condições, o trabalho político de aliciamento e de organização da Frente é feito a partir da estrutura sócio-política existente — órgãos de classe, partidos políticos, organizações de frente, etc — ao mesmo tempo em que se trabalha, no sentido de agrupar tais setores, através de instrumentos tais como, Central Sindical, Grupos de Estudos, Movimentos Políticos e Sociais, Associações de Bairros, etc. São as chamadas e conhecidas Organizações de Massas ou de Frente.

As Características da Atuação

Na presença de um regime autoritário a subversão age com o máximo de clandestinidade e se aproveita da própria falta de liberdade política para influenciar e aliciar não comunistas opositores ao governo e transformá-los em opositores ao regime.

De certa forma, a falta de liberdade política, isto é, a falta de democracia, alimenta a pregação comunista que fornece bandeiras que podem se transformar em aspirações nacionais.

Na fase inicial da ação política os comunistas escondem propositadamente os objetivos finais da sua manobra de modo a camuflar, enquanto taticamente necessária, a verdadeira intenção de que estão possuídos.

A pregação direta a favor da implantação de um regime comunista inibe a formação da Frente e incompatibiliza vários setores da sociedade com a idéia de se unirem politicamente a tal movimento.

A procura permanente em torno da organização da Frente se justifica, primeiro, como fator de mascaramento do movimento comunista e segundo, como um hábil artifício que permite a um pequeno grupo — os comunistas são minoria flagrante na sociedade brasileira — assumir a liderança de grupos maiores, modificando, no seu dizer, “as correlações de forças existentes na sociedade.”

Os comunistas têm contado, no Brasil, lamentavelmente, em diversas ocasiões, com uma postura imediatista de políticos e partidos que, apesar de não comunistas, aceitam ou procuram o seu apoio, seja para se manter no poder, seja para tentar o poder. Ironicamente, os comunistas queixam-se de acordos, por vezes, não cumpridos por determinados “grupos burgueses”. Mesmo achando-se enganados, eles não desistem e continuam procurando compor-se com outros grupos visando aumentar o núcleo revolucionário com as camadas de simpatizantes e aderentes, seguindo os exemplos históricos vividos nos últimos sessenta anos.

Os comunistas têm usado a palavra democracia com a maior desfaçatez, como um meio de ação revolucionária e, nunca, como um fim a ser atingido. Jamais

pretenderam viver dentro de um regime democrático, pois tal regime traria em si a liberdade que consideram irritante e inconveniente quando estão no poder. Nunca é demais repetir que não tolerariam sair do poder pela vontade do povo.

A liberdade democrática pode facilitar a ação subversiva na medida em que os comunistas escondam a sua real intenção, impedindo que o povo a perceba, pelo menos, desde o início. Às forças realmente democráticas no governo ou na oposição cabem, em parcela igual, a tarefa de desmascarar a ação subversiva e indicá-la ao povo, acima dos interesses restritos de seus grupos.

O comunismo já se revelou em todas as partes onde surgiu, sem exceção, incompatível com a dignidade humana, pois, inimigo contumaz da liberdade e da fé. Já fez muitas vítimas, as quais terão sofrido por nada, se não tivermos aprendido todas as suas manobras e todos os seus disfarces.

Ainda é boa política aprender com a experiência e, principalmente, com o sofrimento alheio, ainda mesmo que não desejado.





OFENSIVA: VARIAÇÕES EM TORNO DE UM MESMO TEMA

Nilson Silva

Major de Artilharia QEMA, do QG da 2ª Bda Ms, Corumbá,
MS.

A. INTRODUÇÃO

De acordo com a definição do EMFA, PRINCÍPIOS DE GUERRA são um conjunto de preceitos considerados essenciais ao sucesso da guerra, tanto no ponto de vista tático, como estratégico.

Estes Princípios de Guerra, segundo os pensadores militares, são fundamentais ao exercício do comando e à execução bem sucedida das operações militares.

Dentre os Princípios de Guerra, destacamos o da OFENSIVA para tecer algumas considerações.

"O sucesso final no campo de batalha só pode ser conseguido por meio da *ação ofensiva* e, até mesmo na defensiva, um comandante deve aproveitar cada oportunidade para retomar a *iniciativa* e levar o combate ao terreno inimigo. O principal objetivo de um comandante é *destruir a capacidade de resistência do adversário*; isto só pode ser conseguido através da concentração de um superior poder de combate, no momento crítico e no local adequado, em busca de uma definição decisiva". Assim preconizam as "Publicações Doutrinárias Táticas da Força Terrestre da OTAN".

Portanto, a ação ofensiva é primordial para a obtenção de resultados decisivos, assegurando a um comandante, além da iniciativa:

- a imposição de sua vontade ao inimigo;
- o estabelecimento do ritmo e a determinação do curso do combate;

- o aproveitamento da fraqueza inimiga e das situações que evoluam rapidamente;
- a adaptação a situações inesperadas.

Cabe ressaltar que a iniciativa é de vital importância para o curso das operações e que o ataque é a melhor forma de ação para conquistá-la.

Este trabalho procurará abordar as principais considerações sobre a ofensiva, na atualidade, constituindo-se mais em uma consolidação dos diversos pensamentos em voga. As opiniões aqui expressas não expressam necessariamente as do autor.

B. DESENVOLVIMENTO

1. Generalidades

Os princípios de guerra permanecem imutáveis através do tempo e do espaço, *variando tão somente a maneira como são aplicados*, face à evolução das concepções estratégicas e do poder de combate disponível. Em termos de ação ofensiva, praticamente não houve modificação. Chega-se mesmo a afirmar que, no mundo ocidental, há uma propalada falta de interesse pela ofensiva.

Nos países democráticos, a defensiva é considerada uma posição positiva e moral, e, ao contrário, a ofensiva tem conotação com as guerras de agressão.

Esta é a contribuição da ALIANÇA DO ATLÂNTICO, cuja estratégia está *"baseada, inicialmente, na dissuasão, após, na defesa direta, conduzida em nível recolhido pelo agressor, e por fim na escalada deliberada"*.

Mas esta não deve ser uma concepção generalizada. A ofensiva, como opção estratégica e tática, é tão ou mais importante que a defensiva. E assim pensam os soviéticos, motivados pelo "determinismo histórico" de sua ideologia.

Para colhermos ensinamentos, procuraremos mostrar, a seguir, as concepções doutrinárias das duas maiores potências mundiais, EUA e URSS, com soluções diametralmente opostas, além do caso particular de ISRAEL, país mais atualizado em termos de conceitos bélicos.

2. O Conceito Norte-Americano

Vejamos inicialmente a estratégia adotada pela OTAN, onde os EUA são os principais signatários. No contexto da ALIANÇA DO ATLÂNTICO, sobressaem dois aspectos.

O primeiro deles é o *Equilíbrio das Forças Estratégicas* entre os membros da OTAN e do PACTO DE VARSÓVIA, *originando uma política de defesa*, cujo futuro depende das seguintes condições:

- capacidade nuclear estratégica (EUA);
- suficientes sistemas de armas nucleares táticas (EUROPA);

- forças convencionais modernas, suficientes, equilibradas e fortes.

Os EUA devem dispor de uma capacidade nuclear estratégica que possa infligir um contragolpe arrasador, mesmo após um ataque nuclear inimigo de surpresa.

Na EUROPA, devem existir suficientes sistemas de armas nucleares táticas para assegurar efetiva dissuasão ou defesa.

As forças convencionais, terrestres, aéreas e navais, equipadas com armamento moderno, devem ser suficientes em número, equilibradas, e operacionalmente prontas.

O segundo aspecto é o da *Resposta Flexível*, cuja política visa dissuadir, efetivamente, qualquer pressão política ou agressão militar, considerando que os objetivos da OTAN são defensivos por natureza. Caso a dissuasão não surta efeito e a agressão seja desencadeada, a Organização pode enfrentar qualquer tipo de agressão com suas forças e recursos.

Estão previstos, então, três tipos de resposta militar, sucessiva e/ou simultaneamente:

- defesa com as forças convencionais, no âmbito da defesa direta;
- escalada deliberada, sem excluir a utilização de armas nucleares;
- resposta nuclear geral, envolvendo o emprego de todos os meios militares disponíveis, inclusive armas estratégicas nucleares.

Para o caso de uma guerra total na Europa Central, há uma concepção em vigor para as operações a serem desencadeadas, de acordo com os objetivos defensivos preconizados pela OTAN. Porém, já se cogita uma outra, mais agressiva. Ambas prevêem o combate em três fases.

Assim, na primeira concepção, a atual, teremos:

- 1) *A fase da força de cobertura* quando serão empregadas, principalmente, unidades de reconhecimento, reforçadas por alguns blindados e infantaria, voltadas para a busca de informes e para o retardamento do avanço soviético, através da fronteira entre as duas Alemanhas.
- 2) *A fase da defesa da área de defesa avançada*, onde ocorre o desdobramento da maioria dos meios para fazer frente ao inimigo e destruí-lo em áreas previamente selecionadas e escalonadas em profundidade entre os limites anterior (LAADA) e posterior (LPADA) da área de defesa. O LAADA deverá ser agravado por uma série de obstáculos, o que também poderá ocorrer com o LPADA. Este limite não deve ser confundido com o limite de retaguarda, sendo um conceito novo, específico para o TO europeu.
- 3) *A fase do deslocamento das reservas*, caracterizada pelo movimento das forças em reserva, mantidas bem à retaguarda, com a finalidade de bloquearem as penetrações e realizarem as ações dinâmicas de defesa, na zona principal.

Esta concepção pode ser definida como uma Defesa Móvel, dando margem para ações ofensivas limitadas, condicionadas aos contra-ataques em pequena escala, realizados pelas reservas. A contenção do inimigo na área de defesa avançada, obrigando-o a uma parada, representa o sucesso. Caso negativo, restará, como única alternativa, o recurso às armas nucleares para evitar que o inimigo rompa através do LPADA. A principal deficiência desta concepção é perda considerável de terreno para o inimigo, com sérias implicações no tabuleiro de xadrez político, ao final do combate.

Não se pode negar, porém, que este conceito tem-se mostrado eficiente, até o momento, uma vez que contribuiu para evitar a guerra na EUROPA, além de não caracterizar uma atitude provocativa face à "détente".

Por outro lado, é preciso não esquecer que a OTAN vive uma série de problemas, particularmente em termos de efetivo, diante da tendência contínua de alguns países aliados em reduzir suas forças e seu potencial militar, em consequência dos problemas econômicos que atingem todo Mundo Ocidental, criados pela crise energética.

Em consequência, se faz necessária a mudança das atuais concepções das operações, como alternativa.

A nova concepção, também desenvolver-se-á em três fases:

- 1) *A fase da força de cobertura*, utilizando elementos da mesma natureza da anterior, porém com maior poder de combate e com melhores condições de retardar o inimigo. Dessa maneira, esta força de cobertura estará mais bem capacitada a proporcionar informações precisas sobre o valor do inimigo e dos eixos de aproximação.
- 2) *A fase da defesa da área de defesa avançada*, semelhante ao conceito anterior, em valor e importância, com a diferença de prever o emprego de reservas próprias, mantidas bem à frente, com a finalidade de bloquear as penetrações e realizar os contra-ataques.
- 3) *A fase dos contra-ataques à frente do LAADA* que se processa simultaneamente com a fase anterior. Baseado nas informações da força de cobertura, é feito o emprego de forças predominantemente blindadas para realizar operações ofensivas, à frente do LAADA. Estas forças blindadas terão por missão:
 - interromper as linhas de comunicações para o primeiro escalão do inimigo;
 - desorganizar e inquietar as formações de seu segundo escalão, em fase de reunião;
 - destruir PC, posições de artilharia e instalações logísticas em apoio às forças de 1º escalão;
 - estabelecer uma linha de partida segura na área de defesa, a partir da qual poderão ser desencadeadas operações ofensivas futuras.

Este novo conceito pode ser definido como uma defesa agressiva. A mobilidade das forças foi mantida e, na fase da defesa da área de defesa avançada, utilizando o desdobramento em profundidade para absorver o impacto do inimigo. A diferença maior para a concepção atual está na extensão do movimento para a retaguarda.

O sucesso será obtido com a contenção dos primeiros escalões inimigos no interior da área de defesa avançada, com a desorganização dos seus segundos escalões à frente do LAADA e com o estabelecimento de uma linha de partida segura dentro da posição defensiva, permitindo a montagem de ações ofensivas ulteriores.

O fracasso, logicamente, implica na utilização das armas nucleares, com a finalidade de evitar que o inimigo rompa através do LPADA.

A principal vantagem, em relação à concepção atual, se refere aos alvos nucleares prioritários, caracterizados pelas formações inimigas que romperem o LPADA, as quais se tornarão perfeitamente identificáveis. Por outro lado, para o inimigo será muito difícil levantar alvos nucleares compensadores entre as forças da OTAN, já que as mesmas estarão misturadas e engajadas em combates com as forças do PACTO DE VARSÓVIA.

Além disso, este novo conceito proporciona condições necessárias à ação ofensiva, e uma defesa suficiente para conter a ofensiva inimiga.

A situação, colocada nestes termos, possibilitará um desfecho mais aceitável durante as negociações políticas.

Procuraremos abordar agora a doutrina norte-americana propriamente dita sobre a ofensiva.

Como já foi citado anteriormente, a ofensiva se encontra relegada a um plano secundário, refletindo um pensamento da maioria dos estudiosos ocidentais em questões militares.

A causa principal do retorno ao pensamento de CLAUSEWITZ, que considera a defesa a forma de luta intrinsecamente mais forte, é o desenvolvimento tecnológico alcançado pelo mundo atual. Este desenvolvimento possibilitou o aumento da potência de fogo, em particular anticarro, tornando o carro de combate, peça fundamental de ofensiva, menos adequado ao emprego contra posições fortemente organizadas para a defesa.

Vistas sob este prisma, as operações ofensivas devem ser empreendidas para infligir ao inimigo perdas ponderáveis em pessoal e material, assegurar a posse e manutenção de acidentes capitais, obter informações ou para conquistar outros objetivos mais limitados. Em qualquer caso, se as operações se desenvolverem em terreno escolhido pelo inimigo, o ataque deverá ser conduzido somente quando os resultados forem compensadores, provocando perdas no inimigo nitidamente superiores às do atacante.

A doutrina norte-americana estabelece dois tipos de ataque, expedito e sistemático. O ataque chamado expedito é considerado preferível, porque permite

manter o ritmo do avanço e golpear, em profundidade, antes que a posição de defesa inimiga tenha tempo de se preparar para a ameaça.

No ataque sistemático, procura-se a desarticulação da defensiva adversária, mediante a concentração de forças contra um ponto fraco, a fim de assegurar uma relação de força de, no mínimo, *seis para um*. A ação é normalmente conduzida com a ultrapassagem das divisões em contato por novas, com o objetivo de penetrar decisivamente e atingir as unidades de apoio tático-logístico dispostas à retaguarda. A destruição do grosso das unidades avançadas fica a cargo dos escalões sucessivos.

O sucesso de toda ação ofensiva está baseado na obediência a seis princípios fundamentais:

1. Atacar em profundidade nas retaguardas inimigas
2. Neutralizar as armas inimigas
3. Golpear de surpresa e sobrepujar o inimigo
4. Concentrar potência predominante
5. Conhecer o campo de batalha
6. Fornecer apoio móvel contínuo

Ao serem examinados também os procedimentos defensivos, fica a impressão que o pensamento militar dos EUA está evoluindo para posições mais incipientes de defesa-ofensiva. Como exemplo disso, o carro-de-combate não está sendo mais considerado a melhor arma anticarro, tornando-se semi-econômico em comparação com os sistemas específicos disponíveis. O carro, assim, volta ao seu papel peculiar de elemento de manobra. Com isto, as modalidades de emprego das unidades no combate tendem a se tornar mais semelhantes, ficando a diferença entre a ofensiva e a defensiva apenas em nível estratégico.

3. O Conceito Soviético

As forças do PACTO DE VARSÓVIA seguem a escola estratégica soviética, com base no pressuposto que a defesa da NAÇÃO deve ser garantida pela capacidade de vencer uma guerra generalizada.

Considerando o antigo conceito de que só a ofensiva conduz à vitória, os soviéticos são encorajados a procurar a iniciativa e a mantê-la até a destruição completa do adversário. A defesa é considerada uma forma de operação a ser adotada em função da evolução dos acontecimentos, na expectativa da retomada da iniciativa e, com esta, passar à contra-ofensiva.

Apesar da aparente predileção pela guerra nuclear, enfatizada pelas publicações especializadas da URSS, a revitalização do poder de combate básico indica uma crescente preparação soviética para a possibilidade de um conflito convencional na EUROPA.

Caso decidam atacar a OTAN, "a neutralização, a manobra, o apoio logístico, a defesa e os meios aéreos dos soviéticos serão concentrados contra determinadas áreas das defesas da OTAN. Essa concentração ocorrerá num espaço de tempo mínimo, de modo a garantir o máximo de surpresa. Para isso, serão utilizados eixos de progressão múltiplos, escalonados no tempo, e mantida uma velocidade mínima de progressão, através de um reforço ininterrupto. As posições de bloqueio da OTAN serão rompidas por maciços fogos de neutralização, combinados com a manobra de forças móveis e escalonadas em profundidade. Tanto quanto possível, os ataques serão desencadeados a partir das próprias colunas de marcha".

Assim, as forças terrestres, constituídas de maciças formações blindadas e mecanizadas, com o apoio de consistente fogo terrestre e aéreo disponível, procurarão alcançar objetivos decisivos com a máxima velocidade, não permitindo que o inimigo tenha uma posição fortemente organizada, mobilize seus recursos ou faça o emprego eventual de armas nucleares.

Para a conquista do território da OTAN, na EUROPA, antes que esta tenha tempo de ser reforçada, a campanha deverá ter duração relativamente curta.

Contra a defesa em profundidade da Aliança, é estimada uma velocidade de progressão diária de 20-30 Km, de acordo com as fases do combate e do tipo de organização defensiva. Este valor poderá aumentar à medida que as defesas forem se desintegrando. Espera-se, durante o aproveitamento do êxito, atingir valores da ordem de 50 a 80 Km por dia ou, até mesmo, 100. A doutrina, a organização das forças, o material, o sistema de apoio administrativo e a instrução dos soviéticos estão mobilizados para atingir esse objetivo.

O ritmo de progressão previsto deverá ser mantido pela partida contínua dos escalões sucessivos, que substituem os avançados tão logo se reduza a eficiência operacional e, portanto, a capacidade de manter uma penetração arrasadora.

Não há preocupações com perdas. Segundo os analistas, é impossível evitá-las, mesmo relevantes nas unidades avançadas e que, aceitá-las, constitui o único método possível para limitar as perdas globais da guerra, a qual somente desta maneira pode ser concluída rapidamente e com sucesso.

"É elevado, portanto, ao extremo o conceito da 'blitzkrieg', artifice dos sucessos alemães na II Grande Guerra, unido a uma linha de conduta e a uma simplicidade de processo que se adaptam às características do soldado soviético."

A doutrina militar da URSS prevê a condução das ações ofensivas através das três fases tradicionais: marcha para o combate, ataque e aproveitamento do êxito. Na primeira fase, procura-se estabelecer o contato com o grosso das forças inimigas. "O ataque, sempre que possível, é conduzido com rapidez, passando diretamente das formações de marcha para as de ataque, com procedimentos adequados ao combate de encontro e ao ataque imediato", este similar ao ataque expedito da doutrina norte-americana. Em consequência, é enfatizada a possibilidade de uma penetração rápida em profundidade das unidades blindadas, num risco calculado face aos poucos conhecimentos do inimigo e do terreno, à curta duração da preparação

da artilharia e à possível situação de desequilíbrio de blindados e mecanizados em relação aos esforços principais.

O ataque sistemático, pelo contrário, caracteriza-se por um meticuloso planejamento, exigindo tempo, por conseguinte, sendo efetuado apenas contra defesas consistentes ou em seguida ao insucesso de um precedente ataque imediato. Ele prevê a desarticulação das posições defensivas avançadas do inimigo, seguida da destruição ou neutralização de suas reservas. Quando o terreno e os obstáculos tornam difícil a obtenção da surpresa, a opção é o ataque noturno, a fim de reduzir as perdas em combate.

No conceito soviético, o carro de combate representa uma arma fundamental para a ação decisiva. Mesmo na defesa, é normal o seu emprego sobre as posições avançadas para as ações de emboscada.

O combate deve ser conduzido sem interrupção, dia e noite, visando esgotar fisicamente o inimigo, que, contrariamente ao preconizado pela doutrina soviética, não prevê a substituição sistemática de suas forças avançadas, pelo menos, diariamente.

Por último, todos os esforços são extremamente concentrados nos pontos de impacto, procurando obter uma absoluta superioridade sobre o adversário "para poder submergir as defesas, abrir uma brecha no dispositivo inimigo e continuar atuando em profundidade, sem demora".

4. O Conceito Israelense

A situação de ISRAEL em relação aos países árabes é bastante delicada: a proporção numérica dos efetivos militares lhe é grandemente desfavorável, o país está praticamente cercado pelas forças adversárias e seu território não propicia uma profundidade estratégica para as operações. Ou seja, a derrota numa batalha significa o seu fim como Nação.

Estas condicionantes básicas influem essencialmente nos conceitos defensivo e ofensivo israelenses. Para o sistema defensivo há sempre o fantasma do cerco. Para a ofensiva há a imposição de sobrevivência como Nação.

Sob tal ótica, considerando também a relação existente entre as forças e o espaço (território e extensão das fronteiras), resulta que, enquanto os árabes podem concentrar seus esforços em direções convergentes sobre um único centro de gravidade, "os israelenses não podem optar por uma estratégia do tipo clauswitziano da defensiva-ofensiva". Ao contrário, são obrigados a adotarem uma estratégia ofensiva, mesmo que o quadro da política militar seja defensivo. Israel não dispõe de forças suficientes para guarnecer toda fronteira, com possibilidade de mantê-la. Essa possibilidade só seria viável caso os israelenses dispusessem de um complexo de forças muito superior ao dos árabes, permitindo manterem-se em situação de alerta quase continuada, com a finalidade de repelir qualquer ataque de surpresa sem ceder muito espaço. A conclusão que se pode tirar deste aspecto é que, no Teatro de

Operações do Oriente Médio, "os em menor número devem adotar o princípio de disparar o primeiro tiro e de conduzir uma guerra antes ofensiva do que defensiva". Caso os compromissos políticos ou de outro gênero não permitirem a execução deste preceito, na prática, haverá a necessidade de recuar para uma defesa flexível.

A ofensiva, portanto, deve ser conduzida em profundidade no território inimigo para ameaçar-lhe os pontos vitais. Isto se torna indispensável, porque:

- o insucesso numa batalha significa o fim de ISRAEL como Nação;
- a falta de profundidade estratégica significa que o menor sucesso dos árabes pode representar a perda de uma área vital;
- é necessário chegar rapidamente a resultados decisivos para evitar uma guerra de desgaste, o que seria insustentável para os israelenses, em face da inferioridade numérica;
- a vitória deve pertencer a ISRAEL, sem qualquer sombra de dúvida, a fim de que possa negociar partindo de posições de força, no momento da suspensão das operações (princípio clauswitziano do contexto político da guerra).

As forças terrestres israelenses são estruturadas em função deste conceito. *As unidades blindadas se constituem na principal força de ataque*, as únicas em condições de, no teatro de operações, tornarem possível uma ação ofensiva, voltada para a conquista de objetivos estratégicos no interior do território inimigo.

A liberdade de ação das formações blindadas é assegurada por uma componente aérea válida, "concebida como a mais versátil, flexível e veloz força em condições de intervir rapidamente em qualquer TO".

Esta força aérea, porém, após a Guerra do Yom Kippur, foi submetida a um redimensionamento em favor da proteção contra o fogo terrestre, com relação às defesas antiaéreas egípcias, que, nos primeiros dias de combate, retiraram do poder aéreo uma grande parcela da sua capacidade de influir nas operações de superfície, face à atuação dos mísseis soviéticos da série SAM.

"A potência anticarro, obtida com os ATGM (Anti Tank Guided Missiles) de que são dotados os egípcios, fez crescer a importância da artilharia e da infantaria blindada, que tendem a se integrar cada vez mais com os carros."

"A conduta de ação é aquela típica dos blindados, nas quais o carro é sempre considerado o elemento de força, enquanto as outras especialidades trabalham com o carro e para o carro."

Como conclusão, podemos dizer que a ofensiva e a conseqüente procura da iniciativa a qualquer preço representam a força motriz que impulsionam as tropas para o combate, conceito este cuja validade vem sendo testada com sucesso desde 1956.

5. O Papel da Tecnologia

A doutrina varia em função do desenvolvimento dos meios, entre outros fatores. Em consequência, face ao avanço da tecnologia, numa era de transformações surpreendentes, surge a dúvida se os meios disponíveis favorecerão a defensiva ou a ofensiva, na tentativa de se prever como se comportará a relação defesa/ataque, na constante luta da primazia entre o fogo e a couraça, relação essa cujas oscilações sempre foram muito pequenas, através dos anos. A verdade é que permanece válida a conclusão que "não são os novos meios que fazem vencer as guerras, mas sim o modo de empregá-los".

Não é tarefa das mais fáceis avaliar, por antecipação, a natureza e a intensidade das mudanças que os novos armamentos, com certeza, imporão às formas de combate.

Vejamos algumas das principais contribuições da tecnologia para a arte da guerra.

- a. Os sistemas "EARLY WARNING" — são sistemas compostos de instrumentos para a visão sob quaisquer condições meteorológicas e com grande raio de ação da vigilância da área de operações para levantamento de objetivos. Acoplados aos sistemas automáticos para processamento de informações instantâneas, permitem uma análise oportuna e confiável da situação inimiga. Desta maneira, reduz-se a possibilidade de surpresa, no tempo e no espaço, possibilitando economia no emprego das forças e a concentração das mesmas após adequado exame.
- b. Armas Dirigidas de Precisão (PGM — "Precision Guided Munition") — são mísseis anticarro, que podem ser operados por elementos de infantaria, viaturas ou mesmo por helicópteros, atingindo alcances da ordem de três a quatro mil metros. "Sua pequena relação custo/eficácia (que oscila entre 1/100 e 1/1000, conforme o alvo destruído, quer seja um carro ou um avião) e a possibilidade de serem empregados no âmbito das pequenas unidades implicam em uma revisão profunda dos conceitos até agora aplicados na estruturação e no emprego das forças".

Estas armas possuem relativa facilidade de destruição de objetivo, uma vez enquadrado, o que implica na não conveniência em se concentrar os carros de combate, tornando-os, assim, alvos compensadores. Deverá, em consequência, merecer melhor avaliação do que é mais importante no momento, se a mobilidade ou a proteção.

- c. Minas Anticarro — são minas dotadas de um acionamento eletrônico que assegura seu funcionamento, mesmo que não tenham tido o menor contato com os carros. O aumento de sua sensibilidade e de seu poder de destruição multiplica por três seu raio de eficácia. Estas minas poderão ser lançadas por meios terrestres ou por aeronaves, mais particularmente, helicópteros. Desta maneira, os carros ficarão praticamente enjaulados, em meio a um terreno minado, impossível de ser contornado,

diminuindo a progressão das forças adversárias, e submetendo-as a uma elevada taxa de desgaste.

- d. Telecomunicações — a utilização de sistemas automatizados de busca, transmissão e aproveitamento das informações do campo de luta é um outro progresso técnico que trará profundas modificações no exercício do comando e, em consequência, no desenvolvimento das operações. "As redes militares modernas de telecomunicações dotarão as Grandes Unidades de um Sistema eletrônico de reconhecimento, de levantamento do campo de batalha e da localização de objetivos, com radares e elementos de controle, além de um sistema integrado de conduta de fogos táticos, assegurando, em benefício das armas-bases, a elaboração, o cálculo e a transmissão automática dos elementos de tiro. Assim, à velocidade dos carros corresponderá, certamente, uma melhor instantaneidade dos fogos de defesa".
- e. Aeronaves e Viaturas — helicópteros com maior capacidade de sobrevivência e aptos ao emprego em "qualquer tempo", aeronaves de asa fixa e viaturas aperfeiçoadas, melhorando suas condições de emprego, são algumas das contribuições da tecnologia para aumentar a mobilidade tática e logística. A maior possibilidade de concentrar e dispersar rapidamente as forças, de realizar movimentos laterais, de efetuar envoltórios verticais de apreciável valor, confunde ainda mais a linha que separa a conduta das operações ofensivas e defensivas, pelo menos ao nível das unidades de emprego.

O progresso tecnológico lança algumas dúvidas sobre a doutrina militar. Vejamos as principais:

1) Que conceito é mais favorecido: a defensiva ou a ofensiva?

Teoricamente parece emergir uma vantagem para a defesa. As formas de combate, em princípio, deverão ser determinadas pela interação do fogo e do movimento. Os ataques sofrem uma paralização quando o poder de fogo das armas de defesa são superiores às possibilidades de movimento dos atacantes. Assim, o acréscimo da precisão e, por conseguinte, da eficácia do tiro, faz pender a balança a favor da defensiva.

Entretanto, é preciso não esquecer determinadas condicionantes, que podem perfeitamente modificar a situação, tais como:

- a disponibilidade ou não, por parte das forças em combate, em meios e armamentos em igual quantidade e qualidade;
- as condições ambientais da área de operações, que podem conduzir a resultados diametralmente opostos de uma mesma arma;
- o homem nos seus mais variados aspectos, condicionado pela atual escala de valores da sociedade moderna, induzindo-o a uma aversão ao combate exposto.

Há que ressaltar, também, que o aumento da mobilidade, face aos avanços técnicos nos meios de transporte, aumenta a possibilidade de se obter rapidamente concentrações de forças potentes e diminui o tempo para tomada das decisões, o que forçosamente trará implicações para a organização da defesa.

Face à evolução atual da tecnologia, alguns analistas consideram que, contra exército fortemente armado com engenhos, de grande poder de destruição e de fixação, qualquer ataque desencadeado com meios convencionais, a partir de então, será bastante arriscado.

2) Quem será mais importante no combate atual: o homem ou a máquina?

"Certamente, como em qualquer outra atividade humana, é possível, na arte da guerra, substituir até certo ponto homens por máquina. Mas os dois elementos, que são o material técnico e a força humana de combate, são e permanecerão sempre indispensáveis. Longe de se substituírem, eles se completam em proporções variáveis, segundo as circunstâncias. Qualquer que seja a importância atingida pela técnica, é o homem que permanece, em última análise, como elemento determinante".

Nas guerras do futuro, o desenvolvimento dos combates seguirá a ação combinada dos homens e do armamento. Uma estratégia que repousar, simultaneamente, sobre o valor dos soldados e de suas armas, terá bases mais sólidas que qualquer estrutura militar que repousar essencialmente na técnica.

3) O que é mais compensador: o carro ou as armas anticarro?

Ao que tudo indica, considerando seu preço de retorno, o carro já atingiu os limites de rentabilidade. Novos aperfeiçoamentos técnicos exigirão quantias elevadas para a pesquisa, produção e manutenção, cujos resultados talvez não sejam muito superiores aos atuais. O custo final provavelmente não permitirá dotar as forças terrestres de um número suficiente para o combate. Por outro lado, o aperfeiçoamento técnico das armas anticarro ainda está longe de ser atingido. E o custo dos mísseis dirigidos, ainda elevado nos dias presentes, tenderá a se reduzir com os rápidos avanços da eletrônica e da fabricação em série.

C. CONCLUSÃO

Assim, foram abordados três conceitos diferentes sobre as operações militares na atualidade.

O conceito norte-americano, no contexto, da OTAN, prevê uma defensiva que procura dissuadir um provável ataque das Forças do PACTO DE VARSÓVIA, com base no avanço tecnológico do seu armamento e premido pelas injunções da política internacional, para não caracterizar uma atitude provocativa face à "détente". Este conceito tem produzido efeitos positivos até o presente momento, evitando o desencadeamento de uma guerra na EUROPA.

Uma nova concepção, porém, já está tomando corpo, visando a proporcionar melhores condições à ação ofensiva, além de uma defesa suficiente para conter um ataque soviético.

Em sua doutrina militar, os EUA estão evoluindo para conceitos de defensiva-ofensiva, particularmente face à dúvida que paira sobre a utilização do carro de combate diante das armas dirigidas de precisão, tornando antieconômico seu emprego.

O conceito soviético parte do princípio que a integridade da nação deve ser mantida pela capacidade de vencer uma guerra generalizada. Para isso, suas forças militares estão voltadas para ofensiva, preparadas para procurar a iniciativa e mantê-la até a destruição do inimigo, sob o impulso do "determinismo histórico" da ideologia marxista-leninista. Os carros de combate têm papel preponderante na doutrina soviética.

O conceito israelense prevê a ofensiva como um caso de sobrevivência, considerando que a derrota numa batalha pode significar o fim de ISRAEL como Nação. No âmbito do Oriente Médio, a vitória deve ser obtida a qualquer custo, a fim de possibilitar poder de barganha na mesa das negociações políticas. Suas Forças Armadas estão preparadas para a ofensiva e as quatro guerras em que estiveram envolvidas demonstraram a validade deste conceito, quando as unidades blindadas tiveram atuação marcante, com o devido apoio do setor aéreo.

Como conclusão, podemos dizer que uma doutrina baseada apenas em concepções defensivas, que não considere a contra-ofensiva como passo para obter a vitória final é claudicante e pode trazer sérios reflexos para as Forças Armadas.

A preponderância da defensiva ou da ofensiva, face aos incrementos proporcionados pela tecnologia deve ser olhada com ressalvas, já que não houve mudanças na natureza das forças e dos meios necessários para se obter a vitória e sim, mudou-se o modo de empregá-los.

"A defensiva e a ofensiva são inseparáveis no plano tático, por isso é necessário se dispor de um instrumento que esteja em condições de empreender indiferentemente uma ou outra forma de operações, alterando-as segundo as possibilidades oferecidas pelas circunstâncias ou impostas pela situação".

Entretanto, somente a OFENSIVA poderá conduzir ao sucesso final no campo da luta, já que a mesma assegura a INICIATIVA e leva o combate ao terreno inimigo, objetivando destruir sua capacidade de resistência e possibilitando a um Cmt impor sua vontade sobre o adversário.

... "Na guerra, a única defesa é a ofensiva e a eficácia da ofensiva depende daqueles que a conduzem". (Gen PATTON).

BIBLIOGRAFIA

1. "Considerações sobre a Ofensiva" — Maj G. Carlo Agnani do Exército Italiano — Revista Militar Brasileira, Ed Jan-Abr/79
2. "A Atual Doutrina Tática Soviética: Um Reflexo do Passado" — Maj Joseph C. Arnold, Exército dos EUA — Military Review, Jul 77

3. "A Necessidade de Operações Ofensivas Terrestres" — Maj R. S. Evans, Exército Britânico — Military Review, Jul 77
4. "As Armas Dirigidas Com Precisão Mudam a Forma de Combate" — Ferdinand Otto Nische — A Defesa Nacional, Mai-Jun/78
5. Col 111-1 — ESTRATÉGIA — ECEME/77
6. IP 100-5 — OPERAÇÕES — 1975



POLÍTICA HABITACIONAL EM MARCHA EM MINAS GERAIS

Pesquisa da Redação

Dando andamento às Diretrizes da Política Habitacional, na presença do Presidente da República, João Figueiredo, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, assinou, no dia 05 de agosto, em Belo Horizonte, um protocolo concedendo mais de 380 mil financiamentos habitacionais para o Estado de Minas Gerais, nos próximos cinco anos, envolvendo recursos da ordem de Cr\$ 82 bilhões. Pelo governo do estado assinaram o Governador Francelino Pereira e o Secretário de Obras, Carlos Eloy Carvalho Guimarães e pelo BNH, seu presidente, José Lopes de Oliveira.

O protocolo assinado envolve convênios e contratos referentes a programas de habitações de interesse social, de saneamento básico e desenvolvimento urbano, beneficiando 700 municípios de Minas e significando um total de recursos da ordem de Cr\$ 87 bilhões. Até o fim do ano o Ministro Mário Andreazza anunciará o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP) em todos os estados, que prevê três milhões de financiamentos habitacionais, até 1985.

Transcrevemos a seguir os convênios e contratos que integram o protocolo firmado entre o Ministério do Interior, Banco Nacional da Habitação e Governo do Estado de Minas Gerais.

PROGRAMAS DE HABITAÇÃO

Área de Programas de Natureza Social

Convênio para execução do Plano Nacional da Habitação Popular — PLANHAP 1980/1985, no Estado de Minas Gerais, incluindo os programas de pro-

dução de habitações, lotes urbanizados (PROFILURB), Complementação de Habitação (FICAM), Infra-estrutura (FINC) e Equipamentos Comunitários (FINEC), representando *investimentos da ordem de 51 bilhões de cruzeiros*, e oferta de *cerca de 310 mil unidades residenciais*.

Convênio com a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais para a concessão de 15.000 financiamentos destinados à construção, conclusão, ampliação e melhoria de habitações, no valor aproximado de 2 bilhões de cruzeiros, destinados às famílias de baixa renda naquele Estado.

Publicação de Edital, válido até 31.12.80, para compra de empreendimentos prontos, pela COHAB-MG, visando o financiamento de até 150.000 unidades habitacionais em 300 cidades do Estado de Minas Gerais, destinados à população de baixa renda.

Contratos de Empréstimo (12) entre o BNH e a COHAB-MG, para a construção de 8.788 unidades residenciais, no valor aproximado de 1,2 milhões de cruzeiros, em 12 municípios do Estado de Minas Gerais.

Contrato para ampliação e melhoria do sistema de drenagem, com vistas ao controle de inundações da cidade de Belo Horizonte. Valor do investimento: 254 milhões de cruzeiros.

Contrato para ampliação e melhoria do sistema de abastecimento de água da cidade de Montes Claros. Valor do investimento: 1,8 bilhões de cruzeiros.

Contrato para ampliação do sistema de esgotos sanitários de Belo Horizonte. Valor do investimento: 408 milhões de cruzeiros.

Contrato para ampliação do sistema de abastecimento de água da cidade de Ipatinga. Valor do investimento: 362 milhões de cruzeiros.

Contrato para ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água de Teófilo Otoni, Frutal, Muzambinho e Perdões. Valor do investimento: 188 milhões de cruzeiros.

Contrato para elaboração de projetos do sistema Rio Manso, integrante do sistema geral de abastecimento de água da região metropolitana de Belo Horizonte. Valor do investimento: 46,5 milhões de cruzeiros.

Contrato para melhoria do sistema de abastecimento de água de Conselheiro Lafaiete. Valor do investimento: 9 milhões de cruzeiros.

Contrato para implantação do sistema de abastecimento de água do Conjunto Habitacional Danilo Passos, em Divinópolis. Valor do investimento: 7 milhões de cruzeiros.

Área de Programa de Cooperativas Habitacionais

Contrato de financiamento à COOPERATIVA HABITACIONAL RIACHO DAS PEDRAS, no valor de 338 milhões de cruzeiros, para a construção de 855 uni-

dades residenciais, no município de Contagem, no valor de 338 milhões de cruzeiros, sendo Agente Financeiro a Associação de Poupança e Empréstimo — MUTUAL.

Contrato de Financiamento à Cooperativa Habitacional do Sudoeste Mineiro, no valor de 77 milhões de cruzeiros, tendo como Agente Financeiro a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, destinado à construção de 223 casas, no município de Passos.

Contrato de Financiamento à Cooperativa Habitacional de Araxá, no valor de 32 milhões de cruzeiros, para a edificação de 101 residências, em Araxá, sendo o Agente Financeiro a Caixa Econômica Federal.

Contrato de Financiamento à Cooperativa Habitacional São José, para a construção de 242 casas, no município de Três Corações, no valor de 75 milhões de cruzeiros. Agente Financeiro: Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

Contrato de Financiamento à Cooperativa Habitacional Colonial, visando a construção de 162 unidades habitacionais, no município de Contagem, tendo como Agente Financeiro o Banco do Estado de Minas Gerais. Valor do financiamento: 71 milhões de cruzeiros.

Contrato de Financiamento à Cooperativa Habitacional California, sendo o Agente Financeiro a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, destinado à construção de 270 unidades residenciais, em Belo Horizonte, no valor de 85 milhões de cruzeiros.

Contrato de Financiamento à Cooperativa Habitacional CORFA, tendo como Agente Financeiro a Associação de Poupança e Empréstimo MUTUAL, visando a edificação de 266 casas, em Juiz de Fora, no valor de 96 milhões de cruzeiros.

Contrato de Financiamento à Cooperativa Habitacional Itabira, sendo Agente Financeiro a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, destinado à construção de 288 unidades residenciais, no Município de Itabira, no valor de Cr\$ 63,5 milhões de cruzeiros.

Contrato de Financiamento à Cooperativa Habitacional de Uberaba, tendo como Agente Financeiro a ECONOMISA — Sociedade de Crédito Imobiliário, para a construção de 100 casas, em Uberaba, no valor de 63 milhões de cruzeiros.

Contrato de Financiamento à Cooperativa Habitacional Colonial, tendo como Agente Financeiro a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, destinado à construção de 477 unidades habitacionais, em Contagem, no valor de 160 milhões de cruzeiros.

Área de Programa Habitacional Empresa — PROHEMP

Contrato de Financiamento no valor de 64,5 milhões de cruzeiros, destinado à produção de 108 unidades residenciais, destinadas aos empregados da AÇOMINAS, no Município de Ouro Branco, tendo como Agente Financeiro a Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

Área de Programa: Institutos

Convênio com o IPSEMIG, prevendo financiamentos no valor de 1,3 bilhão de cruzeiros, destinados à construção de 3.000 unidades habitacionais, no decorrer de 3 anos a partir da data da assinatura do convênio.

PROGRAMAS DE SANEAMENTO BÁSICO

Contratos no Âmbito do Plano Nacional de Saneamento Básico — PLANASA

Agente Financeiro: Banco de Crédito Real de Minas Gerais

Agente Promotor e Mutuário Final: Companhia de Saneamento do Estado de Minas Gerais — COPASA e/ou Prefeituras.

Contrato para a implantação parcial do Sistema Serra Azul, integrante do sistema geral de abastecimento de água da região metropolitana de Belo Horizonte. Investimento total: 1,2 bilhão de cruzeiros.

Contrato para ampliação e melhoria dos sistemas de abastecimento de água das cidades de Paracatu, Pompéu, Abaeté e Muriaé, no valor total de 169 milhões de cruzeiros.

Contrato para implantação do sistema de esgotos sanitários dos bairros Bom Jardim e Esperança, na cidade de Ipatinga. Valor do investimento: 76 milhões de cruzeiros.

Contrato para expansão das redes coletoras e ligações prediais dos sistemas de esgotos sanitários de Belo Horizonte e Contagem. Valor do investimento: 68 milhões de cruzeiros.

Contrato para implantação do sistema de abastecimento de água da cidade de Centralina e ampliações e melhorias dos sistemas de abastecimento de água das cidades de Carandaí e Campina Verde. Valor do investimento: 66 milhões de cruzeiros.

Contrato para ampliações e melhorias do sistema de abastecimento de água da região metropolitana de Belo Horizonte. Valor do investimento: 22 milhões de cruzeiros.

Aprovação, pelo BNH, da venda à COHAB-MG, de terreno localizado em Sabará—MG, no valor de cerca de 127 milhões de cruzeiros, para a construção de 10.000 unidades habitacionais.

Compromisso de financiamento, pelo BNH à COHAB-MG, de áreas para construção de 12.000 unidades habitacionais nas cidades de Betim, Santa Luzia e Poços de Caldas, no valor aproximado de 200 milhões de cruzeiros.

Contratos de empréstimo com o Governo do Estado de Minas Gerais para urbanização de 3 conjuntos habitacionais, totalizando 3.311 unidades, em Divinópolis, Uberaba e Betim, no valor aproximado de 260 milhões de cruzeiros.

Contratos de empréstimos com a COHAB-MG para dotar de equipamento comunitário os 2 conjuntos residenciais em Lagoa Santa e Uberlândia, totalizando unidades, no valor de 6,3 milhões de cruzeiros.

Contrato de empréstimo pelo BNH à USIMINAS, no valor de 280 milhões de cruzeiros, para urbanização de área em que serão edificadas 2.600 unidades habitacionais em Ipatinga—MG.

Compromisso de doação de áreas à COHAB-MG por 80 prefeitos municipais, para a construção de 10.000 unidades residenciais.

Declaração de utilidade pública, pela Prefeitura de Nova Lima, de área destinada à construção de 1.500 unidades habitacionais.

Contrato entre a Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais e a CODEURB, como vendedora, e a COHAB-MG, como compradora, de áreas que permitirão a construção de 9.000 unidades habitacionais em Sete Lagoas, Montes Claros, Governador Valadares e Santa Luzia.

PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Convênio de Adesão do Município de Belo Horizonte para implantação do Projeto CURA (Complementação Urbana) naquela cidade.

Convênio de promessa de financiamento para o Projeto CURA (Complementação Urbana) para o Município de Betim, totalizando investimentos no valor aproximado de 526 milhões de cruzeiros, envolvendo investimentos em infra-estrutura e equipamentos sociais em áreas habitadas por populações de baixa renda. *Agente Financeiro*: Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais.

Convênio de promessa de financiamento no valor de 328 milhões de cruzeiros, para o Projeto CURA (Complementação Urbana) do município de Uberaba, envolvendo investimentos em infra-estrutura física e social, beneficiando ainda 2.109 unidades residenciais de COHABs e COOPERATIVAS, contíguas à Área CURA. Valor do investimento total: 66 milhões de cruzeiros. *Agente Financeiro*: Banco de Crédito Real de Minas Gerais — CREDIREAL.

Contrato de empréstimos à USIMINAS, através do Programa PRODEPO (Programa de Apoio ao Desenvolvimento ou Implantação de Pólos Econômicos), totalizando investimentos da ordem de 66 milhões de cruzeiros, para implantação de equipamentos urbano-habitacionais de apoio ao seu Complexo Siderúrgico, envolvendo investimentos em urbanização e construção de 72 unidades habitacionais.



INFORMAÇÕES

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA VISITA A ITAPEMIRIM

Na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, a Escola Superior de Guerra, tendo à frente seu comandante Almirante de Esquadra Carlos Henrique Rezende de Noronha, foi recebida pelo Grupo Itapemirim na pessoa de seu Presidente Sr. Camilo Cola.

No auditório foi feita detalhada explanação do complexo de empresas que compõem o grupo e suas atividades no mundo empresarial. A seguir, segundo um roteiro pré-fixado, foi visitada a MARBRASA, ficando os visitantes impressionados com a sofisticação de sua maquinaria no corte e modelagem do mármore.

Na oportunidade foi oferecido, pela MARBRASA, almoço à comitiva na sede da A.A. B.B.

Na parte da tarde os estagiários visitaram a COMPASSO, ERCISA, e o futuro Centro Administrativo das Empresas. Encerrando a parte oficial participaram de uma demonstração na REVISA, onde são produzidos e recuperados todos os componentes e ônibus da Empresa. Foi conhecido também todo o sistema de revisão preventiva permanente das viaturas.

Finalizando o encontro, os visitantes foram recepcionados pela Sociedade Cachoeirense, na Sede Social do Jaraguá Tênis Club com um jantar. Na ocasião falaram o Sr. Camilo Cola, Presidente do Grupo; Dr. Gilson Carane, Prefeito Municipal de Cachoeiro; Almirante de Esquadra Carlos Henrique Rezende de Noronha, Comandante da ESG e o Governador do Estado do Espírito Santo em exercício, Dr. José Carlos da Fonseca. Espírito Santo em exercício, Dr. José Carlos da Fonseca.



Membros do Corpo Permanente da ESG, tendo à frente seu Comandante Alm. Esq. Carlos Henrique Rezende de Noronha em visita às instalações da Itapemirim vindo-se o segundo à esquerda o Dr. Camilo Cola, Presidente da Itapemirim.



O Almirante de Esquadra Carlos Henrique Rezende de Noronha, o Marechal Cordeiro de Farias e membros do Corpo Permanente da ESG em visita às instalações da Itapemirim.

Além do Almirante de Esquadra Carlos Henrique Rezende de Noronha, estiveram presentes o Marechal Oswaldo Cordeiro de Faria, Empresário João Santos Filho, Cel. Luiz Helvécio da Silveira, Cel. Walter Kluge Guimarães, Cel. Aviador Aluysio Leite Cezarino, Cel. Edmar Eudoxio Telesca, Cel. Asdrubal Falcão, Cel. Yvens Ely Monteiro Marcondes,



INFORMAÇÕES

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA VISITA A ITAPEMIRIM

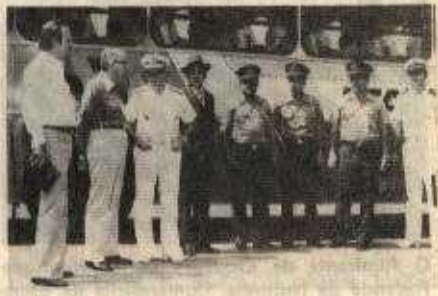
Na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, no Espírito Santo, a Escola Superior de Guerra, tendo à frente seu comandante Almirante de Esquadra Carlos Henrique Rezende de Noronha, foi recebida pelo Grupo Itapemirim na pessoa de seu Presidente Sr. Camilo Cola.

No auditório foi feita detalhada explanação do complexo de empresas que compõem o grupo e suas atividades no mundo empresarial. A seguir, segundo um roteiro pré-fixado, foi visitada a MARBRASA, ficando os visitantes impressionados com a sofisticação de sua maquinaria no corte e modelagem do mármore.

Na oportunidade foi oferecido, pela MARBRASA, almoço à comitiva na sede da A.A. B.B.

Na parte da tarde os estagiários visitaram a COMPASSO, ERCISA, e o futuro Centro Administrativo das Empresas. Encerrando a parte oficial participaram de uma demonstração na REVISA, onde são produzidos e recuperados todos os componentes e ônibus da Empresa. Foi conhecido também todo o sistema de revisão preventiva permanente das viaturas.

Finalizando o encontro, os visitantes foram recepcionados pela Sociedade Cachoeirense, na Sede Social do Jaraguá Tênis Club com um jantar. Na ocasião falaram o Sr. Camilo Cola, Presidente do Grupo; Dr. Gilson Carone, Prefeito Municipal de Cachoeiro; Almirante de Esquadra Carlos Henrique Rezende de Noronha, Comandante da ESG e o Governador do Estado do Espírito Santo em exercício, Dr. José Carlos da Fonseca. Espírito Santo em exercício, Dr. José Carlos da Fonseca.



Membros do Corpo Permanente da ESG, tendo à frente seu Comandante Alm. Esq. Carlos Henrique Rezende de Noronha em visita às instalações da Itapemirim vindo-se o segundo à esquerda o Dr. Camilo Cola, Presidente da Itapemirim.



O Almirante de Esquadra Carlos Henrique Rezende de Noronha, o Marechal Cordeiro de Farias e membros do Corpo Permanente da ESG em visita às instalações da Itapemirim.

Além do Almirante de Esquadra Carlos Henrique Rezende de Noronha, estiveram presentes o Marechal Oswaldo Cordeiro de Faria, Empresário João Santos Filho, Cel. Luiz Helvécio da Silveira, Cel. Walter Kluge Guimarães, Cel. Aviador Aluysio Leite Cezarino, Cel. Edmar Eudoxio Telesca, Cel. Asdrubal Falcão, Cel. Yvens Ely Monteiro Marcondes,

Cap. de Mar e Guerra Raul Murilo da Silva, Cap. de Fragata Roberto Carracedo Marques da Silva, Ten. Cel. Mario Cezar Alencar, Ten. Cel. Luiz Conrado Benites de Carvalho Lima, Ten. QCCA Edvagno Ferreira da Silva e Diretores das Empresas do Sistema Itapemirim.



O Almirante de Esquadra Carlos Henrique Rezende de Noronha, Comandante da Escola Superior de Guerra, e o Dr. Camilo Cola, Presidente da Itapemirim.

mento, o que equivale a um voo entre Brasília e Porto Alegre ou Manaus, sem escalas e com reserva IFR. O XINGU consome cerca de 40% do combustível que um jato de igual porte necessita para cobrir idêntica distância.

Apesar de competir com outros equipamentos semelhantes, a aeronave vem de conquistar uma significativa faixa do mercado, já que por suas características é indicada também como transporte de autoridades civis ou militares, cujos serviços demandam viagens frequentes de inspeção.

O EMB-312, aeronave de treinamento para pilotos militares, denominado T-27 pela Força Aérea Brasileira, é um avião de projeto avançado, com dois assentos em "tandem" e em níveis diferentes, impulsionado por um motor turboélice Pratt & Whitney PT6A-25C, de última geração. Para sua fabricação a EMBRAER irá empregar as mais avançadas técnicas de produção disponíveis internacionalmente.

NOTÍCIAS DA EMBRAER

A aeronave pressurizada e bi-turbina da EMB-121 XINGU, desenvolvida pela EMBRAER para transporte de executivos, transformou-se num sucesso de vendas, tendo alcançado um total de 29 unidades já contratadas.



Impulsionado por duas turbinas Pratt & Whitney PT6A-28, de 680 HP cada, que lhe garantem um voo cruzeiro de 450 quilômetros horários, o XINGU transporta seis passageiros, podendo atingir distâncias de até 2.352 quilômetros sem necessidade de reabasteci-



O Brigadeiro Dêlio Jardim de Mattos, Ministro da Aeronáutica, inspecionando um T-27

O novo avião deverá apresentar excelentes índices de desempenho em voo, bem como alta manobrabilidade e excelentes características de decolagem e pouso curtos. O trem de pouso, triciclo escamoteável, foi projetado para operar em pistas não pavimentadas e seu motor permitirá inclusive o voo invertido. Embora tenha sido prevista a instalação de quatro pontos de suporte sob as asas, para o transporte eventual de diferentes tipos de armamentos, o EMB-312 foi projetado para o treinamento de pilotos militares.

DESEMPENHO FINANCEIRO DA EMBRAER

	1973	1974	1975	1976	1977	1978
Ativo Fixo (Cr\$ milhões)	72,1	124,3	198,8	249,9	440,6	582,6
Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (Cr\$ milhões)	21,1	39,4	74,2	138,0	177,7	370,4
Captação do Incentivo Fiscal (Cr\$ milhões)	63,1	108,0	171,6	228,7	405,9	530,8
Lucro Bruto/ Vendas (%)	16,3	29,0	37,6	32,6	33,8	39,3
Faturamento/ Empregado (Cr\$ mil, moeda de 1978)	409,9	404,2	518,2	554,3	498,8	482,5

AUXÍLIOS À VIGILÂNCIA NOTURNA,
PASSIVOS

Três novos auxílios à visão noturna, passivos, estão sendo lançados pela Bofors Aerotronics AB, da Suécia. Os instrumentos usam a intensificação de imagem da "segunda geração" (placa de micro-canais), que dá uma excepcional visão de todo o campo abrangido.



pontaria e tiro de carros de combate e artilharia — o instrumento possui versões destinadas a serviços de segurança civil (polícia, guarda costeira, patrulhas fronteiriças, guardas de instalações industriais e aeroportos).

O NK-11-2 destina-se a aparelho de pontaria de fuzis das unidades de Infantaria, (Fig. 1), podendo ser usado como simples equipamento de observação, equipamento portátil de observação (fig. 2). Ao contrário de muitos outros instrumentos de visão noturna, empre-



Apesar de inicialmente idealizado para usos militares — observação, reconhecimento,

ga uma objetiva composta exclusivamente de lentes, dispondo de uma abertura livre de 80 mm que dá um excepcional ângulo de campo de visão e ampliação de 2,3 vezes, pesando menos de 2 kg.

O NK-21-2 e o NK-22-2 são instrumentos magres, com objetivas catadióptricas (tipo espelho). O NK-21-2 tem um campo de visão de 99° e uma ampliação total de 6 vezes, e destina-se à vigilância a distâncias médias (Fig. 3). Para aplicações no campo da segurança de instalações, pode ser-lhe adaptada uma câmara de televisão.

Os instrumentos são inteiramente passivos, isto é, ampliam a luz natural das estrelas, do



lunar ou o brilho do céu, e não emitem nenhuma radiação visível ou infra-vermelha que possa ser detectada.

ATIVIDADES CUBANAS NA ÁFRICA

As tropas cubanas, desembarcadas em Angola por transportes soviéticos, desempenham um papel de importância em garantir a vitória do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), quando Angola se tornou independente em novembro de 1975. Uma redução subsequente em seu número parou em princípios de 1977, possivelmente em virtude de temores de que a invasão de Shaba pudesse levar a represálias contra Angola. Em maio de 1978, calculava-se que 20.000 soldados cubanos estivessem em Angola, além de 4.000 civis, o maior contingente na África. O número de técnicos civis aumentou ainda mais em 1978, calculando-se que tenha atingido a 10.000 de-

pois da assinatura de uma série de acordos de cooperação em dezembro; mas as providências em 1979 estão sendo tomadas para apenas 6.500, aparentemente.

O envolvimento de Cuba na Etiópia aumentou depois da visita de Castro, em março de 1977, com o desenvolvimento militar acelerando-se rapidamente a partir de novembro. Em março de 1978 existiam 17.000 soldados cubanos no país, dos quais 14.000 eram combatentes.

Em outras partes da África Negra, a presença cubana é a seguinte, de acordo com estimativas de 1978:

País	Número	Tipo
Moçambique	800	Maioria militar
Congo	400-550	Metade militar
Guiné	400	Maioria militar
Guiné Equatorial	100-400	Metade militar
Guiné-Bissau	200-250	Maioria militar
Tanzânia	100-300	Maioria civil
São Tomé e Príncipe	100	Médicos e Técnicos
Zâmbia	mais de 50	Conselheiros militares (com a ZAPU)
Cabo Verde	10-15	Médicos
Benin	20	Assessores de Segurança
Serra Leoa	uns poucos	Assessores de Segurança



LIVROS

UM HOMEM CHAMADO INTRÉPIDO — A Guerra Secreta de 1939 a 1945, William Stevenson, tradução de Marçílio Cláudio Barbosa. Editora Record, 1979, 521 pg.

Durante 35 anos, rigidamente protegida pela Lei do Sigilo Oficial da Inglaterra, a crônica da primeira operação de serviços de informações integrados, jamais realizada em todo o mundo, vem agora a público pela pena de William Stevenson. Em essência este é a narrativa da temerária missão atribuída ao "Intrépido", pela visão de estadista de Churchill.

"Intrépido" nome de código de Sir William Stephenson, foi encarregado de manter as comunicações entre Churchill e Roosevelt as mais estreitas possíveis, a partir de 1940, justamente quando a sobrevivência da Inglaterra e a sorte das nações livres pendiam por um fio. Naquela oportunidade os Estados Unidos permaneciam neutros e ciosamente se agarravam à neutralidade, em obediência à opinião pública americana ainda ressentida com as frustrações da 1ª Grande Guerra.

Roosevelt, líder de uma grande democracia, não podia ignorar o sentimento isolacionista que permeava grande parte da comunidade americana. Caso o fizesse, entraria em choque frontal com o Congresso e — o mais grave — sofreria a sanção inelutável do voto popular, nas urnas. Por outro lado, o grande Presidente estava convicto de que a sorte das democracias estava em jogo na Europa, avassalada pela maré nazista. Durante dois anos, Roosevelt sustentou uma guerra secreta contra a tirania, enquanto os Estados Unidos estavam formalmente em paz. A "BSC" (Coordenação de Segurança Britânica), organização aparentemente inoperante com sede em Nova York era, na realidade, o eixo de todos os ramos de informações da Inglaterra. Roosevelt tinha perfeita consciência de que a América, psicológi-

camente isolada e ansiosamente confiante na insularidade geográfica, encontrava-se aflitivamente despreparada para fazer face ou combater a investida de técnicas militares, de propaganda e de espionagem aperfeiçoadas. Urgia alertar a nação e armá-la, sem entrar na guerra. Churchill necessitava, com maior urgência, de armas e suprimentos, para dar à Inglaterra, severamente castigada, pelo menos uma modesta esperança de sobrevivência. Por sorte, Churchill encontrou em Roosevelt um líder capaz de ampliar o seu entendimento de interesse nacional à crença de que a união dos povos livres era a única defesa real contra o totalitarismo.

O escritório do BSC em Nova York mantinha o presidente americano informado de toda a luta secreta desenvolvida pelos ingleses, sob risco de cometer atos continuados de alta traição — em plena guerra informar a um estadista estrangeiro e "neutro" os mais delicados segredos de Estado.

Após Pearl Harbor e a conseqüente entrada dos Estados Unidos na guerra, já não havia mais este risco e, o que era mais importante, os Serviços de Informações das duas potências já estavam integradas para enfrentar o desafio comum.

Se este livro retrata de forma privilegiada a comunhão de pensamento ocorrida entre dois grandes estadistas que, para a sorte da Humanidade marcaram um encontro na História, é, também, a saga emocionante de bravos homens e mulheres de muitas nações que, solitários e sem a proteção de um uniforme, se desincumbiram de missões secretas das quais dependiam inúmeras vidas, sob o risco constante da morte impiedosa e da tortura.

Muitos desses agentes jazem em túmulos não identificados e poucos receberam algum reconhecimento por seus feitos, além da menção em arquivos confidenciais.

Poderia o leitor perguntar-se o porque desta revelação tão tardia, acerca de guerra secreta travada pelas democracias na luta contra os nazistas.

A razão, para a quebra do sigilo longamente imposto à crônica da guerra secreta, reside na fuga para a União Soviética de Kim Philby — o agente comunista infiltrado no Serviço Secreto Inglês que, ao final da Segunda Guerra Mundial dirigia a "seção de anticomunismo" (suprema ironia) e era o candidato mais cotado para chefiar o lendário Serviço.

A deserção de Kim Philby tornava óbvio o fato de que a partir de então, Moscou poderia orquestrar uma campanha de difamação contra os Serviços de Informações do Ocidente, baseando-se em meias-verdades ou em deturpações totais.

"Em 1972, através de suas muitas agências secretas, Moscou preparou uma formidável campanha nos Estados Unidos, com o propósito de isolar esta única grande potência que poderia, de novo, salvar as democracias de suas próprias loucuras.

A Agência Central de Informações tornou-se o alvo principal daqueles que desejavam nos desarmar sumariamente e que, citando excessos por parte da Agência, reais ou inventados, queriam ver-se livres dela e privar-nos do meio básico de defesa, mantido a tão alto custo durante a Segunda Guerra Mundial. As palavras céticas de Churchill tornaram-se mais do que nunca atuais. "E, assim, as grandes democracias triunfaram. E, portanto, podiam recommençar as loucuras que quase lhes custaram as vidas".

E aqui chega a hora do testemunho de Sir William Stephenson, o "Intrépido", personagem principal do livro: "Profético como era, Churchill não vislumbrou os terríveis extremos a que essas loucuras chegariam: diplomacia negociada nos pratos de uma balança de terror nuclear; a tática da guerra de resistência transformada em diretrizes para fanáticos e terroristas; as agências de informações evoluindo, tecnologicamente, a um nível em que poderia colocar em risco os próprios princípios das nações para cuja defesa foram criadas. De uma forma ou de outra, estes males foram semeados nas atividades secretas da Segunda Guerra Mundial. Surgiram dúvidas de maior gravidade: estavam os acontecimentos cruciais sendo manobrados por grupos secre-

tos de poder de elite? Carreiristas auto-anetecedores, dentre os que tiveram a si confiada a administração das informações, estariam cinicamente rompendo as normas de conduta. O que aconteceu em três décadas com uma força altruísta, que desempenhara papel tão importante no salvar um mundo livre da destruição ou escravidão? Em nome da razão, agora o passado tinha de ser visto com clareza. Chegara a hora de reabrir os livros da BSC.

Somos, justamente, avessos ao sigilo; é uma ameaça potencial aos princípios democráticos e ao governo livre. Não obstante, estamos nos iludindo se esquecêssemos que o sigilo foi, durante certo tempo, nosso único meio de defesa. Serviu não somente para obter-se a vitória, como, também, para poupar vidas naquela arriscada empreitada.

As armas do sigilo não têm lugar em um mundo ideal. Porém, vivemos em um mundo de hostilidades não declaradas, no qual as armas são constantemente empregadas contra nós e, se não forem enfrentadas, podem deixar-nos novamente despreparados; desta feita, para fazer face a uma investida de tal magnitude que confunde a imaginação. E, embora possa parecer desnecessário enfatizar um aspecto tão evidente, as armas do sigilo tornam-se ineficazes, se acabarmos com ele. Uma das condições indispensáveis à democracia é a liberdade de informação. Seria infinitamente preferível saber com exatidão como, por que e onde operam nossas agências de informações. Entretanto, uma vez tornada pública, esta informação nos desarmará.

Portanto, eis o enigma: Como manejar as armas do sigilo, sem nos prejudicarmos? Como preservar o sigilo, sem colocar em perigo os preceitos constitucionais e as garantias individuais de liberdade?

Talvez a história da BSC possa ajudar. Hoje é de conhecimento geral que códigos inimigos foram descobertos; que quadros de agentes secretos foram criados no interior dos acampamentos inimigos; que a nova tecnologia foi posta a serviço de agentes e guerrilheiros. Igualmente verdadeira, mas talvez não tão evidente, é uma importante característica da BSC — era composta de civis voluntários, convictos de que a liberdade individual é a base do progresso humano. Éramos amadores impregnados das tradições de indivíduos livres-pensadores. De vez em quando, fico imá-

nando como conseguimos vencer, dados os conflitos de opinião dentro de nossas fileiras. E concluo, então, que o êxito foi possível porque tínhamos mente sadia, porém independente. Decisões desagradáveis foram tomadas com angústia. Roosevelt certamente matou-se neste processo, e agentes isolados tiveram que pesar, sozinhos, ações a serem realizadas e as represálias que seriam feitas contra seus parentes. Batalhas foram vencidas porque tínhamos conhecimento antecipado dos planos do inimigo, podíamos interferir nesses planos e prever ações inimigas por métodos até aqui ocultados. Outras batalhas, não menos decisivas, foram finalmente vencidas pelos exércitos de resistência, nome dado a habitantes de países ocupados, que amavam a liberdade e que, simplesmente, desejavam lutar por ela, mesmo em condições de inferioridade.

Quando a história da Segunda Guerra Mundial for revista à luz da guerra secreta, este pode ser o dado mais surpreendente: os grandes engenhos de destruição não determinaram o desfecho. Fizeram-no a inexpugnabilidade dos povos livres e a criatividade das mentes livres. Acredito nisto, como creio, hoje em dia, que o espírito da resistência huma-

na recusa-se a ser destruído por mera tecnologia.

Dia virá, talvez, em que tiranos não mais ameaçarão a liberdade de qualquer povo; em que a função de todos os Estados, por diferentes que sejam suas ideologias, será exaltar a vida, não controlá-la. Se essa condição for possível, encontra-se em um futuro muito distante para ser vislumbrado. Até esses tempos melhores e mais seguros, as democracias evitarão o desastre e, possivelmente, a destruição total, unicamente através da manutenção de suas defesas.

No meio dos crescentes e complexos arsenais dispersos pelo mundo, as informações são uma arma essencial, talvez a mais importante. Todavia, sendo secreta, é a mais perigosa. Deve-se criar, rever e aplicar rigorosamente salvaguardas que impeçam seu emprego indevido. Entretanto, como em qualquer empreendimento, o caráter e a sabedoria daqueles a quem elas forem confiadas serão decisivos. Na integridade daquela proteção repousa a esperança dos povos livres em resistir e triunfar."

Tel Cen QEMA

João de Araújo Ribeiro Dantas — EME



Viaje bem.



estradas do Brasil: Via Anchieta, Rodovia dos Imigrantes, Via Anhangüera e Rodovia dos Bandeirantes.

Todas sob jurisdição da DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., uma empresa que trabalha para tornar as estradas mais humanas. Quando você viajar por uma dessas quatro rodovias, você vai sentir segurança e tranquilidade em cada quilômetro.

Repare bem as fotos desse anúncio. São paisagens que você não encontra em todas as estradas do Brasil. Ou melhor, encontra somente em quatro es-



Segurança e tranquilidade proporcionadas por um amplo sistema de apoio ao usuário, que inclui defensas, passarelas, sinalização horizontal e vertical, serviços de carro-guincho, socorro mecânico, ambulâncias e rede hospitalar de retaguarda.

A Rodovia dos Bandeirantes, a estrada mais nova dos sistemas rodoviários controlados pela DERSA e recentemente inaugurada, é também a mais moderna e segura do País. Nela foi empregada toda uma tecnologia de ponta em construção de estradas, que possibilitou sua entrega em apenas vinte e seis meses após a assinatura do contrato firmado com as empresas empreiteiras.

A Rodovia dos Bandeirantes forma com a Via Anhangüera um sistema integrado e importante corredor para escoamento da produção de 85 municípios, que totalizam uma população estimada em 3 milhões de habitantes. Para a DERSA, viajar bem não é apenas ter boas pistas, bem cuidadas.

É muito mais que isso. É ter também boa sinalização, eficiente proteção ao usuário, segurança e tranquilidade totais.



DERSA
Desenvolvimento
Rodoviário S.A.

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Governo do Estado de São Paulo
Desenvolvimento para Todos.